

RELATÓRIO DE
GESTÃO DO
CONSELHO DA
JUSTIÇA FEDERAL
2022



RELATÓRIO DE
GESTÃO DO
CONSELHO DA
JUSTIÇA FEDERAL
2022

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Presidente do Conselho da Justiça Federal:
Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente, Corregedor-Geral da Justiça Federal e Diretor do Centro de Estudos Judiciários:
Ministro GERALDO OG NICÉAS MARQUES FERNANDES

MEMBROS EFETIVOS

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA
Ministra ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES
Ministro SÉRGIO LUIZ KUKINA
Ministro PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO
Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO - Presidente do TRF1
Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA - Presidente do TRF2 (em exercício)
Desembargadora Federal MARISA FERREIRA DOS SANTOS - Presidente do TRF3
Desembargador Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA - Presidente do TRF4
Desembargador Federal EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR - Presidente do TRF5
Desembargadora Federal MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES - Presidente do TRF6

MEMBROS SUPLENTE

Ministra REGINA HELENA COSTA
Ministro ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ
Ministro LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA
Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Desembargadora Federal ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES - Vice-Presidente do TRF1
Desembargador Federal ANTÔNIO CARLOS CEDENHO - Vice-Presidente do TRF3
Desembargador Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA - Vice-Presidente do TRF4
Desembargador Federal ALEXANDRE COSTA LUNA FREIRE - Vice-Presidente do TRF5
Desembargador Federal VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA - Vice-Presidente do TRF6

COM DIREITO A ASSENTO E VOZ

Juiz Federal NELSON GUSTAVO MESQUITA RIBEIRO ALVES - Presidente AJUFE
Representante do Conselho Federal da (OAB) Dr. FELIPE SARMENTO CORDEIRO
Subprocuradora-Geral da República ANA BORGES COELHO SANTOS

SECRETÁRIO-GERAL

Juiz Federal DANIEL MARCHIONATTI BARBOSA



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RELATÓRIO DE
GESTÃO DO
CONSELHO DA
JUSTIÇA FEDERAL
2022

BRASÍLIA
CJF
2023

COPYRIGHT 2023 - CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que sem fins lucrativos e citada a fonte.

Coordenação, organização e elaboração: Secretaria de Estratégia e Governança (SEG)

Projeto gráfico, capa, diagramação: Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)

Revisão ortográfica: Centro de Revisão de Documentos e Publicações (CEREVI)

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SCES - Setor de Clubes Esportivos Sul - Trecho 3 - Polo 8 - Lote 9 CEP: 70200-003 - Brasília - DF

Fone: 61 3022-7000 - www.cjf.jus.br

SUMÁRIO

1 VISÃO GERAL	12
1.1 COMPETÊNCIA	12
1.2 MISSÃO	12
1.3 VISÃO DE FUTURO	12
1.4 COMPOSIÇÃO	12
1.5 NORMAS DIRECIONADORAS	12
1.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	14
1.7 AMBIENTE EXTERNO.....	15
2 ESTRATÉGIA	17
2.1 MAPA ESTRATÉGICO	18
2.2 CADEIA DE VALOR E MODELO DE NEGÓCIOS	19
3 GOVERNANÇA	20
3.1 COMISSÕES E COMITÊS	22
4 GESTÃO DE RISCOS INSTITUCIONAIS	25
5 RESULTADOS DA GESTÃO	28
5.1 GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL	28
METAS ESTRATÉGICAS DA JUSTIÇA FEDERAL.....	29
5.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DO CJF.....	32
METAS ESTRATÉGICAS DO CJF	32
5.3 SESSÕES PLENÁRIAS DO CJF	35
ALTERAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO	35
PRINCIPAIS NORMAS APROVADAS.....	36
5.4 UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	38
5.5 FISCALIZAÇÃO E CORREIÇÃO	39
5.6 AUDITORIA	40
5.7 RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E COM A SOCIEDADE	43
COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	43
OUVIDORIA	43
ATENDIMENTO AO CIDADÃO	44

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E REDES SOCIAIS	45
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JUIZ FEDERAL (CAJU).....	47
ACORDOS E PARCERIAS REALIZADOS.....	47
COMUNIDADE DE PRÁTICAS E DEBATE.....	49
PESQUISAS E ESTUDOS.....	51
PUBLICAÇÕES	52
5.8 SUSTENTABILIDADE	53
6 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	56
6.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - JUSTIÇA FEDERAL.....	56
EXECUÇÃO DE DESPESA - EM R\$.....	57
EXECUÇÃO DE DESPESA POR REGIÃO.....	57
AÇÃO ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES (AJPC)	58
CONTRATOS BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	59
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA 2023).....	60
7 GESTÃO DE PESSOAS.....	69
7.1 ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL.....	69
APOSENTADORIAS.....	74
DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL (ATIVO, INATIVO E PENSIONISTA)	74
ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS.....	76
7.2 CAPACITAÇÃO	78
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS.....	81
8 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	82
9 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	86
9.1 SISTEMA DE EDIFICAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL	86
9.2 OBRAS EM ANDAMENTO NA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS (MAIO/2022)	87
9.3 ACOMPANHAMENTO DE OBRAS	87
ACOMPANHAMENTO DA OBRA DA NOVA SEDE DO TRF1	87
ACOMPANHAMENTO DA OBRA DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BLUMENAU - SC (PROCESSO 0006021-94.2019.4.90.8000).....	88
ACOMPANHAMENTO DA OBRA DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU - PR (PROCESSO 0006021-94.2019.4.90.8000).....	88

9.4 ADMINISTRAÇÃO PREDIAL	89
10 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	90
10.1 CONFORMIDADE LEGAL	90
10.2 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	90
10.3 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI	90
10.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI.....	91
10.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS.....	91
11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	92
11.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	92
11.2 RESSALVAS	92
11.3 BALANÇO PATRIMONIAL.....	94
11.4 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	101
NOTA 1 - BP - VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE.....	101
NOTA 2 - BP - REDUÇÃO DO VALOR DOS SOFTWARES	101
NOTA 3 - BP - COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO	101
NOTA 4 - BP - TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	102
NOTA 5 - BO - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	103
NOTA 7 - BF - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS.....	105
NOTA 8 - BF - RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	105
NOTA 9 - BF - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS.....	105
NOTA 10 - BF - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS.....	105
NOTA 11 - BF - PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	105

PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

MENSAGEM DA PRESIDENTE



O Conselho da Justiça Federal (CJF) desempenha o papel de coordenador nacional do sistema da Justiça Federal e exerce a supervisão das atividades administrativa, orçamentária e correccional, por meio do aperfeiçoamento da gestão e da governança, com foco na otimização de recursos e informações, além da uniformização de procedimentos administrativos.

No ano de 2022, o Plenário do CJF realizou 17 sessões plenárias em 2022, com a apreciação de 113 processos. Ressalta-se, entre as normas direcionadoras aprovadas para a Justiça Federal, o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, a Política de Gestão de Pessoas da Justiça Federal, a Política de Comunicação Social, a criação do Centro Tecnológico de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos, o Guia de Gestão de Riscos e o novo Manual de Cálculos de Atualização Monetária. Também são dignos de nota os processos julgados que envolveram a efetiva implantação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Quanto à correição, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal realizou inspeções e/ou autoinspeções nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões. Importante destacar que, na 6ª Região, cuja instalação se deu no mês de agosto do corrente ano, não foi possível a execução dessas atividades.

Em relação à fiscalização, foram feitas vistorias técnicas às obras da 1ª e da 5ª Regiões e o acompanhamento das obras paralisadas. Além disso, 24 importantes ações de auditoria também foram concretizadas no período.

No que concerne à uniformização de jurisprudência, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais realizou 10 sessões ordinárias, e deu baixa em mais de 16 mil processos.

Durante o ano de 2022, o CJF deu continuidade ao acompanhamento, no âmbito da Justiça Federal, do programa de Metas Nacionais do Poder Judiciário do CNJ, o qual visa precipuamente o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, com foco na produtividade e celeridade processual. Das nove

metas nacionais, cinco apresentaram cumprimento superior a 100% e apenas duas estão com alcance inferior a 80%. Das cinco metas específicas, aplicadas apenas à Justiça Federal, duas ultrapassaram 100% de cumprimento.

No âmbito do CJF, foram acompanhadas vinte e cinco metas estratégicas do próprio Conselho, sendo que, dentre estas, dezessete foram cumpridas integralmente e apenas três estão com percentual abaixo de 50%.

Alinhado ao Plano Estratégico da Justiça Federal, desenvolveram-se projetos nacionais, destacando-se, nesse ponto, o sistema único de gestão de pessoas do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus: Sistema Eletrônico de Recursos Humanos (SERH). Internamente, foram desenvolvidos programas voltados à gestão de dados e ao cumprimento da LGPD, à transparência e ao acesso à informação, bem como à melhoria de processos de trabalho e à continuidade de serviços.

Frisa-se que, em contribuição aos objetivos da Agenda 2030, o CJF deu andamento ao Plano de Logística Sustentável e às ações de governança para integrar a sustentabilidade às contratações do Conselho.

O Centro de Estudos Judiciários promoveu cerca de 8 mil pesquisas de doutrina, em atendimento aos juízes federais; o Centro de Inteligência da Justiça Federal, por sua vez, concluiu mais de 10 notas técnicas sobre diversos temas de relevante impacto na tramitação judicial; e o Centro de Cooperação Jurídica Internacional instruiu e enviou, também, cerca de 500 pedidos de cooperação jurídica internacional à Autoridade Central brasileira.

Por fim, cumpre registrar que o Centro de Estudos Judiciários produziu oito encontros nacionais, a fim de proporcionar o debate e a multiplicação de boas práticas entre a comunidade jurídica e a sociedade, com destaque às jornadas de Direito e aos encontros de gestores.

Resguarda-se, neste Relatório, a integridade das informações, em atendimento às instruções do Tribunal de Contas da União (TCU), dispostas na forma de relato integrado.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura,
Presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF).

1 VISÃO GERAL

1.1 COMPETÊNCIA

O Conselho da Justiça Federal é o órgão central dos sistemas administrativos da Justiça Federal, com poderes correccionais, cujas decisões têm caráter vinculante, sendo de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal (art. 105, § 1º, inciso II, da Constituição Federal/1988).

1.2 MISSÃO

Contribuir para a excelência dos serviços da Justiça Federal, por meio do aperfeiçoamento da gestão e da governança, da supervisão administrativa e orçamentária e das atividades correccionais.

1.3 VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido como líder na supervisão, integração e desenvolvimento da Justiça Federal.

1.4 COMPOSIÇÃO

O Colegiado do CJF é assim composto, conforme art. 2º da Lei n. 11.798/2008 ([composição atual](#)):

- pelo presidente e pelo vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça;
- por quatro ministros, eleitos entre os integrantes do Superior Tribunal de Justiça, juntamente com seus suplentes;
- pelos presidentes dos Tribunais Regionais Federais, que serão substituídos em suas faltas ou impedimentos pelos respectivos vice-presidentes.

Têm direito a assento, sem direito a voto, os presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), que indicarão os seus suplentes.

1.5 NORMAS DIRECIONADORAS

A competência do CJF está prevista no [art. 105, § 1º, inciso II, da Constituição Federal](#), bem como nas seguintes normas direcionadoras de atuação:

Composição e competência do CJF

[Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008.](#)

Regimento Interno do CJF

[Resolução CJF n. 42, de 19 de dezembro de 2008, atualizada pela Emenda Regimental n. 2/2022.](#)

Código de conduta do CJF

[Resolução CJF n. 147, de 15 de abril de 2011, alterada pela Resolução CJF n. 308, de 7 de outubro de 2014.](#)

Sistematização da função correccional do Conselho da Justiça Federal

[Resolução CJF n. 49, de 2 de março de 2009.](#)

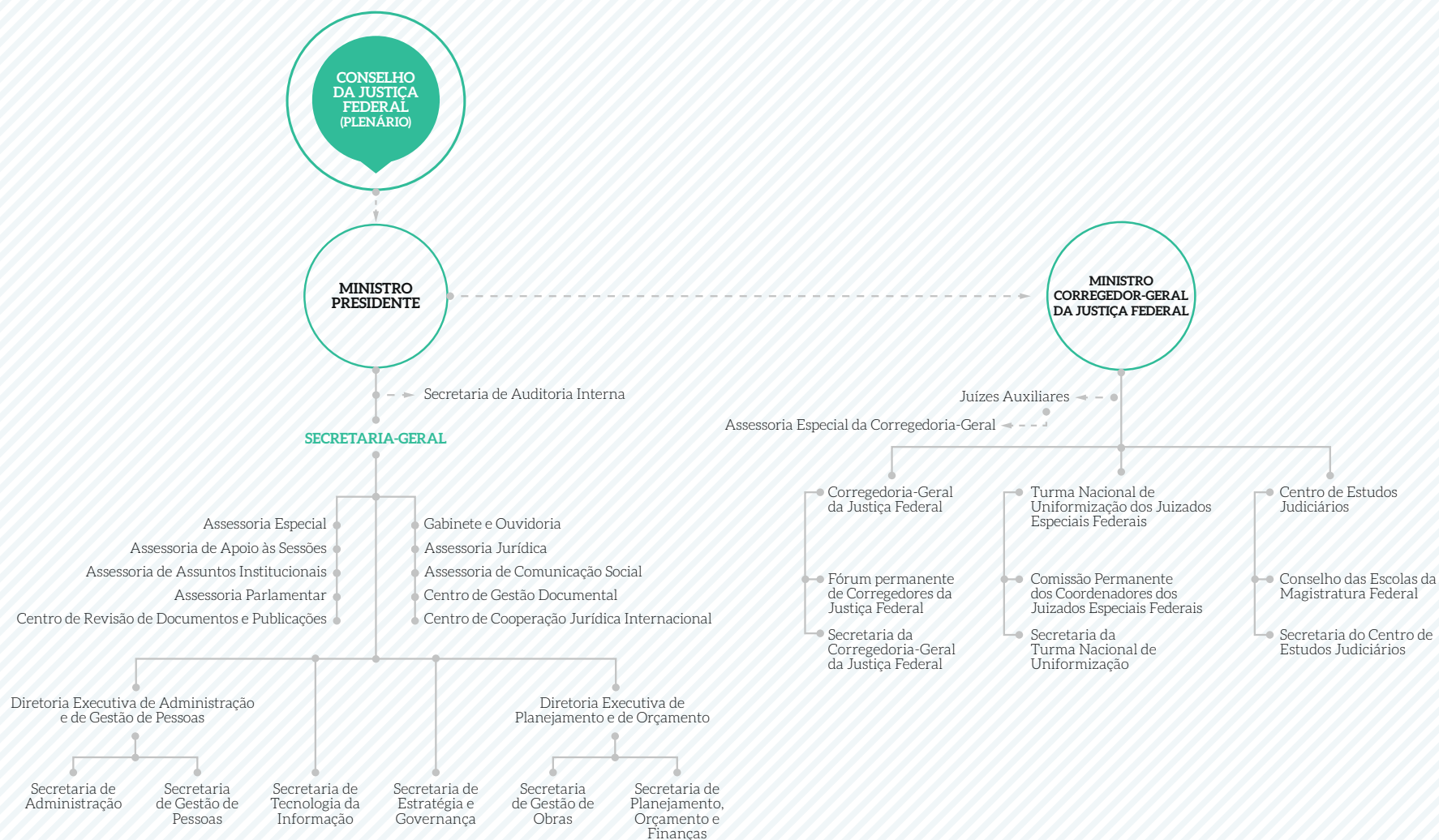
- Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – [Resolução CJF n. 586, de 30 de setembro de 2019.](#)
- Planejamento Estratégico da Justiça Federal – [Resolução CJF n. 668, de 9 de novembro de 2020.](#)
- Planejamento Estratégico do CJF – [Portaria CJF n. 576, de 27 de novembro de 2020.](#)
- Guia de Governança e Gestão do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus – [Resolução CJF n. 655, de 7 de agosto de 2020.](#)
- Guia de Gestão de Riscos do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus – [Resolução CJF n. 798, de 24 de outubro de 2022.](#)
- Organograma do CJF – [Resolução CJF n. 797, de 24 de outubro de 2022.](#)
- Manual de Organização – [Portaria CJF n. 73, de 23 de fevereiro de 2023,](#) alterada pela [Portaria CJF n. 137, de 27 de fevereiro de 2023.](#)



1.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura orgânica do CJF está regulamentada pela Resolução CJF n. 797, de 24 de outubro de 2022, e pelo Manual de Organização do CJF, Portaria CJF n. 73, de 23 de fevereiro de 2023, nos quais constam as principais atribuições de cada unidade. Apresenta-se a seguir o organograma do Conselho:

FIGURA 1 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



1.7 AMBIENTE EXTERNO

Na análise do contexto externo que influencia a atuação do CJF, observam-se questões orçamentárias, que podem impactar seu desenvolvimento, além de questões legislativas, que podem alterar suas atribuições, bem como demandas da sociedade, dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), dos demais órgãos do Poder Judiciário e de outros Poderes ou instituições.

As demandas da sociedade e da Justiça Federal relativas ao controle administrativo e financeiro são propulsoras da ação do CJF. Para tanto, é conveniente entender a estrutura e a competência da Justiça Federal em âmbito nacional.

De acordo com os [arts. 92 e 106 da Carta Magna](#), a Justiça Federal integra o Poder Judiciário e é constituída pelos Tribunais Regionais Federais e por juizes federais, e sua estrutura está inserida na ideia de Justiça Comum. Sua competência está prevista nos incisos [I a XI do art. 109 da Constituição Federal](#). A seguir a estrutura administrativa simplificada da Justiça Federal:

FIGURA 2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA SIMPLIFICADA DA JUSTIÇA FEDERAL

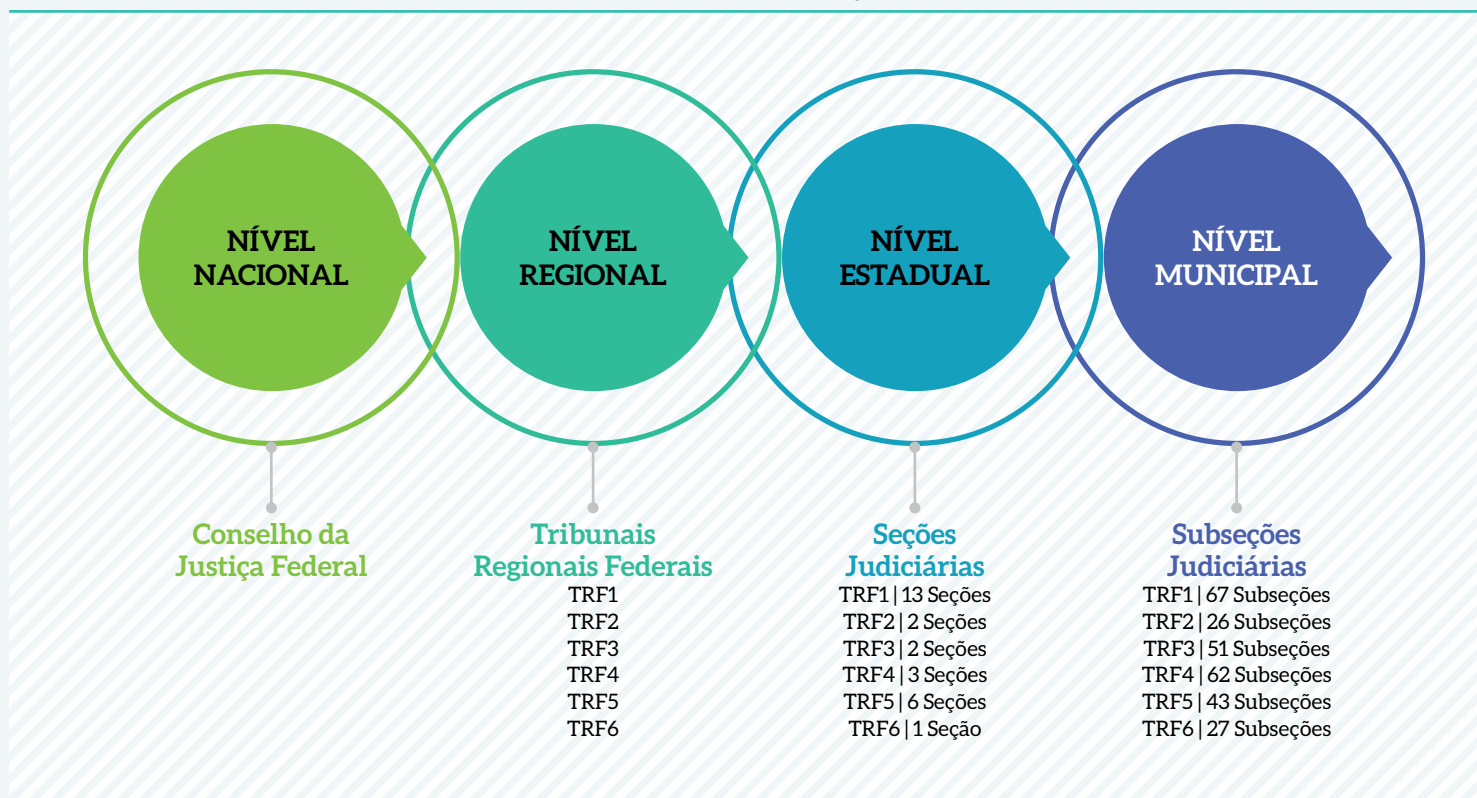


FIGURA 3 MAPA DE JURISDIÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

TRF 1ª | BRASÍLIA

62 | Varas
 109 | Varas com JEF Adjunto
 40 | Juizados Especiais
 19 | Turmas Recursais

230 | TOTAL DA REGIÃO

TRF 2ª | RIO DE JANEIRO

54 | Varas
 68 | Varas com JEF Adjunto
 26 | Juizados Especiais
 10 | Turmas Recursais

158 | TOTAL DA REGIÃO

TRF 3ª | SÃO PAULO

143 | Varas
 23 | Varas com JEF Adjunto
 51 | Juizados Especiais
 17 | Turmas Recursais

234 | TOTAL DA REGIÃO

TRF 4ª | PORTO ALEGRE

5 | Varas
 192 | Varas com JEF Adjunto
 0 | Juizados Especiais
 12 | Turmas Recursais

209 | TOTAL DA REGIÃO

TRF 5ª | RECIFE

33 | Varas
 59 | Varas com JEF Adjunto
 33 | Juizados Especiais
 10 | Turmas Recursais

135 | TOTAL DA REGIÃO

TRF 6ª | BELO HORIZONTE

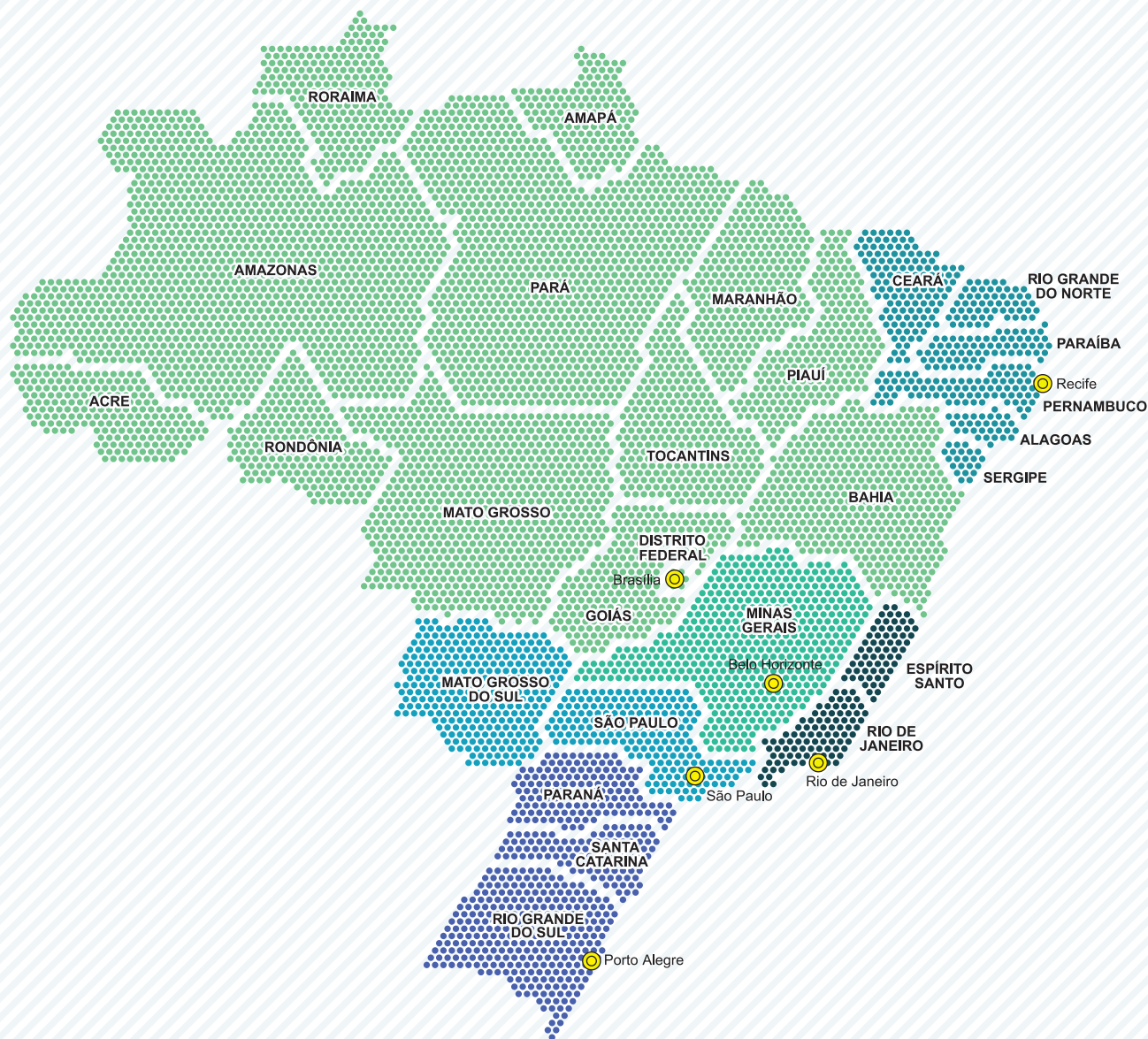
31 | Varas
 32 | Varas com JEF Adjunto
 14 | Juizados Especiais
 6 | Turmas Recursais

83 | TOTAL DA REGIÃO

NÚMEROS TOTAIS DA JUSTIÇA FEDERAL

328 | Varas
 483 | Varas com JEF Adjunto
 164 | Juizados Especiais
 74 | Turmas Recursais

1049 | TOTAL GERAL



Fonte: Observatório da Estratégia da Justiça Federal.

Em 2022, impactaram precipuamente a atuação do Conselho da Justiça Federal:

- a implantação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região;
- a democratização da justiça e redução de desigualdades, tais como equidade racial, igualdade de gênero e infância e juventude;
- a transparência de dados e implantação da Lei Geral da Proteção de Dados;
- a defesa e proteção do meio ambiente;
- a conciliação e mediação de conflitos;
- as restrições orçamentárias.

Atento a esses elementos, o Conselho da Justiça Federal apresentou iniciativas, projetos, firmou parcerias e promoveu encontros que serão detalhados neste Relatório de Gestão.

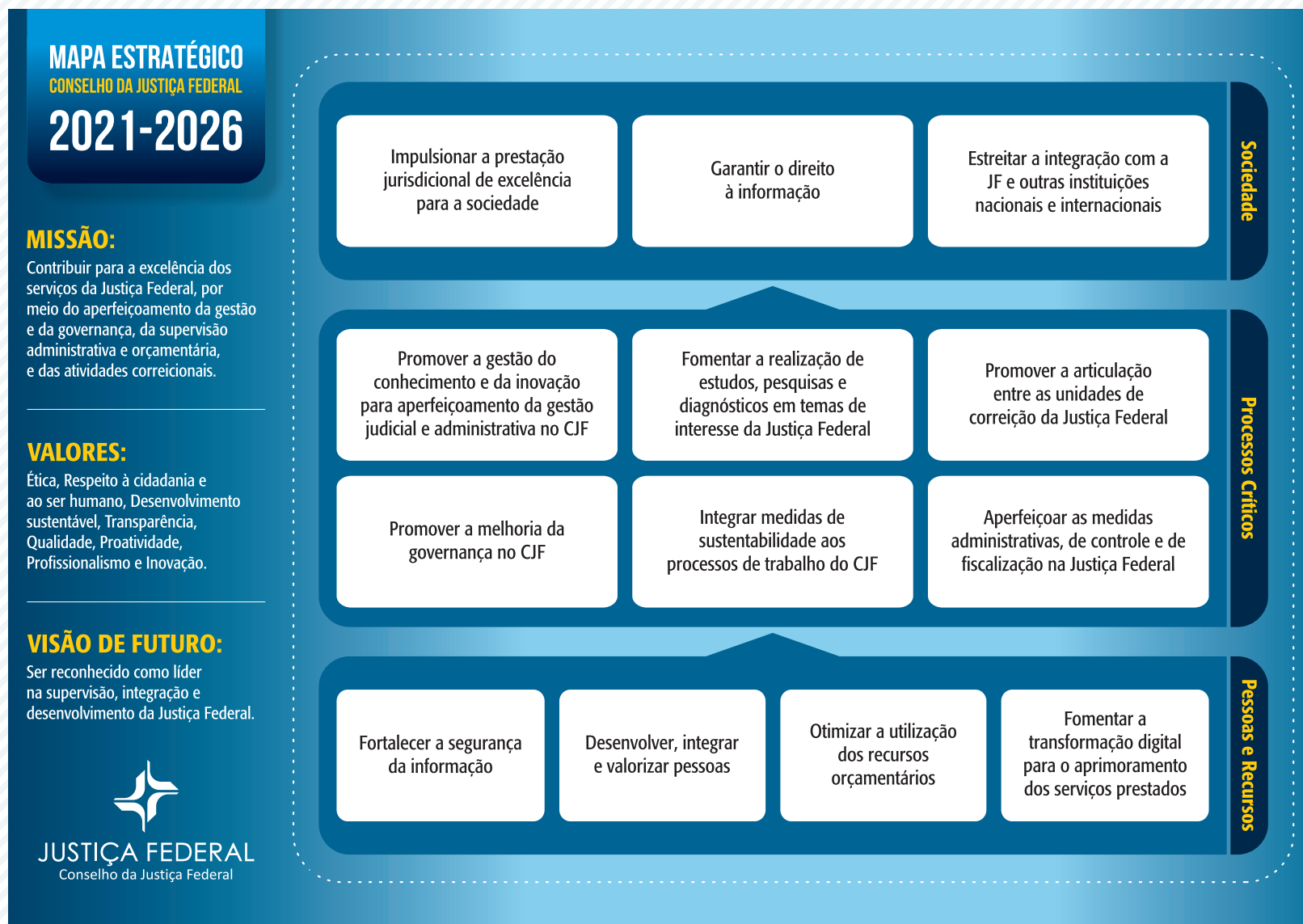
2 ESTRATÉGIA

A estratégia do CJF foi estabelecida pela [Portaria CJF n. 576, de 27 de novembro de 2020](#), por meio da qual apresenta sua missão, os valores, a visão de futuro e os objetivos, sintetizados graficamente pelo mapa estratégico, conforme a seguir demonstrado:



2.1 MAPA ESTRATÉGICO

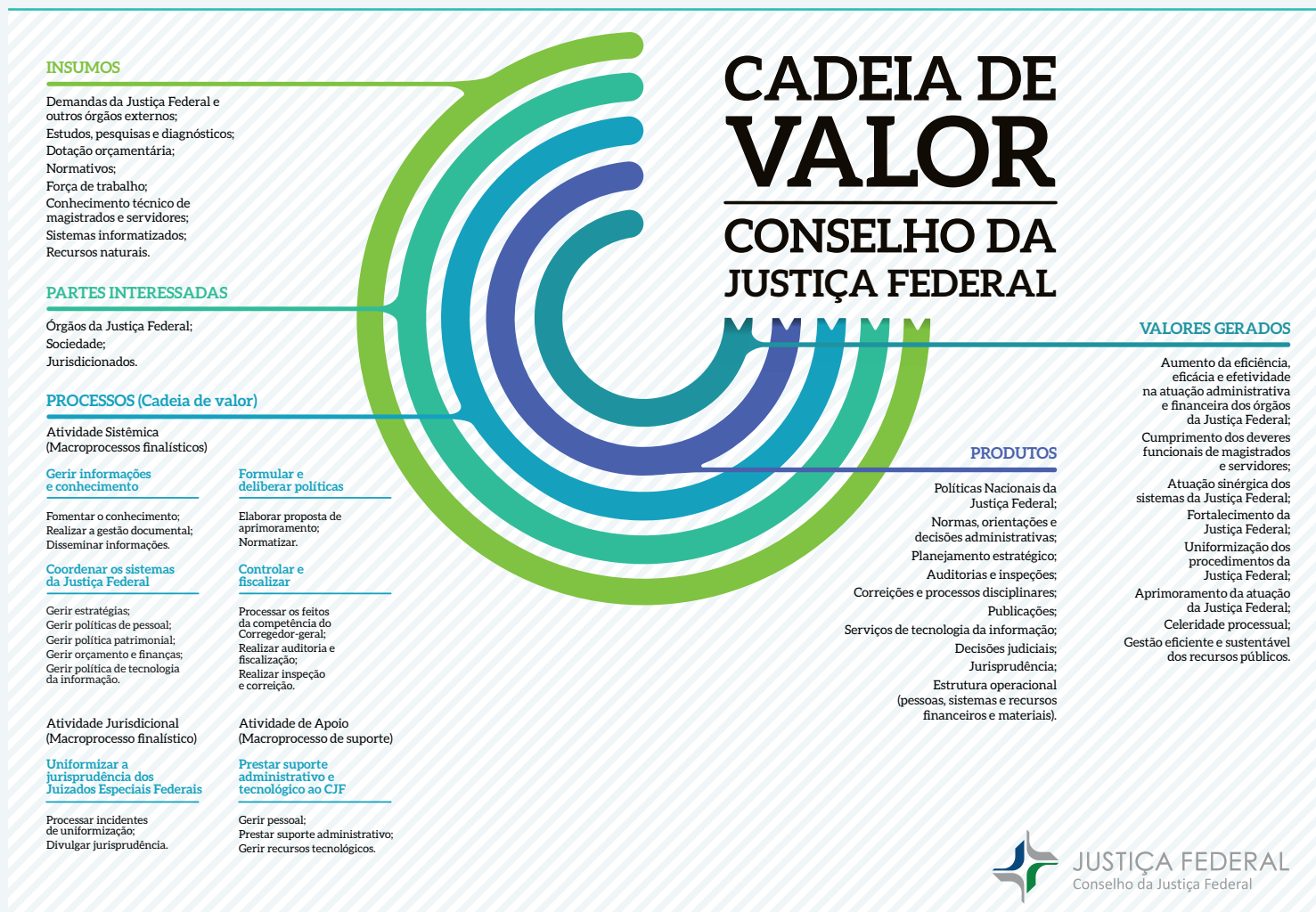
FIGURA 4 MAPA ESTRATÉGICO DO CJF



2.2 CADEIA DE VALOR E MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios é o instrumento que apresenta produtos e valores gerados pelos macroprocessos finalísticos, estabelecendo a relação dos insumos e das partes interessadas com os produtos, valores e benefícios gerados para a Justiça Federal e sociedade por meio da atuação do CJF. Por serem complementares, o modelo de negócios foi representado a partir da cadeia de valor.

FIGURA 5 CADEIA DE VALOR DO CJF



3 GOVERNANÇA

A governança do CJF segue as diretrizes das Resoluções CJF n. 655/2020, n. 668/2020, n. 743/2021 e n. 781/2022, que instituíram o Guia de Governança e Gestão do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, a Estratégia da Justiça Federal 2021-2026 e a organização do Sistema de Tecnologia da Justiça Federal, bem como a criação, o funcionamento e a organização do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Colaborativo e a política de concepção, sustentação e gestão dos sistemas corporativos nacionais no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, respectivamente.

FIGURA 6 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO CJF

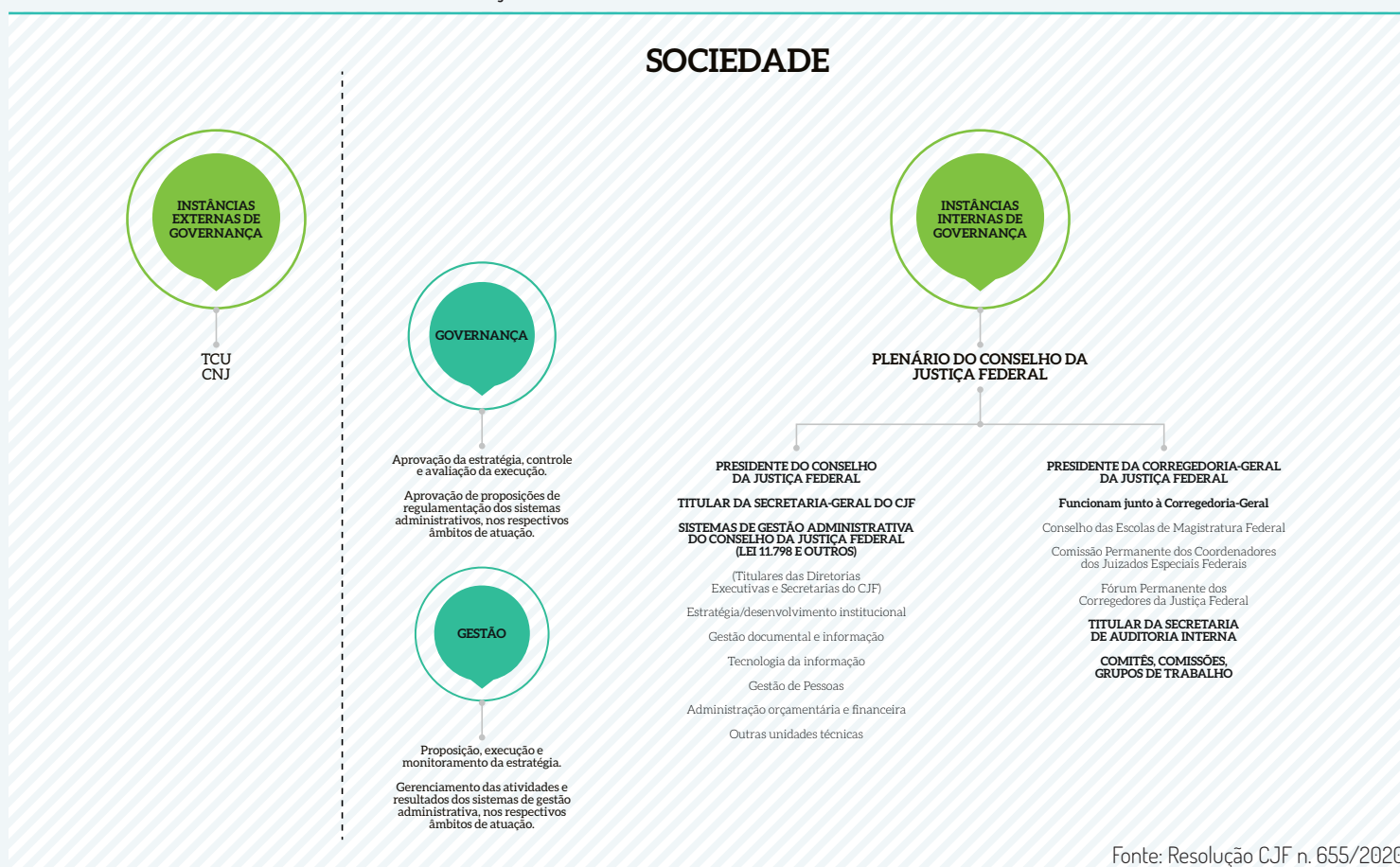


FIGURA 7 ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMA DE TECNOLOGIA DA JUSTIÇA FEDERAL



Ressalta-se que a governança do CJF era mensurada pelo Índice de Governança da Justiça Federal (iGovJF), instituído pela Resolução CJF n. 400/2016. Contudo, com a edição da Resolução CJF n. 774/2022, o Órgão passou a considerar o levantamento de governança e gestão públicas do Tribunal de Contas da União, que contempla o Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (IGG), o índice de Governança Pública (iGovPub), o índice de Governança e Gestão de Pessoas (iGovPessoas), o índice de Capacidade em Gestão de Pessoas (iGestPessoas), o índice de Governança e Gestão de TI (iGovTI), o índice de Capacidade em Gestão de TI (iGestTI), o índice de Governança e Gestão de Contratações (iGovContrat), o índice de Capacidade em Gestão de Contratações (iGestContrat), o índice de Governança e Gestão Orçamentária (iGovOrcament) e o índice de Capacidade em Gestão Orçamentária (iGestOrcament).

Nesse sentido, medidas estão sendo implementadas para aumentar a eficiência e elevar a performance do Órgão, de modo que o CJF alcance a faixa de gestão aprimorada (entre 70 e 100% nas boas práticas de governança e gestão) na próxima avaliação do TCU.

3.1 COMISSÕES E COMITÊS

Para dar atenção especial aos assuntos de grande repercussão, promover estudos e formular proposições no sentido de aprimoramento dos serviços prestados pela Justiça Federal, o CJF instituiu os seguintes comitês e/ou comissões:

TABELA 1 COMISSÕES E COMITÊS

COMITÊ/COMISSÃO	NORMATIVO	OBJETIVO
Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal	Portaria n. CF-POR-2012/00036	Elaborar propostas de automação dos procedimentos, bem como de normas para disciplinar as atividades relativas à gestão documental de documentos administrativos e judiciais no âmbito da Justiça Federal.
Comissão de Segurança da Justiça Federal	Portaria CJF n. 244/2020	Elaborar propostas de ações institucionais com vistas à uniformização, padronização e integração da segurança no âmbito do Conselho e da Justiça Federal.
Comitê Gestor Nacional do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Colaborativo da Justiça Federal	Portaria CJF n. 250/2020	Atuar como órgão central do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Colaborativo, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, a proposição da relação dos sistemas de informação de caráter nacional, bem como a avaliação, sob o ponto de vista negocial, dos acordos de cooperação institucional.
Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal (COGEST)	Resolução CJF n. 668/2020	Propor políticas, diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da Justiça Federal, bem como aprovar projetos de interesse da Justiça Federal.

TABELA 1 COMISSÕES E COMITÊS

COMITÊ/COMISSÃO	NORMATIVO	OBJETIVO
Comitê de Segurança da Informação da Justiça Federal (CSI-Jus)	Portaria CJF n. 411/2022	Gerir a segurança da informação em âmbito nacional, normatizando esta política e promovendo a aplicação das estratégias de segurança da informação.
Comitê de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação da Justiça Federal (CRI-Jus)	Portaria CJF n. 412/2022	Desenvolver a capacidade de gerenciar os eventos e incidentes que afetem a segurança da informação e dos ativos de informação da Justiça Federal.
Comissão de Aprimoramento da Gestão de Bens Apreendidos em Processos Criminais na Justiça Federal	Portaria CJF n. 566/2022	Propor medidas para o aperfeiçoamento procedimental das rotinas afetas às apreensões em processos criminais no âmbito da Justiça Federal.
Comitê Técnico de Obras Nacional (CTO-N)	Resolução CJF n. 244/2013	Debater, deliberar e propor soluções técnicas para problemas referentes ao Sistema de Edificações da Justiça Federal.
Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal	Portaria Ministro Presidente n. Portaria n. 103-CJF de 22/9/1989, alterada pela Portaria n. CJF-POR-2013/00321 de 4 de setembro de 2013	Revisar e atualizar, periodicamente, o Manual de Normas Padronizadas de Cálculos da Justiça Federal.
Comissão Coordenadora do Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal	Portaria Corregedoria-Geral n. CF-POR-2012/00154 de 28 de junho de 2012	Coordenar o Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal, com o objetivo de propiciar a integração dos órgãos envolvidos para troca de ideias e experiências, promover debate e formulação das propostas de solução para as dificuldades apresentadas, bem como disseminar o conhecimento da realidade dos diferentes órgãos que cuidam da execução penal no âmbito federal.
Comissão do Fórum Permanente de Corregedores da Justiça Federal	Resolução CJF n. 009/2008, de 14/4/2008.	Facilitar o intercâmbio de informações e experiências judicantes, manter a unidade do órgão jurisdicional no âmbito federal e propor ao Conselho da Justiça Federal as medidas pertinentes ao seu aprimoramento.
Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e Pesquisa (CTAP)	Resolução n. CJF-RES-2013/00233, com alterações previstas na Resolução n. CJF-RES-2016/00386.	Propor ações voltadas à publicação de estudos e reflexões sobre temas de interesse da Justiça Federal; propor intercâmbio institucional; fomentar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e disseminação de conhecimentos e propor a forma de avaliação dos cursos de formação continuada.
Comitê Técnico-Operativo de Capacitação (CTOP)	Resolução CJF n. 782/2022.	Elaborar o conjunto de metas e indicadores necessários ao Plano Nacional de Capacitação dos servidores do Conselho e JF; atualizar o Projeto Político-Pedagógico e apresentar proposta referente ao Programa Nacional de Ações de Capacitação.

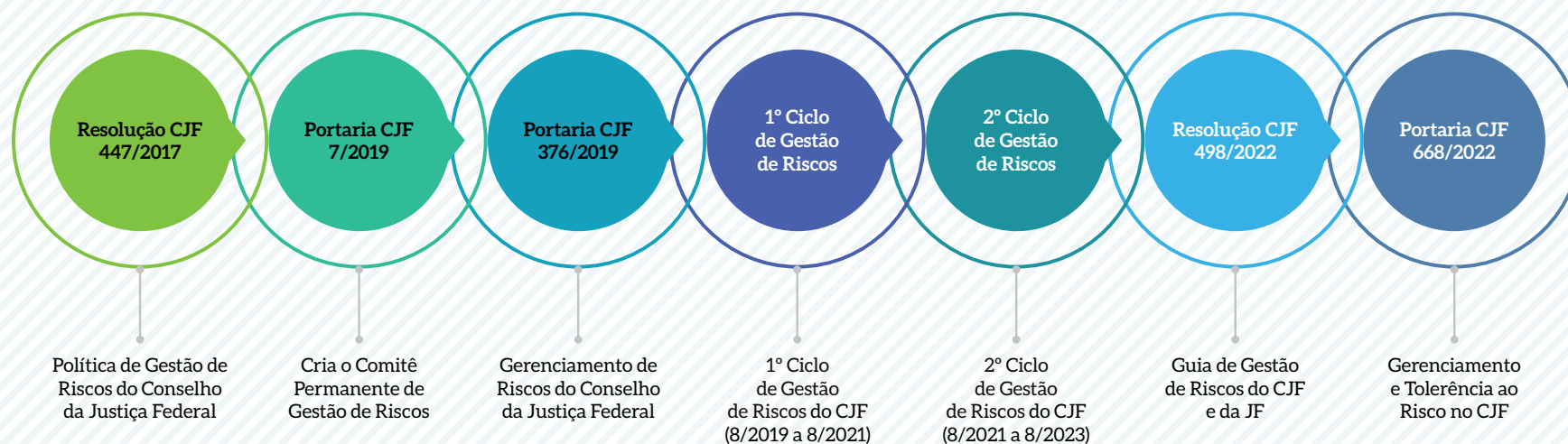
TABELA 1 COMISSÕES E COMITÊS

COMITÊ/COMISSÃO	NORMATIVO	OBJETIVO
Comitê Gestor Institucional (CGI)	Resolução CJF n. 668/2020.	Responsável por aprovar metas, iniciativas estratégicas e acompanhar a estratégia do CJF.
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CgovTI)	Portaria CJF n. 537/2020	Direcionar e monitorar o desempenho de TI do CJF. É dele, por exemplo, a responsabilidade de estabelecer e avaliar a estratégia, os indicadores e as metas de Tecnologia da Informação.
Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI)	Portaria CJF n. 223/2016	Tem a finalidade de prestar o assessoramento técnico ao CgovTI nas questões afetas à gestão de TI. O CGTI formula e conduz diretrizes de gestão, bem como analisa periodicamente a efetividade dessas diretrizes para a melhoria contínua da estratégia de Tecnologia da Informação - TI.
Comitê Gestor de Recursos Humanos	Resolução CJF n. 87/2009 alterada pela Resolução CJF n. 377/2015	Subsidiar o Sistema de Recursos Humanos na adoção de ações de sua competência.
Comitê Técnico de Auditoria Interna (CTAI)	Resolução CJF n. 676/2020	Zelar pela gestão orçamentário-financeira e patrimonial do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus sob os aspectos da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade, bem como executar outros procedimentos correlatos com as funções de auditoria.
Conselho Editorial da Justiça Federal	Resolução CJF n. 760/2022	Acompanhar a evolução dos produtos e serviços de comunicação social do Conselho da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais e das Seções Judiciárias, definindo revisões e alterações no Manual de Comunicação, garantindo sua consonância com as finalidades institucionais e as mais atuais boas práticas de comunicação social.
Comitê Executivo do Pacto da Desjudicialização da Previdência Social	Portaria CNJ n. 127/2019	Visa o acompanhamento e a execução da Estratégia Nacional para Desjudicialização da Previdência Social, firmada entre o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, a Advocacia-Geral da União, a Defensoria Pública da União, o Ministério do Trabalho e Previdência e o Instituto Nacional do Seguro Social em 20/8/2019.

4 GESTÃO DE RISCOS INSTITUCIONAIS

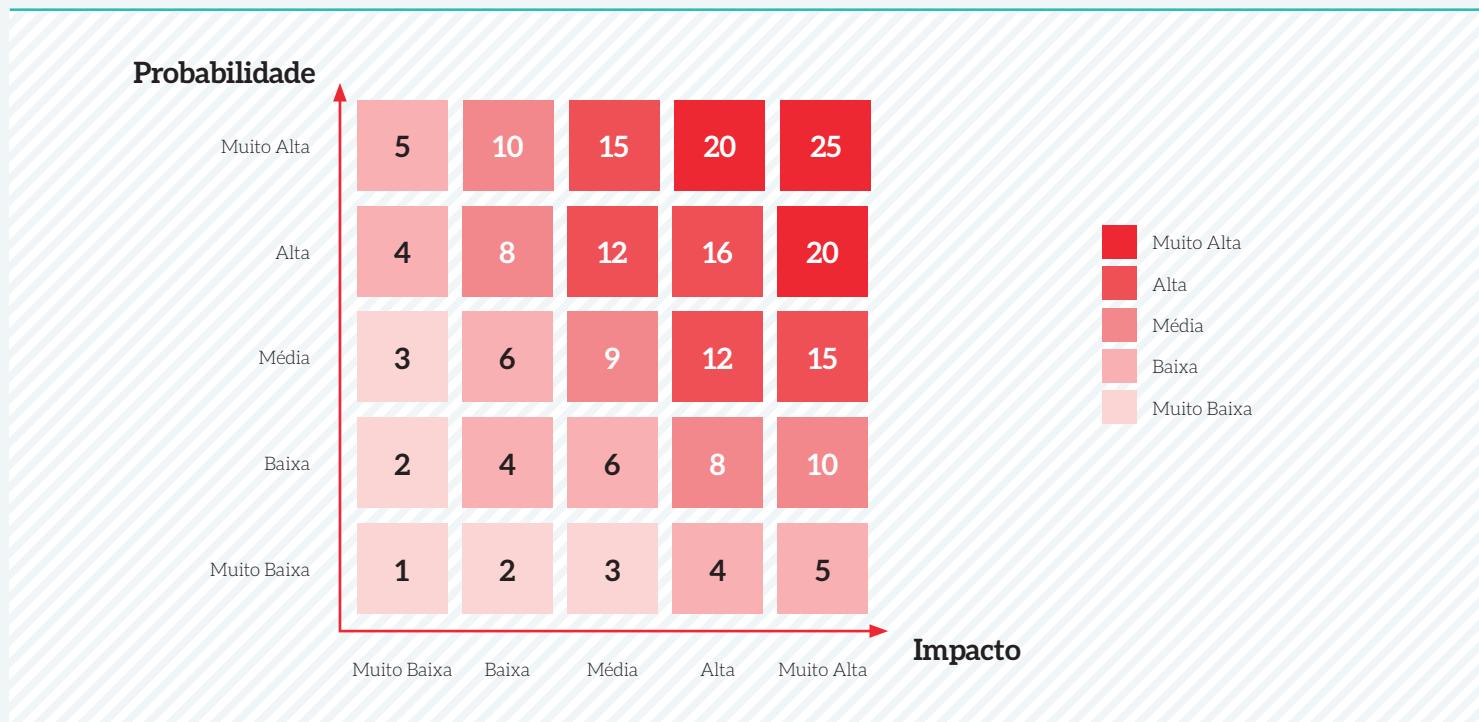
O Conselho da Justiça Federal, desde 2017, tem priorizado estratégias de aperfeiçoamento de suas atividades, inclusive as relacionadas à gestão de riscos, conforme detalhado na linha do tempo a seguir:

FIGURA 8 GESTÃO DE RISCO



A Resolução CJF n. 798, de 24 de outubro de 2022, instituiu o Guia de Gestão de Riscos do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, e a Portaria CJF n. 668/2022 disciplinou a tolerância aos riscos no âmbito do CJF, de modo que as matrizes de risco do 1º e do 2º Ciclo de Gerenciamento de Riscos (disponíveis em: [Gestão de Riscos – Conselho da Justiça Federal \(cjf.jus.br\)](http://Gestão de Riscos – Conselho da Justiça Federal (cjf.jus.br))) foram analisadas pelo Comitê Permanente de Gestão de Riscos do CJF com base nesses normativos, considerando a extensão do risco (variáveis “probabilidade” e “impacto”), objeto da matriz abaixo descrita e a disposição da instituição em suportar o risco após tratamento.

FIGURA 9 MATRIZ DE RISCO

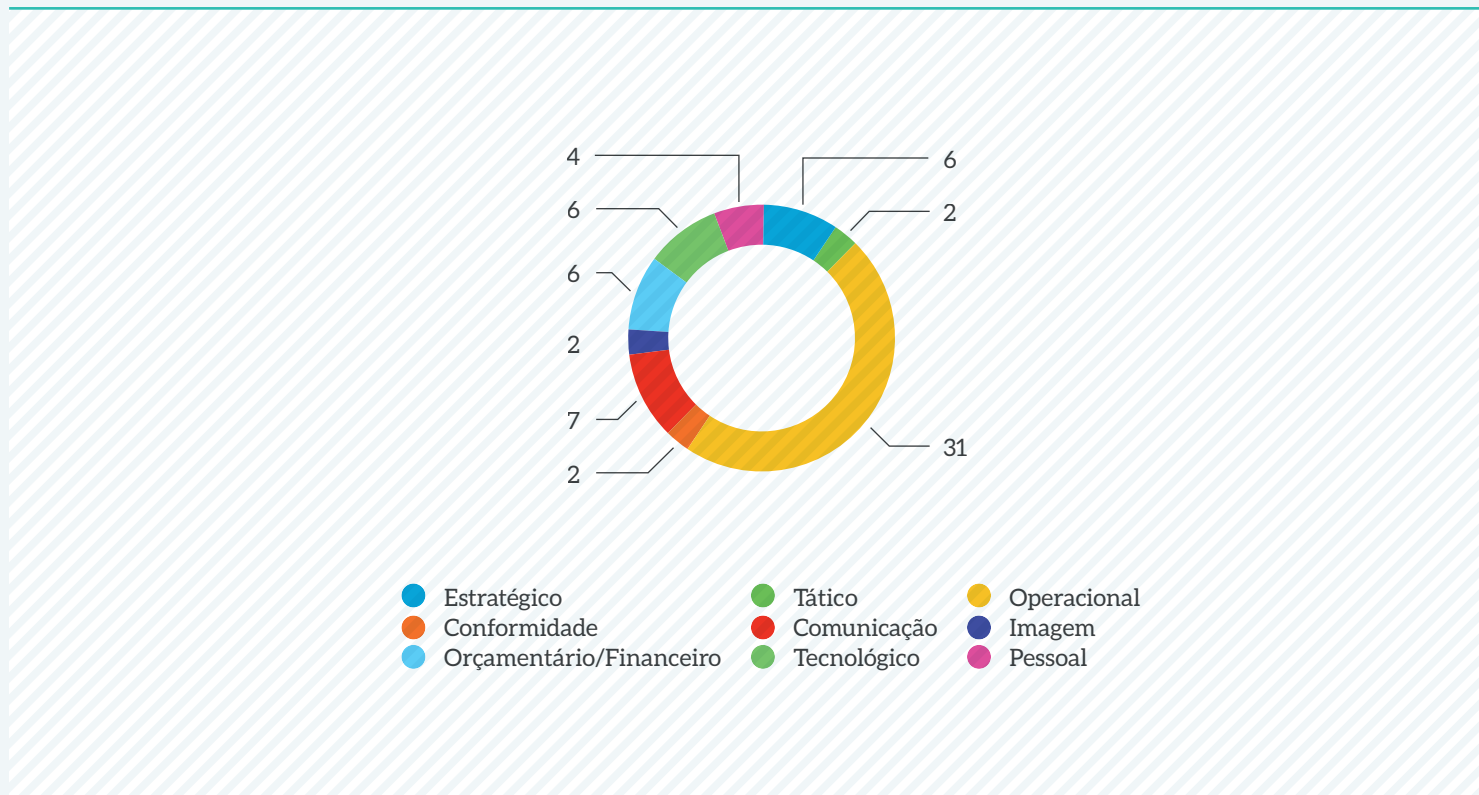


Em relação à tolerância aos riscos, a partir de novembro de 2022, e diante dos termos do art. 12 da Portaria CJF n. 668/2022, consideraram-se os seguintes parâmetros:

- **riscos em nível muito baixo:** estão dentro do limite de tolerância. Não são necessárias ações de mitigação, cabendo ao gestor monitorar para que não ultrapasse esse patamar;
- **riscos em nível baixo:** estão dentro do limite de tolerância. Cabe aos gestores a avaliação do custo-benefício da implementação de controles para a mitigação desses riscos;
- **riscos em nível médio:** estão dentro do limite de tolerância, devendo, apenas, ser monitorados pelo gestor caso o nível de impacto esteja entre médio e muito alto e tratados e monitorados, se o grau de impacto for alto ou muito alto;
- **riscos em nível alto:** estão acima do limite de tolerância. Requerem a implementação de ações de tratamento e controle com constante monitoramento até a redução deles a um patamar aceitável;
- **riscos em nível muito alto:** estão muito acima do limite de tolerância. Implicam a implementação de ações de tratamento e controle com constante monitoramento até que atinjam um patamar aceitável.

Assim, em reunião realizada em 13 de dezembro de 2022, o Comitê Permanente de Gestão de Riscos do CJF deliberou pelo monitoramento de 22 eventos de risco pendentes de tratamento com nível "alto" e "muito alto" e 20 eventos de risco residual com nível "alto" e "médio com impacto alto e muito alto" do 1º Ciclo (2019/2021) e de 15 processos de trabalho do 2º Ciclo de Gerenciamento de Riscos do Órgão (2021/2023), englobando 20 eventos de risco inerente pendentes de tratamento com impacto "alto" e "muito alto" e quatro eventos de risco residual com nível "alto", os quais correspondem a seguinte categorização:

GRÁFICO 1 QUANTITATIVO DE RISCOS EM MONITORAMENTO, POR CATEGORIA



Destaca-se, ainda, o Programa de Integridade do CJF, instituído pela Portaria CJF n. 172/2022 para apresentar medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, estruturado em quatro eixos: I – comprometimento e apoio da alta direção; II – instância responsável; III – análise de riscos e IV – monitoramento contínuo.

5 RESULTADOS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL

A estratégia da Justiça Federal, instituída pela Resolução CJF n. 668, de 9 de novembro de 2020, consolida os propósitos do segmento, mantendo alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Trata-se de diretriz desdobrada regionalmente para atendimento de peculiaridades específicas, representada pelo Mapa Estratégico da Justiça Federal a seguir:

FIGURA 10 MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL



METAS ESTRATÉGICAS DA JUSTIÇA FEDERAL

No ano de 2022, foram monitoradas 14 metas estratégicas, sendo nove nacionais e cinco específicas da Justiça Federal, todas monitoradas pelo Conselho da Justiça Federal.

Para consultar a descrição completa das metas nacionais, acesse o [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário](#), e para as específicas, acesse o [Glossário das Metas Específicas da Justiça Federal](#).

TABELA 2 EVOLUÇÃO DAS METAS NA JUSTIÇA FEDERAL

META/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Meta 1 - Produtividade	98,2%	96%	97,5%	114%	99,7%	92,0%	87,9%	110,29%
Meta 2 - Celeridade	102%	102%	96,7%	94,5%	95,9%	93,1%	92,4%	84,62%
Meta 3 - Conciliação	4,2%	4,4%	7,6%	7,9%	9%	6,8%	9,0%	238,4% (14,3%)
Meta 4 - Improbidade	51,7%	47,8	79,9%	104,6%	120,2%	110,6%	119,7%	108%
Meta 5 - Execução Não Fiscal	81,5%	88%	111,2%	102,2%	107,6%	98,3%	87,04%	72,49%
Meta 6 - Ações coletivas	57,9%	63,2	88,9%	96%	98,8%	115%	102,0%	-
Meta 9 - Agenda 2030	-	-	-	-	-	84%	100% ¹	85%
Meta 10 - Justiça 4.0	-	-	-	-	-	-	-	438,7%
Meta 11 - Direitos da Criança e do Adolescente	-	-	-	-	-	-	-	78%
Meta 12 - Ações ambientais	-	-	-	-	-	-	13%	118%
Meta Específica Criminal A	114,7%	99,2	98,3%	102,3%	94,85%	101,2%	78,2% ²	84,8%
Meta Específica Criminal B	58,5%	61,6%	98,1%	119%	116,25%	120,2%	67,5% ²	110,9%
Meta Específica de Sustentabilidade	-	-	-	-	-	-	100,0% ³	20%*
Meta Específica previdenciária	-	-	-	-	-	-	86,9% ⁴	-
Meta Específica previdenciária	-	-	-	-	-	-	86,9% ⁴	-
Meta Específica Segurança	-	-	-	-	-	-	-	30%

*Somente informado pela 3ª - Região. Fonte: Observatório da Estratégia da Justiça Federal em 10/2/2023.

TABELA 3 RESULTADO DAS METAS DA JUSTIÇA FEDERAL

META/ANO	2022
Meta 1 - Produtividade	110,29%
Meta 2 - Celeridade	84,62%
Meta 3 - Conciliação	238,4% (14,3%)
Meta 4 - Improbidade	108%
Meta 5 - Execução Não Fiscal	72,49%

TABELA 3 RESULTADO DAS METAS DA JUSTIÇA FEDERAL

META/ANO	2022
Meta 9 - Agenda 2030	85%
Meta 10 - Justiça 4.0	438,7%
Meta 11 - Direitos da Criança e do Adolescente	78%
Meta 12 - Ações ambientais	118%
Meta Específica Criminal A - julgados	119,8%
Meta Específica Criminal A - baixados	84,8%
Meta Específica Criminal B	110,9%
Meta Específica de Sustentabilidade	20%*
Meta Específica Previdenciária	30%

*Somente informado pela 3ª Região. - Fonte: Observatório da Estratégia da Justiça Federal em 10/2/2023.

TABELA 4 RESULTADO DAS METAS POR REGIÃO

META	REGIÃO / RESULTADO					
	1ª REGIÃO	2ª REGIÃO	3ª REGIÃO	4ª REGIÃO	5ª REGIÃO	6ª REGIÃO
Meta 1 - Produtividade	105,6%	98,9%	114,8%	91,0%	144,8%	*Não disponível
Meta 2 - Celeridade	73,0%	95,0%	90,0%	98,0%	95,0%	*Não disponível
Meta 3 - Conciliação	382,2% (22,9%)	114,4% (6,9%)	104,2% (6,3%)	151,1% (9,2%)	238,2% (14,2%)	*Não disponível
Meta 4 - Improbidade	98,3%	102,9%	121,5%	102,6%	137,9%	*Não disponível
Meta 5 - Execução Não Fiscal	75,1%	67,3%	76,1%	71,1%	67,0%	*Não disponível
Meta 9 - Agenda 2030	55,0%	100,0%	90,0%	80,0%	100,0%	*Não disponível
Meta 10 - Justiça 4.0	67,3%	132,7%	131,9%	177,7%	88,0%	*Não disponível
Meta 11 - Direito da Criança e do Adolescente	83,3%	100,0%	56,0%	60,0%	100,0%	*Não disponível
Meta 12 - Ações Ambientais	103,0%	147,0%	142,0%	236,0%	295%	*Não disponível
Meta Específica Criminal A - Julgados	193,2%	98,9%	135,6%	79,2%	122,7%	*Não disponível
Meta Específica Criminal A - Baixados	326,8%	95,3%	90,7%	75,5%	102,2%	*Não disponível
Meta Específica Criminal B	71,9%	79,7%	83,1%	101%	113,7%	*Não disponível
Meta Específica Segurança	0,0%	0,0%	50,0%	100,0%	0,0%	*Não disponível
Meta Específica Sustentabilidade	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	*Não disponível

*Dados TRF2 preenchidos até julho/2022. - Fonte: Observatório da Estratégia da Justiça Federal em 10/2/2023.

TABELA 5 PROJETOS ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA FEDERAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO	OBJETIVO DO PROJETO/PRODUTOS	STATUS
Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança judiciária.	Aprimoramento da Gestão de Dados da Justiça Federal.	<ul style="list-style-type: none"> • Acordo de cooperação técnica entre CJF e STF; • dados do DataJud providos no CJF; • data Warehouse da JF; • visualização do DW DataJud-JF. 	Concluído
Fortalecer a relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.	Conheça a Justiça Federal.	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de comitê de comunicação da JF; • novo mural digital do CJF; • elaboração da interface da página da LGPD; • podcast do CJF e da JF; • kit visita guiada no CJF; • nova intranet. 	Concluído
Fortalecer a estratégia de TIC e de proteção de dados.	Implantação da lei geral de proteção de dados na Justiça Federal.	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de diagnóstico; • plano de proteção de dados; • LGPD implantada no CJF; • avaliação dos ajustes implementados. 	Concluído
Fortalecer a estratégia de TIC e de proteção de dados.	Sistema de autorização remota on-line.	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da solução RH SSO em alta disponibilidade; • possibilidade da utilização de outros provedores de identificação por meio de intermediação com o uso dos protocolos SAML v2.0, OpenID, Connect v1.0 e OAuth v2.0; • documentação do projeto implantado; • aplicação de exemplo utilizando a solução. Segundo o secretário de TI, um dos sistemas nacionais que adotou a plataforma unificada de autenticação foi a carteira funcional digital; • documentação da aplicação de exemplo. 	Concluído
Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança judiciária.	Definição de ocupações críticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar metodologia e realizar o levantamento das ocupações críticas junto aos órgãos da Justiça Federal. 	63%
Impulsionar a prestação jurisdicional de excelência para a sociedade.	Depósitos judiciais na Justiça Federal.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e destinar ao credor ou à Fazenda Pública depósitos judiciais relativos a processos e aqueles relacionados a precatórios que estejam parados em contas bancárias. 	40%
Desenvolver, integrar e valorizar pessoas.	Implantação do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver, implantar e manter a governança do sistema único de gestão de pessoas do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. 	63%
Garantir o direito à informação	Justiça transparente.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar rede colaborativa entre os órgãos da Justiça Federal, de modo que se destaquem no ranking de transparência. 	70%
Impulsionar a prestação jurisdicional de excelência para a sociedade	Padronização da organização das varas federais.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar modelo de gestão judicial, com vistas a aprimorar e dar celeridade ao fluxo de trabalho das varas federais. 	64%

5.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DO CJF

Em 2022, foram estabelecidas 30 metas estratégicas para CJF, das quais 25 foram monitoradas, segundo detalhamento previsto em seu [Plano Estratégico](#) e acompanhamento detalhando por meio do [Painel de Objetivos estratégicos do CJF](#).

METAS ESTRATÉGICAS DO CJF

A seguir, apresenta-se quadro-resumo de cumprimento das metas de 2022 do CJF:

TABELA 6 CUMPRIMENTO DAS METAS DO CJF

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META PARA 2022	CUMPRIMENTO	RESULTADO
Impulsionar a prestação jurisdicional de excelência para a sociedade.	Meta 1 – Reduzir para 44 dias o tempo médio do trâmite dos processos na TNU.	105,8%	Meta cumprida
	Meta 2 – Atender 20% dos itens E-Gov de acessibilidade.	100%	Meta cumprida
Garantir o direito à informação.	Meta 3 – Posicionar o CJF entre os 50 primeiros órgãos no ranking da transparência.	56,2%	Meta não cumprida
	Meta 5 – Estabelecer, anualmente, três parcerias nacionais.	366,7%	Meta cumprida
Estreitar a integração e a parceria com a Justiça Federal e outras instituições.	Meta 6 – Atingir, até 2026, mais três sistemas nacionais.	100%	Meta cumprida
	Meta 7 – Realizar, até 2026, dez contratações conjuntas.	100%	Meta cumprida
	Meta 8 – Obter, no mínimo, 80% de percepção positiva dos servidores em relação aos meios de comunicação internos disponíveis, até 2026.	133,54%	Meta cumprida
Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão judicial e administrativa no CJF.	Meta 9 – Aumentar, a cada ano, a quantidade de comunidades de prática ativa, física ou virtual, na Justiça Federal.	200%	Meta cumprida
	Meta 10 – Realizar pesquisas, estudos e diagnósticos em temas de interesse da Justiça Federal.	400%	Meta cumprida
Promover a articulação entre as unidades de correição da Justiça Federal.	Meta 11 – Executar ações em 100% das demandas autuadas no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça Federal até a primeira decisão/despacho lançada(o) por acordo de cooperação técnica n. 001/2018 entre o CNJ e o CJF.	92,6%	Meta não cumprida
	META 12 – Executar 100% das ações de inspeções articuladas entre o CJF e os TRFs.	100%	Meta cumprida
Promover a melhoria da governança no CJF.	Meta 14 – Manter-se no nível “aprimorado” nas avaliações de governança de TI até 2026.	125,38%	Meta cumprida

TABELA 6 CUMPRIMENTO DAS METAS DO CJF

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META PARA 2022	CUMPRIMENTO	RESULTADO
Aperfeiçoar as medidas administrativas de controle e fiscalização na Justiça Federal para assegurar a proteção dos recursos públicos.	Meta 15 – Realizar, anualmente, 100% das vitorias técnicas previstas nos planos anuais.	100%	Meta cumprida
	Meta 16 – Realizar, anualmente, 100% das auditorias previstas nos planos anuais, até 2026.	77,78%	Meta não cumprida
	Meta 18 – Promover, pelo menos, um evento sobre auditoria interna e, pelo menos, um evento sobre gestão de obras	50%	Meta não cumprida
Integrar medidas de sustentabilidade nos processos de trabalho do CJF.	Meta 19 – Integrar medidas de sustentabilidade, quando cabível, a 90% dos contratos analisados, até 2026.	125%	Meta cumprida
	Meta 20 – Cumprir 100% das metas do Plano de Logística Sustentável - PLS.	71,43%	Meta não cumprida
Fortalecer a segurança da informação.	Meta 22 – Evoluir, até 2026, em 20% com relação à maturidade-base em segurança da informação.	100%	Meta cumprida
	Meta 23 – Atingir, em 2026, o nível 3 nos processos de gestão de vulnerabilidade.	200%	Meta cumprida
Promover a transformação digital para aprimoramento dos serviços prestados pelo CJF.	Meta 24 – Manter, em 2026, 90% de satisfação dos usuários com os serviços de TI.	101,11%	Meta cumprida
	Meta 25 – Atingir, em 2026, 12 inovações e modernizações tecnológicas implementadas aos usuários.	150%	Meta cumprida
Desenvolver, integrar e valorizar pessoas.	Meta 26 – Capacitar, anualmente, 80% dos servidores do CJF em pelo menos uma ação educacional.	114,7%	Meta cumprida
	Meta 27 – Capacitar, a cada biênio, 100% dos gestores do CJF em 30 horas de capacitação de natureza gerencial.	100%	Meta cumprida
	Meta 28 – Alcançar anualmente, 80% de aderência ao PAC.	83,33%	Meta não cumprida
	Meta 29 – Alcançar e manter, até 2025, 70% de satisfação nas pesquisas de clima organizacional.	Pesquisa não realizada	Pesquisa não realizada
Otimizar a utilização dos recursos orçamentários.	Meta 30 – Executar 90% das dotações para despesas orçamentárias.	79,10%	Meta não cumprida

As Metas 4, 13, 17 e 21 foram suspensas.

TABELA 7 PROJETOS ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA FEDERAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO	OBJETIVO DO PROJETO/PRODUTO	STATUS
Fortalecer a segurança da informação.	Plano de Continuidade de Serviços de TI	Propor critérios para definição de serviços/sistemas essenciais/críticos.	Concluído
Impulsionar a prestação jurisdicional de excelência para a sociedade.	Certidão Única	Criar Resolução que determine a nomenclatura, os tipos e os critérios de expedição das certidões judiciais no âmbito da JF de 1º e 2º graus.	89%
Otimizar a utilização dos recursos orçamentários.	De bombeiro a pregoeiro	Aprimorar a governança das contratações e auxílio ao CJF na mudança de perfil junto ao Tribunal de Contas da União nos indicadores IGovContrat e IGesContrat, passando de inicial para aprimorado.	51%
Promover a melhoria da governança no CJF.	Elaboração do Plano de Continuidade do CJF	Implementar processo de gestão de continuidade de negócio no âmbito do CJF.	22%
Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão judicial e administrativa no CJF.	eSocial	Proporcionar condições para que o CJF cumpra as obrigações referentes ao eSocial – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, nos prazos estipulados pelo Governo Federal: <ul style="list-style-type: none">• Até 8/7/2021 (1ª fase) – eventos de tabela;• Até 8/11/2021 (2ª fase) – eventos não periódicos;• Até 8/4/2022 (3ª fase) – eventos periódicos;• Até 11/7/2022 (4ª fase) – eventos de SST.	77%
Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão judicial e administrativa no CJF.	Governança de dados no Relatório de Gestão	Reduzir o retrabalho e o tempo para a elaboração da prestação de contas por meio da aplicação da governança de dados.	40%

5.3 SESSÕES PLENÁRIAS DO CJF

Em 2022, o Plenário do Conselho da Justiça Federal realizou 17 sessões, das quais 14 ordinárias e três extraordinárias. Das 17 sessões, nove aconteceram de forma presencial, com suporte de vídeo para participação remota dos membros; uma foi feita integralmente por videoconferência e sete ocorreram integralmente em ambiente virtual de julgamento.

O Colegiado apreciou 113 processos, tendo julgado 99, conforme a tabela a seguir:

TABELA 8 SESSÕES PLENÁRIAS DO CJF

SESSÃO	DATA	FORMATO	PAUTADOS	JULGADOS
Ordinária	21/2/2022	Presencial, com suporte de vídeo	6	5
Ordinária	14, 15 e 16/3/2022	Sessão virtual	4	3
Ordinária	28/3/2022	Presencial, com suporte de vídeo	5	5
Ordinária	6, 7 e 8/4/2022	Sessão virtual	7	6
Ordinária	25/4/2022	Presencial, com suporte de vídeo	6	5
Extraordinária	18/5/2022	Videoconferência	1	1
Ordinária	18, 19 e 20/5/2022	Sessão virtual	6	6
Ordinária	30/5/2022	Presencial, com suporte de vídeo	5	4
Ordinária	13, 14 e 15/6/2022	Sessão virtual	2	2
Ordinária	27/6/2022	Presencial, com suporte de vídeo	5	5
Extraordinária	2/8/2022	Presencial, com suporte de vídeo	1	1
Ordinária	3, 4 e 5/8/2022	Sessão virtual	19	19
Ordinária	22/8/2022	Presencial, com suporte de vídeo	7	7
Ordinária	19/9/2022	Presencial, com suporte de vídeo	9	8
Extraordinária	27, 28 e 29/9/2022	Sessão virtual	3	1
Ordinária	24/10/2022	Presencial, com suporte de vídeo	10	10
Ordinária	16, 17 e 18/11/2022	Sessão virtual	7	5
Ordinária	12/12/2022	Presencial, com suporte de vídeo	10	6
Total			113	99

ALTERAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO

No decorrer do ano de 2022, passaram a compor o Colegiado do Conselho da Justiça Federal:

- Ministras Assusete Dumont Reis Magalhães e Regina Helena Costa, respectivamente, como membro efetivo e suplente, empossadas na sessão plenária do CJF de 21 de fevereiro de 2022;
- Desembargadora Federal Marisa Ferreira Santos e Desembargador Federal Antonio Carlos Cedenho, em decor-

rência da posse, respectivamente, como Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 2 de março de 2022;

- Ministro Sérgio Luiz Kukina, como membro efetivo, e Ministros Rogério Schietti Machado Cruz e Luiz Alberto Gurgel de Faria, como membros suplentes, todos empossados na sessão Plenária do CJF de 28 de março de 2022;
- Desembargador Federal José Amílcar Machado e Desembargadora Federal Ângela Catão Alves, em decorrência da posse, respectivamente, como Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 18 de abril de 2022;
- Desembargadora Federal Mônica Jacqueline Sifuentes e Desembargador Federal Valisney de Souza Oliveira, em decorrência da posse, respectivamente, como Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em 19 de agosto de 2022;
- Ministra Maria Thereza de Assis Moura, empossada como presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, em 25 de agosto de 2022, em cerimônia realizada no Superior Tribunal de Justiça;
- Ministro Og Nicéas Marques Fernandes, empossado como vice-presidente e corregedor-geral da Justiça Federal, em 25 de agosto de 2022, em cerimônia realizada no Superior Tribunal de Justiça;
- Ministros Paulo Dias de Moura Ribeiro e Reynaldo Soares da Fonseca, respectivamente, membro efetivo e suplente, empossados na sessão plenária do CJF de 12 de dezembro de 2022.

PRINCIPAIS NORMAS APROVADAS

- [Emenda regimental n. 2/2022](#), que altera dispositivos do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, anexo da Resolução CJF n. 42, de 19 de dezembro de 2008.
- [Resolução CJF n. 746, de 16 de dezembro de 2021](#), que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal (editada ad referendum em 16/12/2021, publicada em 17/12/2021 e referendada pelo Colegiado em 21 de fevereiro de 2022).
- [Resolução CJF n. 748, de 10 de janeiro de 2022](#), que dispõe sobre os procedimentos relativos à programação financeira, alterações de plano orçamentário e de detalhamento do elemento de despesa para pagamento das folhas de pessoal e das despesas de custeio e de capital, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, bem como os referentes ao pagamento de sentenças judiciais e, ainda, a definição dos prazos de encaminhamento dos planos anuais de aquisição de veículos ao Conselho da Justiça Federal.
- [Resolução CJF n. 759, de 26 de abril de 2022](#), que dispõe sobre a Política de Gestão de Pessoas da Justiça Federal.
- [Resolução CJF n. 760, de 26 de abril de 2022](#), que dispõe sobre a Política de Comunicação Social no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
- [Resolução CJF n. 761, de 26 de abril de 2022](#), que dispõe sobre a regulamentação da aplicação do art. 24, parágrafo único, da Lei n. 11.416/2006, para utilização de saldo remanescente proveniente do valor integral de cargos em comissão decorrentes da opção de servidor pela retribuição do cargo efetivo, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

- [Resolução CJF n. 763, de 18 de maio de 2022](#), que estabelece a distribuição das vagas da primeira composição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, bem como define a ordem de antiguidade dos desembargadores federais.
- [Resolução CJF n. 774, de 28 de junho de 2022](#), que dispõe sobre o Observatório da Estratégia da Justiça Federal como repositório oficial de informações da Justiça Federal.
- [Resolução CJF n. 776, de 28 de junho de 2022](#), que dispõe sobre o instituto da remoção dos servidores dos quadros de pessoal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
- [Resolução CJF n. 780, de 8 de agosto de 2022](#), que dispõe sobre a guarda e a destinação de bens e materiais apreendidos ou constritos em procedimentos criminais no âmbito da Justiça Federal.
- [Resolução CJF n. 781, de 8 de agosto de 2022](#), que dispõe sobre a criação, o funcionamento e a organização do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Colaborativo e a política de concepção, sustentação e gestão dos sistemas corporativos nacionais no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
- [Resolução CJF n. 782, de 8 de agosto de 2022](#), que dispõe sobre o Plano Nacional de Capacitação dos Servidores do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus – PNC.
- [Resolução CJF n. 783, de 8 de agosto de 2022](#), que dispõe sobre a aprovação do Programa Nacional de Ações de Capacitação para o biênio 2022/2023.
- [Resolução CJF n. 784, de 8 de agosto de 2022](#), que dispõe sobre a alteração do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Resolução CJF n. 267, de 2 de dezembro de 2013, com redação dada pela Resolução n. 658, de 10 de agosto de 2020.
- [Resolução CJF n. 789, de 19 de setembro de 2022](#), que dispõe sobre a alteração da Resolução CJF n. 50/2009, que regulamenta a requisição de magistrados e servidores para a Corregedoria-Geral da Justiça Federal.
- [Resolução CJF n. 790, de 19 de setembro de 2022](#), que altera dispositivo no anexo do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, instituído pela Resolução CJF n. 586, de 30 de setembro de 2019.
- [Resolução CJF n. 796, de 24 de outubro de 2022](#), que dispõe sobre a alteração da Resolução CJF n. 776, de 28 de junho de 2022, que regulamenta o instituto da remoção dos servidores dos quadros de pessoal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
- [Resolução CJF n. 797, de 24 de outubro de 2022](#), que dispõe sobre alteração da estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal.
- [Resolução CJF n. 798, de 24 de outubro de 2022](#), que institui o Guia de Gestão de Riscos do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus.
- [Resolução CJF n. 800, de 24 de outubro de 2022](#), que dispõe sobre a aprovação do Manual de Gestão de Portfólio de Projetos Estratégicos da Justiça Federal e do Manual de Gestão de Projetos da Justiça Federal.
- [Resolução CJF n. 807, de 12 de dezembro de 2022](#), que dispõe sobre a aferição do merecimento para a promoção de juízas e juizes federais e de juízas e juizes federais substitutos, nas hipóteses previstas no caput do art. 8º da Lei n. 14.226/2021.

- [Resolução CJF n. 808, de 12 de dezembro de 2022](#), que dispõe sobre os procedimentos relativos à programação financeira, alterações de plano orçamentário e de detalhamento do elemento de despesa para pagamento das folhas de pessoal e das despesas de custeio e de capital, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, bem como os referentes ao pagamento de sentenças judiciais e, ainda, a definição dos prazos de encaminhamento dos planos anuais de aquisição de veículos ao Conselho da Justiça Federal, no exercício de 2023.
- [Resolução CJF n. 812, de 12 de dezembro de 2022](#), que altera os arts. 22, IV, e 24, IV, da Resolução CJF n. 764, de 23 de maio de 2022, que dispõem sobre indenização de férias acumuladas.

5.4 UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Compete à Turma Nacional de Uniformização (TNU) processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal segundo os critérios previstos na Lei dos Juizados Especiais Federais ([Lei n. 10.259/2001](#)) e no [Regimento Interno da TNU](#).

Informações sobre sessões e quantitativo de procedimentos da TNU realizados em 2022:

TABELA 9 SESSÕES E QUANTITATIVO DE PROCEDIMENTOS DA TNU

Sessões ordinárias de julgamento	10
Sessões virtuais de julgamento (ambiente eletrônico)	10
Processos recebidos na Presidência	17.684
Processos distribuídos aos juízes relatores (originários - MS e Rcl)	219
Processos distribuídos aos juízes relatores (em sede de pedido de uniformização)	1.651
Despachos/decisões da Presidência	17.177
Acórdãos	1.050
Despachos/decisões dos juízes relatores	799
Baixa definitiva	16.742

Outras ações desenvolvidas no âmbito da TNU:

- Projeto de modernização e aprimoramento da Base de Jurisprudência da TNU.
- Apresentação do Manual de Admissibilidade Recursal da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais na sede dos Tribunais Regionais Federais da 2ª e 3ª Regiões nos meses de abril e maio.
- Integração do sistema eproc da TNU no Codex do CNJ, instituído pela Resolução CNJ n. 446, de 14 de março de 2022. Trata-se de plataforma oficial de extração de dados estruturados e não estruturados dos processos judiciais eletrônicos em tramitação no Poder Judiciário Nacional.

5.5 FISCALIZAÇÃO E CORREIÇÃO

A Corregedoria-Geral da Justiça Federal, órgão de fiscalização, controle e orientação normativa da Justiça Federal de 1º e 2º graus, relatou, em 2022, 15 processos para decisão do Colegiado e apreciou 521 representações por excesso de prazo. Ademais, realizou inspeções e/ou autoinspeções conforme detalhamentos a seguir:

TABELA 10 INSPEÇÕES E AUTOINSPEÇÕES

INSPEÇÕES E AUTOINSPEÇÕES	PERÍODOS
Inspeção no TRF da 2ª Região	4 a 8/4/2022
Inspeção no TRF da 3ª Região	2 a 13/5/2022
Autoinspeção no TRF da 4ª Região	1º a 30/6/2022
Autoinspeção no TRF da 1ª Região	1º a 31/8/2022
Autoinspeção no TRF da 5ª Região	16/11 a 15/12/2022

GRÁFICO 2 PROCESSOS INSPECIONADOS

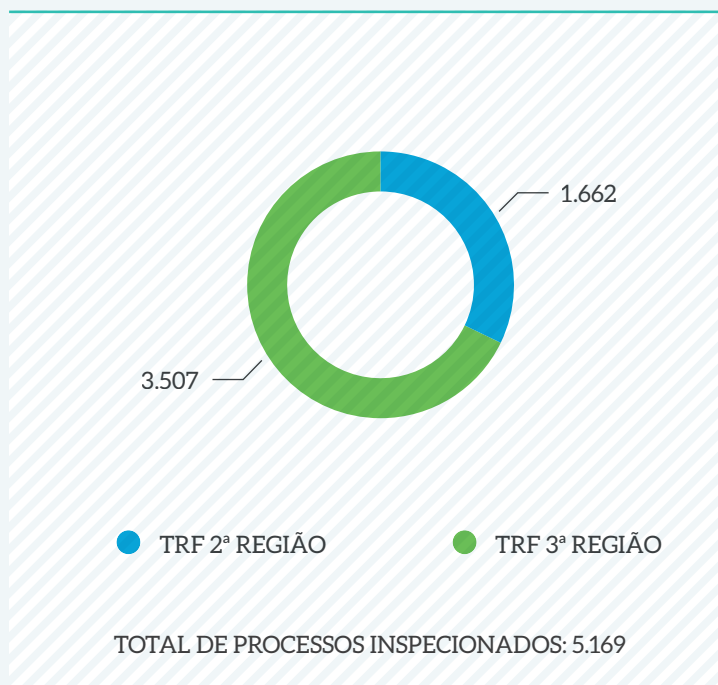
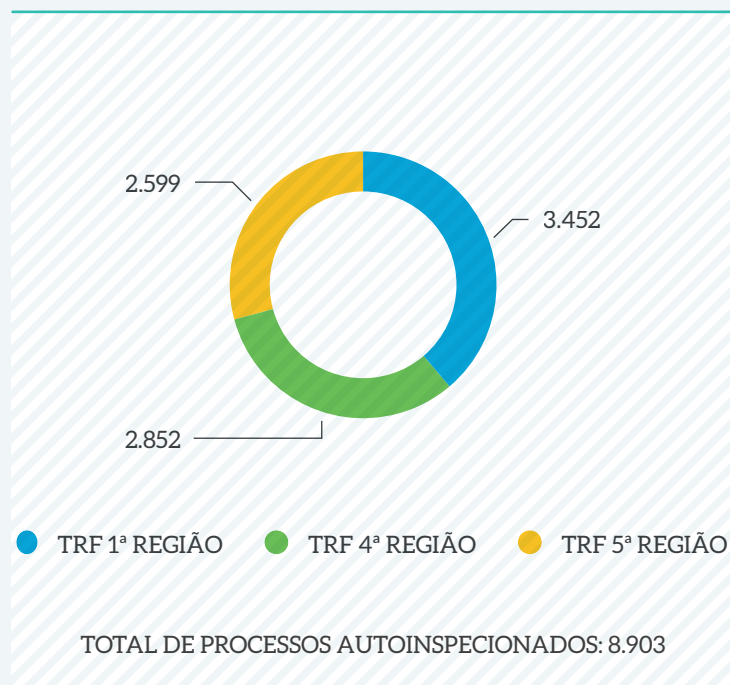


GRÁFICO 3 PROCESSOS AUTOINSPECIONADOS



Os [relatórios de inspeção são disponibilizados no Portal do CJF](#), após aprovação do Colegiado do CJF.

Outra ação relevante da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, e unidades a ela vinculadas (Turma Nacional de Uniformização – TNU e Centro de Estudos Judiciários – CEJ), foi o desenvolvimento do Plano de Ação, para o biênio 2022/2024, com a definição de metas e indicadores.

Além disso, a partir de parâmetros utilizados nos trabalhos de inspeção, a Corregedoria-Geral, junto aos Tribunais Regionais Federais das 2ª e 3ª Regiões, promoveu a validação e a melhoria da consistência dos dados que compõem suas bases na ferramenta de BI.

5.6 AUDITORIA

A Secretaria de Auditoria Interna (SAI) do Conselho da Justiça Federal é o órgão central do Sistema de Auditoria Interna da Justiça Federal (SIAUD-JF), conforme estabelecido nos arts. 70, 74 e 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, na Lei n. 11.798/2008 e na Resolução CJF n. 676, de 23 de novembro de 2020.

Em 2022, foram realizadas 24 ações de auditoria, sendo que duas serão concluídas em 2023. Segue síntese das ações de auditoria e monitoramento realizados ([relatório de atividades disponíveis no Portal do CJF](#)):

TABELA 11 AUDITORIAS

ATIVIDADES	SITUAÇÃO
Conclusão da Auditoria Financeira e de Conformidade nas Contas de 2021 – Processo SEI n. 0002785-43.2021.4.90.8000.	Auditoria concluída em 21 março de 2022, resultando em 25 recomendações, sendo três prejudicadas, oito consideradas atendidas, e oito mantidas para monitoramento.
Conclusão da Auditoria Operacional na Divisão de Pagamento de Pessoal do CJF – Processo SEI n. 0002096-57.2021.4.90.8000.	Auditoria concluída em 31 de março de 2022, resultando em 14 recomendações, todas mantidas para monitoramento.
Conclusão da Auditoria na Execução de Contratos de TIC – Processo SEI n. 0002797-87.2021.4.90.8000.	Auditoria concluída em 12 de maio de 2022, resultando em 11 recomendações, sendo duas prejudicadas, uma considerada atendida, uma parcialmente atendida, uma em implementação e seis mantidas para monitoramento.
Conclusão da Auditoria nas Fases das Contratações Públicas, consubstanciadas no Decreto n. 10.024/2019 – Processo SEI n. 0002826-56.2021.4.90.8000.	Auditoria concluída em 12 de maio de 2022, resultando em seis recomendações, sendo uma considerada atendida e cinco mantidas para monitoramento.
Auditoria no Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Processo SEI n. 0000412-18.2022.4.90.8000.	Auditoria concluída em 1º de junho de 2022, resultando em 12 recomendações, sendo uma atendida, nove em implementação e duas mantidas para monitoramento.

TABELA 11 AUDITORIAS

ATIVIDADES	SITUAÇÃO
Auditoria no Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Processo SEI n. 0000413-91.2022.4.90.8000.	Auditoria concluída em 27 de junho de 2022, resultando em 18 recomendações, sendo seis consideradas em implementação e 12 mantidas para monitoramento.
Auditoria no Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Processo SEI n. 0000414-71.2022.4.90.8000.	Auditoria concluída em 15 de julho de 2022, resultando em 11 recomendações, sendo sete consideradas em implementação e quatro mantidas para monitoramento.
Conclusão da Auditoria na Execução de Contratos de Serviço de Vigilância do CJF – Processo SEI n. 0000777-43.2022.4.90.8000.	Auditoria concluída em 13 de outubro de 2022, resultando em 25 recomendações, sendo cinco consideradas atendidas e 20 mantidas para monitoramento.
Conclusão da Auditoria nas Fases da Licitação nos Processos de Contratação de Serviço de Vigilância – Processo SEI n. 0000673-57.2022.4.90.8000.	Auditoria concluída em 25 de agosto de 2022, resultando em sete recomendações, todas mantidas para monitoramento.
Auditoria Financeira e de Conformidade nas Contas de 2022 – Processo SEI n. 0002528-47.2022.4.90.8000.	Relatório preliminar da 1ª fase expedido em 1º de dezembro de 2022.
Auditoria de Transparência Pública - Processo SEI n. 0001720-61.2022.4.90.8000.	Auditoria concluída em 3 de novembro de 2022, resultando em 26 recomendações, sendo 11 consideradas atendidas e 15 mantidas para monitoramento.

TABELA 12 MONITORAMENTO

ATIVIDADES	SITUAÇÃO
Monitoramento da Auditoria na Folha de Pagamento de Pessoal do CJF – Processo SEI n. 0002097-78.2019.4.90.8000.	Monitoramento concluído em 26 de setembro de 2022. A auditoria havia resultado em nove recomendações, uma delas considerada atendida, sete parcialmente atendidas e uma mantida para monitoramento futuro. Das oito recomendações pendentes de implementação por ocasião do monitoramento, todas foram consideradas atendidas.
Monitoramento da Auditoria na Capacitação relacionada à Formação Gerencial – Processo SEI n. 0002450-16.2020.4.90.8000.	Monitoramento concluído em 7 de novembro de 2022. A auditoria havia resultado em 10 recomendações, seis delas tendo sido consideradas atendidas e quatro mantidas para monitoramento futuro. Destas recomendações pendentes de implementação por ocasião do monitoramento, uma recomendação foi considerada prejudicada, uma, como não atendida, e duas foram consideradas atendidas.

TABELA 12 MONITORAMENTO

ATIVIDADES	SITUAÇÃO
Monitoramento da Auditoria na Avaliação dos Controles Internos Administrativos do Processo de Acerto de Contas – Processo SEI n. 0000226-45.2020.4.90.8000.	Monitoramento concluído em 30 de setembro de 2022. A auditoria havia resultado em três recomendações, todas mantidas para monitoramento futuro. Por ocasião do monitoramento, todas as recomendações foram consideradas atendidas.
Monitoramento da Auditoria dos Contratos de Serviços Terceirizados quanto às Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias – Processo SEI n. 0000560-52.2021.4.90.8000.	Monitoramento concluído em 16 de dezembro de 2022. A auditoria havia resultado em 10 recomendações, uma delas prejudicada e quatro atendidas. Das cinco recomendações pendentes de implementação por ocasião do monitoramento, todas foram consideradas atendidas.
Monitoramento da Auditoria nas Fases das Contratações do CJF por Ata de Registro de Preços – Processo SEI n. 0000558-38.2021.4.90.8000.	Monitoramento concluído em 11 de outubro de 2022. A auditoria havia resultado em 10 recomendações, uma delas prejudicada, duas consideradas como atendidas e sete como em implementação. Destas recomendações pendentes de implementação por ocasião do monitoramento, todas foram consideradas atendidas.
Monitoramento da Auditoria de Governança em TIC - Coordenada pelo CNJ – Processo SEI n. 0000680-07.2019.4.90.8000.	Monitoramento concluído em 17 de outubro de 2022. A auditoria havia resultado em oito recomendações, uma delas prejudicada e sete mantidas para monitoramento futuro. Das sete recomendações pendentes de implementação por ocasião do monitoramento, três foram consideradas atendidas, duas foram consideradas em implementação e duas foram consideradas não atendidas.
Monitoramento da Auditoria Conjunta de Governança em Gestão de Pessoas Baseada em Riscos realizada nos Tribunais Regionais Federais e nas Seções Judiciárias (Ação Conjunta de Auditoria - CTCI-JF) – Processo SEI n. 0004099-47.2019.4.90.8000.	Comunicado de monitoramento encaminhado em 21 de outubro de 2022 – monitoramento em execução.
Monitoramento da Auditoria de Gestão Documental no CJF - Coordenada pelo CNJ – Processo SEI n. 0005880-01.2019.4.90.8000.	Monitoramento concluído em 19 de maio de 2022. A auditoria havia resultado em 10 recomendações, todas mantidas para monitoramento futuro. Por ocasião do monitoramento, seis recomendações foram consideradas atendidas, três como em implementação e uma como não atendida.
Conclusão do Monitoramento da Auditoria na Execução dos Contratos Relacionados à Segurança Institucional – Processo SEI n. 0002430-64.2020.4.90.8000.	Monitoramento concluído em 26 de setembro de 2022. A auditoria havia resultado em 44 recomendações, 10 delas tendo sido consideradas atendidas, três delas prejudicadas e 31 mantidas para monitoramento futuro. Das 31 recomendações pendentes de implementação por ocasião do monitoramento, 19 foram consideradas atendidas, e 12 como não atendidas.

TABELA 12 MONITORAMENTO

ATIVIDADES	SITUAÇÃO
Conclusão do Monitoramento da Auditoria nas Contratações Diretas por Inexigibilidade – Processo SEI n. 0002392-02.2020.4.90.8000	Monitoramento concluído em 3 de junho de 2022. A auditoria havia resultado em nove recomendações, uma delas prejudicada, três consideradas atendidas, uma parcialmente atendida e quatro restaram pendentes de implementação. Na oportunidade, a equipe de auditoria expediu ainda uma nova recomendação. Das seis recomendações pendentes de implementação por ocasião do monitoramento, todas foram consideradas atendidas.
Conclusão do Monitoramento da Auditoria em Processo de Contratação de Prestação de Serviços Terceirizados – Processo SEI n. 0002031-41.2019.4.90.8000.	Monitoramento concluído em 2 de junho de 2022. A auditoria havia resultado em sete recomendações, três foram consideradas atendidas, uma parcialmente atendida e quatro restaram pendentes de implementação, as quais foram monitoradas nos meses de setembro e outubro de 2020, agosto e outubro de 2021 e março de 2022, tendo restado pendente de implementação apenas uma recomendação, a qual, por ocasião do último monitoramento, foi considerada atendida.
Conclusão do Monitoramento da Auditoria Conjunta de Governança em Gestão de Pessoas Baseada em Riscos no CJF (Ação Conjunta de Auditoria - CTCI-JF) – Processo SEI n. 0004099-47.2019.4.90.8000.	Monitoramento concluído em 6 de maio de 2022. A auditoria havia resultado, no que diz respeito ao CJF, em 24 recomendações, todas mantidas para monitoramento futuro. Dessas recomendações pendentes de implementação por ocasião do monitoramento, sete foram consideradas atendidas, uma foi parcialmente atendida, seis foram consideradas em implementação e 10 como não atendidas.

5.7 RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E COM A SOCIEDADE

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

O Conselho, por meio do Centro de Cooperação Jurídica Internacional (CECINT), em 2022, promoveu o credenciamento de mais tradutores, totalizando mais de cinquenta profissionais para colaborar nas atividades de apoio técnico às varas federais. Ademais, realizou o processamento e o envio de 499 pedidos de cooperação jurídica Internacional à Autoridade Central brasileira.

OUIDORIA

A Ouvidoria do CJF atua como órgão interlocutor sendo o principal canal de relacionamento com a sociedade. É encarregada de receber, tramitar e responder pedidos de informação, críticas, sugestões, dúvidas, elogios e denúncias relacionados às finalidades institucionais do Conselho.

Em cumprimento à Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a Ouvidoria atua também como Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), contribuindo para a efetividade do direito constitucional de acesso à informação.

TABELA 13 OUVIDORIA

Atendimento presencial	De segunda a sexta-feira, das 11h às 19h Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho III, Polo 8, Lote 9. CEP: 70200-003 Brasília - DF
Atendimento telefônico	(61) 3022-7007
Atendimento eletrônico	ouvidoria@cjf.jus.br

TABELA 14 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS FINALIZADOS	TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO (DIAS)
Denúncia	87	2d 6h 59m 28s
Elogio	3	1h 50m 31s
Informação	503	3d 18h 13m 38s
Providência	218	3d 20h 2m 43s
Reclamação	181	2d 28m 29s
Sugestão	6	6d 21h 26m 38s
Total de atendimentos	998	

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Além da Ouvidoria, o CJF garante ainda o atendimento ao cidadão de modo presencial, por telefone ou e-mail.

TABELA 15 ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Atendimento presencial	De segunda a sexta-feira, das 11h às 19h Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho III, Polo 8, Lote 9. CEP: 70200-003 Brasília - DF
Atendimento telefônico	(61) 3022-7200
Atendimento eletrônico	correge@cjf.jus.br
Média anual de atendimentos ao cidadão via e-mail	360

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E REDES SOCIAIS

Coordenado pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), cabe ao Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS) a definição de estratégias e de políticas de comunicação para o CJF e para a Justiça Federal de 1º e 2º graus.

O CPJUS, integrado pelos assessores de comunicação de todos os Tribunais Regionais Federais (TRFs), realizou oito reuniões em 2022, sendo uma delas presencial, em Brasília - DF. Elaborou a Política de Comunicação Social da Justiça Federal e o Manual de Comunicação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º grau, aprovados pelo Pleno do CJF, assim como o Manual de Mídias Sociais do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º grau, com a descrição de boas práticas a serem observadas pelos órgãos.

O CJF lançou sua nova página da intranet e o podcast “CJF em Tempo”, que apresenta semanalmente, em cerca de cinco minutos, as principais notícias do CJF. Ademais, modernizou o design gráfico do Mural Digital e do layout das redes sociais, e produziu 500 unidades do caderno de atividades e 500 do calendário 2023, tendo por tema o Centro Cultural da Justiça Federal. A seguir está o resumo quantitativo das ações de comunicação institucional realizadas e o alcance das redes sociais:

FIGURA 11 PRODUTOS GERADOS PELA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CJF EM 2022

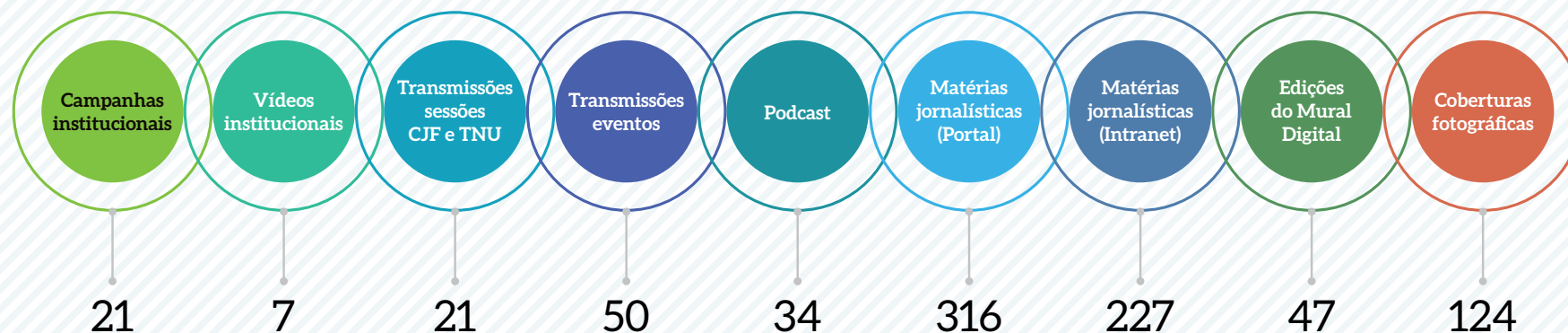


FIGURA 12 REDES SOCIAIS DO CJF



CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JUIZ FEDERAL (CAJU)

A Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU) é uma unidade do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) que fornece aos magistrados federais pesquisas e informações sobre doutrina, legislação e jurisprudência, a fim de subsidiar o julgamento de processos, bem como atualizar seus conhecimentos, contribuindo, assim, para mais celeridade na prestação jurisdicional.

TABELA 16 CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JUIZ FEDERAL (CAJU)

Novos cadastros	Realizaram-se 2.022 novos cadastros no Sistema da CAJU e na base dados Proview, para acesso a e-books.
Atendimentos	Realizaram-se 7.956 atendimentos pela CAJU, em respostas às pesquisas de doutrina, legislação e jurisprudência. Observa-se que o crescimento é contínuo e a satisfação é muito bem avaliada pelos magistrados.
Sumários CAJU	Disseminação de 3.633 artigos de periódicos e 571 fascículos de periódicos nos Sumários, dos quais 173 contam com memória institucional, para acesso e leitura pelos juízes federais, juízes estaduais e pesquisadores da Enfam.
Informativo Eletrônico produzido pela Central de Atendimento ao Juiz Federal (InfoCAJU)	Publicação de 39 informativos, com destaque para as principais pesquisas solicitadas pelos magistrados, tais como: Limbo previdenciário, Direito à saúde e fornecimento de medicamentos, Lei Geral de Agência Reguladoras, Prova emprestada, Seguro garantia, Contratos inteligentes ou smart contracts, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Inteligência artificial na administração pública, Previdência do trabalhador rural, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

ACORDOS E PARCERIAS REALIZADOS

O CJF firmou vários acordos e parcerias em 2022, com o intuito de contribuir para o fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade:

TABELA 17 ACORDOS E PARCERIAS REALIZADOS

PARTÍCIPIES	OBJETO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA
Conselho da Justiça Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais	Estabelecimento de condições que possibilitem a consulta às bases de dados do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) pelo consulente, mediante acesso on-line fornecido pelo CJF, visando ao aperfeiçoamento das respectivas atividades institucionais.	3/2/2022	A partir da publicação no Diário Oficial da União (4/2/2022), por prazo indeterminado.
Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal e Caixa Econômica Federal (DPVAT)	Uso colaborativo de soluções tecnológicas mediante integração dos sistemas de processos eletrônicos com os sistemas informatizados da CEF relacionados ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (Seguro DPVAT), na Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br, para instrução de processos judiciais.	15/2/2022	60 meses a partir da data de publicação no Diário Oficial da União (25/2/2022).

TABELA 17 ACORDOS E PARCERIAS REALIZADOS

PARTÍCIPES	OBJETO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA
Conselho da Justiça Federal e Tribunal de Justiça do Estado do Acre.	Cessão, para o TJ/AC, do programa Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal – AJG, de propriedade do CJF, bem como o código fonte e toda documentação técnica disponível.	16/2/2022	60 meses a partir da data de publicação (17/2/2022).
Conselho da Justiça Federal, com intervenção do Centro de Estudos Judiciários, Câmara de Arbitragem Mediation and Arbitration for Recovery and Business (Med Arb BR) e Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (IEJA).	Cooperação técnico-científica e cultural e intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comuns entre os partícipes.	28/3/2022	60 meses a partir da data de sua publicação (30/3/2022).
Conselho da Justiça Federal e Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.	Cessão, para o TJ/AL, do programa Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal – AJG, de propriedade do CJF, bem como do código fonte e de toda a documentação técnica disponível.	14/6/2022	60 meses a partir de sua data de publicação (20/6/2022).
Conselho da Justiça Federal, com intervenção do Centro de Cooperação Jurídica Internacional, e Instituto Brasileiro de Direito Internacional Privado.	Cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, seminários, fóruns de debate, projetos e atividades complementares de interesses comuns entre as partes.	11/7/2022	60 meses a partir da data de publicação (26/7/2022).
Conselho da Justiça Federal, Tribunal Regional Federal da 6ª Região e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB)	Acesso à consulta ao banco de dados da OAB pelo TRF6, para que a referida consulta integre os sistemas informatizados de registro e controle de informações processuais do Poder Judiciário.	1/8/2022	60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura, por parte do CFOAB (21/07/2022)
Conselho da Justiça Federal, representando o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, e Tribunal Regional Federal da 1ª Região.	Convênio para a inscrição e permanência dos magistrados, servidores, dependentes e pensionistas do TRF6, como beneficiários do PRO-SOCIAL – Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau da Primeira Região, respeitadas as competências e as atribuições próprias de cada partícipe.	10/8/2022	Indeterminada

TABELA 17 ACORDOS E PARCERIAS REALIZADOS

PARTÍCIPES	OBJETO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA
Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho da Justiça Federal	Compartilhamento do código-fonte do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Sigeo-JT.	23/8/2022	Dois anos, contados da data de assinatura e publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (25/8/2022).
Conselho da Justiça Federal e Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Regiões	Parceria entre o CJF e os Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Regiões em ações de gestão administrativa em apoio ao TRF6 para que não haja solução de continuidade de processos organizacionais, de sistemas informatizados e de outros necessários ao bom funcionamento da 6ª Região, em decorrência da sua instalação e início das suas atividades.	23/8/2022	60 meses, da data de publicação no Diário Oficial da União (24/8/2022).
Tribunal de Contas da União e Conselho da Justiça Federal	Compartilhamento de dados relativos a processos de precatórios federais, por meio de extrações periódicas de bases estruturadas de informações e/ou ferramentas tecnológicas, excluídos os dados relativos ao levantamento/saque dos depósitos, cancelamentos (Lei 13.463/2017) e bloqueios judiciais.	21/10/2022	60 meses, da data de publicação no Diário Oficial da União (11/11/2022).

COMUNIDADE DE PRÁTICAS E DEBATE

Em contribuição à gestão do conhecimento, busca-se gerenciar e multiplicar o conhecimento presente no Órgão, contribuindo para a otimização dos processos de trabalho, para a inovação e para o desenvolvimento de projetos, tanto no âmbito do Conselho, como no da Justiça Federal. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações:

Encontro de Sustentabilidade, em 28/4/2022, virtual:

Teve como objetivo ratificar entre magistrados e servidores a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal por meio de discussões técnico-teóricas e apresentação de boas práticas.

Encontro de Gestão com os TRFs, 1ª edição em 22/9/2022, em Brasília - DF, e a 2ª edição, na sede do TRF 2ª Região:

Em suas duas edições, reuniu representantes das diretorias-gerais, das secretarias de administração e de gestão de pessoas dos seis Tribunais Regionais Federais com o objetivo de promover o diálogo, estreitar parcerias e possibilitar a proposição de soluções aos desafios da Justiça Federal, sem perder de vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão.

Reunião sobre vícios construtivos com representantes da Caixa Econômica Federal (CEF), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em 1º/11/2022, em Brasília - DF:

A ação da Corregedoria-Geral da Justiça Federal busca soluções com representantes da Justiça Federal, Caixa Econômica Federal, Ministério do Desenvolvimento Regional e Laboratório Iluminas para mitigar processos relacionados a vícios construtivos em imóveis do Fundo de Arrendamento Residencial.

Encontro de Planejamento e Gestão de Obras da Justiça Federal nos dias 21 e 22/11/2022, em Brasília - DF:

Proporcionou a integração e atualização técnica de arquitetos e engenheiros da Justiça Federal, com foco na elaboração de trabalhos de qualidade e melhoria da aplicação de recursos financeiros e orçamentários.

Seminário de Direito Penal e 8º Fórum Nacional de Juízes Federais Criminais – FONACRIM, de 9 a 10/6/2022, em Florianópolis - SC:

Promoveu o debate sobre temas ligados ao crime contra o sistema financeiro, criptomoedas, pirâmide financeira, lavagem de dinheiro, quebra de sigilos fiscais e bancários. A conferência inaugural tratou do tema “Os aspectos controvertidos da Nova Lei Anticrime (Lei n. 13.964/2019).

II Seminário sobre Cooperação Jurídica Internacional – Ciclo de Palestras, de 5 a 7/06/2022, virtual:

Contou com a apresentação dos órgãos que atuam com a cooperação jurídica internacional no Brasil e que têm como autoridade central o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI). Entre os assuntos debatidos estiveram: extradição, subtração internacional de crianças, cooperação jurídica internacional em matéria civil, transferência de pessoas condenadas e cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Seminário Arbitragem Coletiva Societária, em 6/6/2022, em Brasília - DF:

Objetivou debater e consolidar as principais alterações legislativas da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como apontar os desafios para o futuro da Justiça Federal quanto à governança, à gestão, à inovação e à eficiência. Foram aprovados 25 enunciados e entendimentos sobre temas polêmicos da Lei n. 14.133/2021.

1º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, de 16 a 17/8/2022, em Brasília - DF:

Visou debater e consolidar as principais alterações legislativas da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como apontar os desafios para o futuro da Justiça Federal quanto à governança, à gestão, à inovação e à eficiência. Foram aprovados 25 enunciados e entendimentos sobre temas polêmicos a respeito da Lei n. 14.133/2021.

PESQUISAS E ESTUDOS

O Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal (CIn), instituído pela Resolução CJF n. 499/2018, com o apoio do CEJ, desenvolveu estudos sobre os seguintes temas:

- Atribuições e legitimidade da Fazenda Pública para inscrição em dívida ativa e adoção das iniciativas judiciais para a execução de multa imposta em condenação criminal, após a vigência da Lei n. 13.964/2019 (Nota Técnica Grupo Operacional n. 1/2022).
- Estabelecimento de fluxo para o processo administrativo, pensando em critérios mais uniformes entre a perícia administrativa e a perícia judicial para efeitos de concessão de benefícios previdenciários.
- Governança nos sobrestamentos, elaboração de nota técnica para tratar de procedimentos uniformes, por tema, quanto ao momento para o levantamento do sobrestamento dos processos diante do julgamento de questões com repercussão geral repetitivas.
- Liquidação de sentença nos processos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (Tema 69 do STF).
- Contribuição do Centro de Inteligência para regulamentação e operacionalização da relevância da questão federal.
- Mandados de segurança/atraso nos cumprimentos das decisões judiciais em relação aos benefícios previdenciários.
- Saneamento prévio à perícia médica.
- Ações repetitivas de expedição de diploma por instituições de ensino superior inativas (Nota Técnica N. 1/2021/CLIPR).
- Dificuldade de tramitação geradas pelo julgamento do Tema 793 do STF.
- Novas iniciativas e supervisão de aderência – perícias previdenciárias. Tema: Análise das conclusões alcançadas pela Audiência Pública (NT 6/2018) e supervisão de aderência da NT 29/2019.
- Legitimidade para a cobrança de multas penais depois da edição de lei nova -nova redação do art. 51 do Código Penal, Lei n. 13.964/2019.
- Estudo para determinar um fluxo do DPVAT, com foco nas perícias, fazendo conexão com o trabalho que está sendo feito no CNJ acerca da interoperabilidade.
- Fluxo processual e do sistema recursal nos Juizados Especiais Federais.

PUBLICAÇÕES

Em execução ao Programa Editorial do CEJ, disposto pela Portaria CJF n. 396/2015, foram editadas as seguintes publicações:

TABELA 18 PUBLICAÇÕES

TIPO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULOS	FORMATO
REVISTA CEJ Periódico técnico-científico do CEJ, com periodicidade semestral, cujo objetivo é fomentar e difundir a produção de artigos inéditos, permitindo um intercâmbio de conhecimentos das áreas jurídica e judiciária entre magistrados e demais operadores do Direito.	Edição n. 82 - publicada em julho/2022.	Formato impresso, com distribuição limitada, e eletrônico, publicado na íntegra no Portal do CJF.
	Edição n. 83 - publicada em dezembro/2022.	
SÉRIE MONOGRAFIAS Coleção seriada que oferece espaço para a divulgação de estudos ou monografias resultantes de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre temas relevantes para o Judiciário, em especial para a Justiça Federal.	Volume 40: A violência de gênero na intersecção das categorias mulher e refugiada Autora: Tatiana Ferreira Lotfi. Editado em março/2022.	Formato impresso, com distribuição limitada, e eletrônico, publicado na íntegra no Portal do CJF.
PUBLICAÇÕES AVULSAS DO CEJ ou DEMANDADAS POR OUTRAS UNIDADES DO CJF Publicações sobre temas de interesse para a Justiça Federal, em particular, ou para o Judiciário, em geral.	Anais do evento e enunciados aprovados na IX Jornada de Direito Civil - editado em junho/2022.	Formato impresso com distribuição limitada e eletrônico publicado na íntegra no Portal do CJF.
	Relatório de Atividades CEJ - Gestão 2020-2022 - editado em setembro/2022.	Formato eletrônico (divulgação interna).
	Enunciados aprovados no I Simpósio sobre Licitações e Contratos da Justiça Federal - editado em setembro/2022. (solicitação da SAD)	Formato eletrônico publicado na íntegra no Portal do CJF.
	Manual de orientação de procedimentos para os cálculos na Justiça Federal - editado em setembro/2022. (solicitação da SCG)	Formato eletrônico.
	Plano de ação para as unidades da Corregedoria-Geral da Justiça Federal: SCG, TNU e CEJ - edição e encadernação finalizada em novembro/2022.	Formato impresso e encadernado (distribuição interna).
	Anais do evento e enunciados aprovados na I Jornada Direito Notarial e Registral - finalizada em dezembro/2022.	Formato eletrônico publicado na íntegra no Portal do CJF.
	Enunciados aprovados na I Jornada de Direito Tributário - editado em dezembro/2022.	Formato impresso com distribuição limitada e eletrônico publicado na íntegra no Portal do CJF.

TABELA 18 PUBLICAÇÕES

TIPO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULOS	FORMATO
MATERIAL DIDÁTICO DOS CURSOS DE EAD DO CEJ Preparação/diagramação do material.	Novo Regime da Improbidade Administrativa - três módulos editados em março/2022.	Formato eletrônico.
	Formação de Conciliadores (3ª edição revista/atualizada) - editados quatro módulos em abril/2022.	
	Introdução ao Direito (edição revista) - editados cinco módulos em maio/2022.	
	Curso Básico de Processo Previdenciário (2ª edição) - reedição do módulo 1 do curso em abril/2022.	
	Formação de facilitadores em demandas complexas e estruturantes na JF - editados três módulos em julho/2022.	
	Perícia Médica Judicial - editadas quatro unidades do curso em outubro/2022.	
TOTAL DE TÍTULOS/PUBLICAÇÕES	30	

5.8 SUSTENTABILIDADE

O Plano de Logística Sustentável - PLS visa contribuir para a diminuição do consumo, para a racionalização dos gastos e, mediante introdução de novos processos e tecnologias, aumentar a eficiência das atividades e dos serviços prestados pelo Órgão. O ciclo 2021-2023 fundamentou-se nas Resoluções CNJ 400 e 401/2021, na Resolução CJF 709/2021 e na Lei n. 14.133/2021.

TABELA 19 RESULTADO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) DO CJF

META	TEMA	META	INDICADOR	CUMPRIMENTO
1	Compras e contratações sustentáveis	Ter 100% do número de novos contratos, quando cabível, em conformidade com o Manual de Sustentabilidade de Compras e Contratações do Conselho da Justiça Federal.	Quantidade de novas licitações conformes, quando cabível, com o Manual de sustentabilidade de compras e contratações do Conselho da Justiça Federal	ATINGIDA
2	Padronização e catalogação de material	Ter 70% de bens duráveis e materiais diferentes catalogados até 2022.	Bens e materiais classificados como sustentáveis	META SUSPENSA
3	Gestão de materiais	Reduzir o número de itens consumíveis do CJF até 2022.	Número de itens consumíveis	SISTEMA NÃO FOI IMPLEMENTADO

TABELA 19 RESULTADO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) DO CJF

META	TEMA	META	INDICADOR	CUMPRIMENTO
4	Aquisição de papel	Reduzir os gastos com papel A4 em 25% até 2022.	Custo com papel A4 reciclado e não reciclado	ATINGIDA
5	Impressão	Reduzir em 40% o volume de impressão na sede do CJF até 2022	Número total de impressões	NÃO ATINGIDA
6	Contrato de <i>outsourcing</i>	Manter os custos nos valores de 2019 com o contrato de <i>outsourcing</i> até 2022.	Gasto com contrato de <i>outsourcing</i> de impressão	NÃO ATINGIDA
7	Telefonia	META SUSPensa	Valor gasto com telefonia fixa	
8	Energia elétrica	Diminuir em 15% o consumo total de energia do Órgão até 2022.	Consumo total de energia elétrica	NÃO ATINGIDA
9	Água	Diminuir 15% o consumo total de água do Órgão até 2022.	Volume de água não potável consumido no Órgão	ATINGIDA
10	Gestão de resíduos sólidos	Ter um percentual CS maior que 20% até 2022.	Volume de resíduos orgânicos, papel, plástico, metal e vidro descartados no CJF	ATINGIDA
11	Deslocamento de pessoal	Reduzir em 15% o total de quilômetros rodados pelos veículos do CJF até 2022. Valor de referência: 2019.	Quilometragem rodada pela frota oficial	NÃO ATINGIDA
12	Qualidade de vida no trabalho	Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde até 2022.	Número total de ocorrências dos três grupos predominantes nos afastamentos de servidores para tratamento da própria saúde e por motivo de acidente em serviço ou doença profissional, por ordem de ocorrência, segundo classificação CID: M - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; J - Doenças do aparelho respiratório; F - Transtornos mentais e comportamentais	ATINGIDA PARCIALMENTE
13	Qualidade de vida no trabalho	Obter, pelo menos, 70% na avaliação de reação de todas as ações propostas de QVT até 2022.	Valor obtido nas avaliações de reação das ações propostas de QVT	ATINGIDA
14	Inclusão e equidade	Ter, pelo menos, 20% da força de trabalho total do CJF participando como voluntário nas ações solidárias promovidas pelo CJF.	Total de participação como voluntário nas ações solidárias em relação ao total do corpo funcional do Órgão	ATINGIDA

TABELA 19 RESULTADO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) DO CJF

META	TEMA	META	INDICADOR	CUMPRIMENTO
15	Capacitação em sustentabilidade e ODS 2030	Ter 70% do corpo funcional capacitado sobre temas específicos da sustentabilidade e sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS 2030 – até 2022.	Número de servidores capacitados em temas específicos sobre sustentabilidade e ODS 2030	NÃO ATINGIDA
16	Comunicação e sustentabilidade	Ter 70% de satisfação do público interno e público externo nas notícias veiculadas sobre sustentabilidade e aplicação dos 11 temas desenvolvidos pelo PLS até 2022.	Índice de satisfação na comunicação sobre aplicabilidade dos 11 temas do PLS com o público interno e com o público externo	PARCIALMENTE ATINGIDA
17	Obras, layout e acessibilidade	Ter obras e reformas que tenham impacto positivo em pelo menos um dos temas a seguir elencados: gestão de água, acessibilidade do edifício, qualidade do ar e conforto térmico.	Avaliação de impacto alcançado pelas obras e reformas	ATINGIDA

Em 2022, além do acompanhamento do PLS, foram desenvolvidas outras ações para integrar a sustentabilidade na governança de contratações, quais sejam:

- Especificação mínima de requisitos de sustentabilidade, conforme IN SLTI/MPOG 01/2010, em todos os termos de referência correspondentes.
- Implantação do Manual de Compras Sustentáveis do Conselho da Justiça Federal.
- Normatização da colaboração da área de sustentabilidade no processo de compras e aquisições.



6 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Considerando os créditos iniciais consignados na Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e os créditos adicionais, excluídos os valores relativos às sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), no ano de 2022, a Justiça Federal foi contemplada com recursos orçamentários no total de R\$ 13.940.721.922,00 (treze bilhões, novecentos e quarenta milhões, setecentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e dois reais).

6.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – JUSTIÇA FEDERAL

TABELA 20 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR REGIÃO E GRAU DE JURISDIÇÃO – EM R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÕES INICIAIS	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
JF 1º grau	11.166.774.777,00	(258.797.246,00)	10.907.977.531,00
TRF 1ª Região	571.062.440,00	53.200.922,00	624.263.362,00
TRF 2ª Região	545.696.357,00	67.502.108,00	613.198.465,00
TRF 3ª Região	785.119.917,00	59.205.206,00	844.325.123,00
TRF 4ª Região	473.409.943,00	55.863.066,00	529.273.009,00
TRF 5ª Região	299.910.991,00	51.632.330,00	351.543.321,00
TRF 6ª Região	83.947.497,00	(13.806.386,00)	70.141.111,00
TOTAL GERAL	13.925.921.922,00	14.800.000,00	13.940.721.922,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

TABELA 21 DOTAÇÃO AUTORIZADA POR GRUPO DE DESPESA – EM R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
JF 1º grau	8.941.486.399,00	1.966.491.132,00	10.907.977.531,00
TRF 1ª Região	469.772.413,00	154.490.949,00	624.263.362,00
TRF 2ª Região	483.653.818,00	129.544.647,00	613.198.465,00
TRF 3ª Região	704.923.912,00	139.401.211,00	844.325.123,00
TRF 4ª Região	433.211.296,00	96.061.713,00	529.273.009,00
TRF 5ª Região	253.817.707,00	97.725.614,00	351.543.321,00
TRF 6ª Região	36.816.489,00	33.324.622,00	70.141.111,00
TOTAL GERAL	11.323.682.034,00	2.617.039.888,00	13.940.721.922,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

EXECUÇÃO DE DESPESA – EM R\$

Das dotações autorizadas à Justiça Federal, excluídos os precatórios, requisições de pequeno valor e os destaques recebidos, foi executado o montante global de R\$ 13.628.475.982,04 (treze bilhões, seiscentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e novecentos e oitenta e dois reais e quatro centavos) correspondente a 97,76% da dotação autorizada.

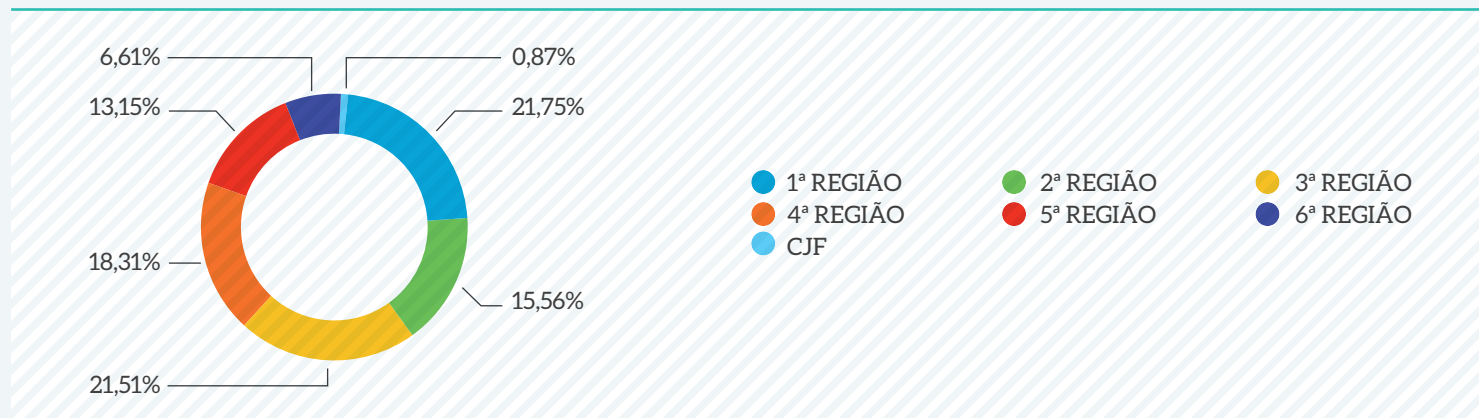
TABELA 22 EXECUÇÃO DE DESPESA – EM R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO BLOQUEADA	DOTAÇÃO DISPONÍVEL	EXECUÇÃO DA DESPESA	%
JF 1º Grau	10.907.977.531,00	54.375.517,00	151.355.954,67	10.702.246.059,33	98,11%
TRF 1ª Região	624.263.362,00	5.286.000,00	10.048.112,87	608.929.249,13	97,54%
TRF 2ª Região	613.198.465,00	6.705.089,90	22.568.322,72	583.925.052,38	95,23%
TRF 3ª Região	844.325.123,00	5.822.000,00	2.963.716,31	835.539.406,69	98,96%
TRF 4ª Região	529.273.009,00	11.560.000,00	7.993.030,84	509.719.978,16	96,31%
TRF 5ª Região	351.543.321,00	2.186.000,00	1.349.343,12	348.007.977,88	98,99%
TRF 6ª Região	70.141.111,00	25.203.718,00	4.829.134,53	40.108.258,47	57,18%
TOTAL	13.940.721.922,00	111.138.324,90	201.107.615,06	13.628.475.982,04	97,76%

Fonte: Tesouro Gerencial.

EXECUÇÃO DE DESPESA POR REGIÃO

GRÁFICO 4 PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO, POR REGIÃO



Se for analisada a execução do orçamento no 1º e 2º grau de cada Região, considerados os destaques concedidos, tem-se a distribuição percentual dos valores conforme gráfico anterior.

Constam da execução acima demonstrada o pagamento de despesas de exercícios anteriores efetuado de acordo com a Resolução CJF n. 224/2012.

AÇÃO ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES (AJPC)

Quanto à distribuição de dotação inerente à Ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJPC - Ação 4224), destinada ao pagamento de profissionais não abrangidos pela ação orçamentária OOSA, bem como da distribuição de dotação para pagamento exclusivo dos honorários periciais em que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS seja parte (Ação OOSA), nos termos da Lei n. 13.876, de 20 de setembro de 2019, e da Lei n. 14.331, de 4 de maio de 2022, no âmbito das unidades do 1º grau da Justiça Federal, conforme dados extraídos do Sistema AJG, versão 9.04.05, com aderência aos dispositivos da Lei n. 13.876/2019, da Lei n. 14.331/2022, da Resolução CJF n. 305/2014, bem como às regras de negócios necessárias à operacionalização do sistema AJG, ao longo do ano de 2023, temos a informar que foram executados 97,04% da Ação OOSA e 91,47% na Ação 4224.

Registra-se que, inicialmente, fora descentralizado ao CJF pelo Ministério da Economia o valor de R\$ 312.721.134,00, entretanto, o valor foi reajustado, de modo que o valor final da dotação recebida para a ação foi de R\$ 232.721.134,00.

TABELA 23 AÇÃO OOSA - EM R\$

REGIÃO	CRÉDITOS	CRÉDITO DISPONÍVEL	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
1ª Região	76.487.534,39	3.477.962,43	64.803.675,57	64.572.928,84	64.534.709,70
2ª Região	10.160.303,00	127,09	10.160.175,91	10.158.204,34	9.754.828,17
3ª Região	26.885.650,00	3.774.534,33	23.111.115,67	21.368.255,40	21.871.810,91
4ª Região	49.140.483,00	6.418,15	49.134.064,85	48.092.881,17	46.519.077,04
5ª Região	54.005.799,00	2.831.142,11	51.174.656,89	51.174.656,89	50.073.817,83
6ª Região	9.155.572,61	11.004,82	17.350.464,18	17.350.464,18	17.350.464,18
TOTAL GERAL	225.835.342,00	10.101.188,93	215.734.153,07	212.717.390,82	210.104.707,83

Fonte: Tesouro Gerencial.

TABELA 24 AÇÃO 4224 - EM R\$

REGIÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	PROVISÃO RECEBIDA	CRÉDITO DISPONÍVEL	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
SPO/CJF	59.955.000,00		5.113.164,00			
1ª Região	5.000,00	14.630.984,00	634.945,43	14.001.038,57	14.001.038,57	14.007.109,26
2ª Região	20.000,00	4.983.178,00	19.279,50	4.983.898,50	4.976.985,06	4.872.752,30
3ª Região	5.000,00	12.937.598,00	498.698,60	12.443.899,40	12.196.357,09	12.282.658,49
4ª Região	5.000,00	14.362.114,00	183.737,98	14.183.376,02	13.495.728,27	13.678.764,61
5ª Região	5.000,00	2.890.874,00	111.684,52	2.784.189,48	2.784.189,48	2.754.054,08
6ª Região	5.000,00	5.037.088,00	407.850,71	4.634.237,29	4.634.237,29	4.634.237,29
TOTAL GERAL	60.000.000,00	54.841.836,00	6.969.360,74	53.030.639,26	52.088.535,76	52.229.576,03

Fonte: Tesouro Gerencial.

Os valores referentes à provisão recebida foram ajustados entre a 1ª e a 6ª Região devido à implantação do novo Tribunal Regional Federal da 6ª Região realizada em 2022 e a consequente mudança de jurisdição da Unidade Gestora de Minas Gerais.

CONTRATOS BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Foi consignada na Lei n. 14.303/2022 – Lei Orçamentária Anual a dotação de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) destinada à aplicação dos recursos provenientes das receitas oriundas da remuneração dos depósitos de precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV, nos termos dos contratos celebrados entre o Conselho da Justiça Federal e as instituições financeiras oficiais (BB e CEF).

De acordo com o demonstrativo de execução orçamentária apresentado pelas Unidades da Justiça Federal, na prestação de contas relativa ao exercício 2022, evidencia-se a regular aplicação do montante de R\$ 147.521.255,00 em despesas que traduzem a consecução do interesse público primário da atividade jurisdicional da Justiça Federal.

TABELA 25 PRESTAÇÃO DE CONTAS - CONTRATOS BB E CEF

JUSTIÇA FEDERAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESA EXECUTADA	CRÉDITO DISPONÍVEL
TOTAL	150.000.000	149.550.000	147.521.255	2.028.745

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA 2023)

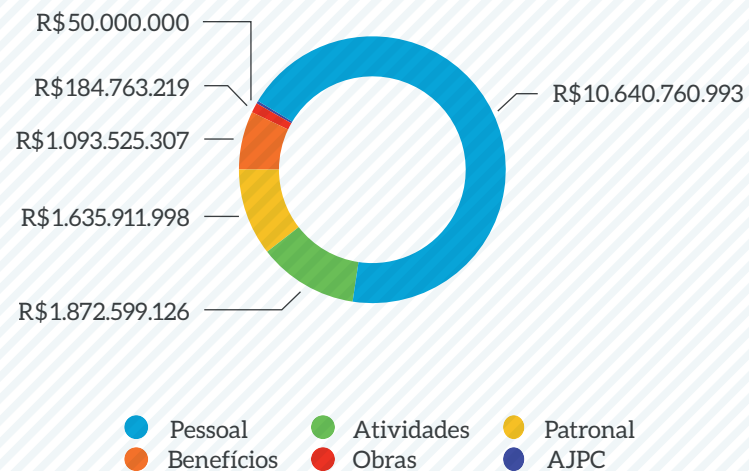
Em atendimento aos parâmetros estabelecidos na EC 95/2016 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2022), foi consignado na Lei n. 14.535/2023 (LOA 2023), o montante de R\$ 15.477.560.643,00 para atendimento das despesas primárias e financeiras da Justiça Federal para o exercício de 2023, conforme detalhamento a seguir:

TABELA 26 DESPESAS PRIMÁRIAS E FINANCEIRAS DA JUSTIÇA FEDERAL

JF	PESSOAL ATIVO	PESSOAL INATIVO	TOTAL PESSOAL	BENEFÍCIOS	ATIVIDADES	OBRAS (PROJETOS + ATIVIDADES)	AJPC	TOTAL (S/P)	PATRONAL	TOTAL
	8.539.328.519	2.101.432.474	10.640.760.993	1.093.525.307	1.872.599.126	184.763.219	50.000.000	13.841.648.645	1.635.911.998	15.477.560.643

Fonte: SUPLA/SPO

GRÁFICO 5 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO 2023)



COMPARATIVO LOA 2023/LOA 2022 – EM R\$

A dotação consignada na Lei n. 14.535/2023 (LOA 2023) para a Justiça Federal representa um acréscimo de 11,02% em relação à LOA 2022. Quando se excluem as despesas financeiras, o acréscimo passa a ser de 11,71%, conforme demonstrado a seguir:

TABELA 27 COMPARATIVO LOA 2023/LOA 2022 – EM R\$			
JUSTIÇA FEDERAL	LOA 2022 (LEI Nº 14.303/2022)	LEI Nº 14535/2023 (LOA 2023)	LOA 2023 / LOA 2022
	(a)	(b)	(b) / (a)
TOTAL	12.390.721.922	13.841.648.645	11,71

Fonte:SIPLA/SPO

PRECATÓRIOS, REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR E RESPECTIVOS PSS PATRONAL

No desempenho de suas atribuições, a Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento do Conselho da Justiça Federal (DP/CJF), por intermédio da Subsecretaria de Precatórios da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SUPRE/SPO), realizou o acompanhamento e a supervisão quanto ao pagamento pelos TRFs de despesas relacionadas ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado sob a forma de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), da responsabilidade da Administração Direta da União, das suas autarquias, fundações públicas federais e empresas estatais dependentes, cujos pagamentos ocorreram ao longo do exercício de 2022.

Cabe o destaque de que o exercício de 2022 foi marcado pelo início da vigência das Emendas Constitucionais n. 113 e 114/2021 quanto ao limite anual de pagamento para as despesas de precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV na União.

Dessa forma, o pagamento em 2022 dos precatórios sujeitos ao limite ficou restrito ao valor definido pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do então Ministério da Economia, nos termos da LDO 2022, no total de R\$ 18,891 bilhões. Esse valor correspondeu a 43,21% da proposta orçamentária encaminhada pela Justiça Federal para pagamento em 2022 (R\$ 43,724 bilhões). Se considerados, ainda, os precatórios que não estão sujeitos ao limite, são acrescidos os montantes de R\$ 1,576 bilhão e R\$ 2,819 bilhões para pagamento das despesas com os precatórios relativos ao FUNDEF e de Grande Valor, respectivamente, perfazendo o montante total de R\$ 23,287 bilhões, em valores não atualizados, que representaram 53,23 % da proposta.

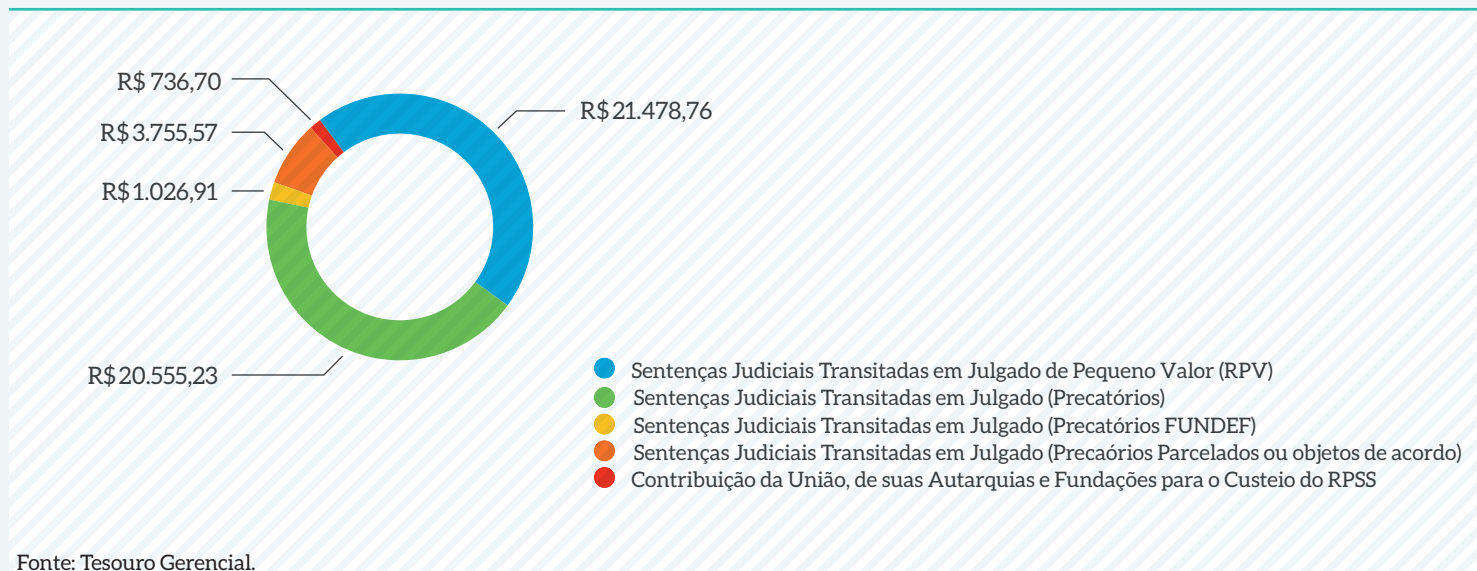
A tabela apresentada a seguir objetiva demonstrar a destinação dos recursos descentralizados à Justiça Federal no Programa 0901 (Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais), da ordem de R\$ 47,553 bilhões, abrangendo as ações orçamentárias 0005 (Precatórios), OEC7 (FUNDEF), OEC8 (Grande Valor ou Acordo), 0625 (Sentenças Judiciais de Pequeno Valor) e 00G5 (Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais), bem como sua forma de execução:

TABELA 28 DEMONSTRATIVO GERAL DAS DOTAÇÕES DESCENTRALIZADAS (PROGRAMA 0901) - EM R\$

UNIDADE	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS	DOTAÇÃO DISPONÍVEL	EXECUÇÃO DA DESPESA	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% EXECUÇÃO
	(a)	(b)	(c)	(d)	[(c+d)/a]
CJF	393.173.741,78	393.173.741,78	-	-	0,00%
1ª Região	19.460.696.965,82	37.096,39	18.936.455.333,81	524.204.535,62	100,00%
2ª Região	4.448.438.106,79	4.838.711,32	4.333.968.168,17	109.631.227,30	99,89%
3ª Região	7.991.234.082,51	94.494,35	7.799.939.970,45	191.199.617,71	100,00%
4ª Região	8.341.965.593,91	224.615,61	8.041.772.518,62	299.968.459,68	100,00%
5ª Região	6.917.656.439,19	46,62	6.711.512.726,83	206.143.665,74	100,00%
TOTAL GERAL	47.553.164.930,00	398.368.706,07	45.823.648.717,88	1.331.147.506,05	99,16%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Cabe ressaltar que, de acordo com a Portaria CJF n. 385, de 1º de agosto de 2022, a qual disciplina aspectos operacionais para implantação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, os pagamentos de processos originários de juízos da Seção Judiciária de Minas Gerais foram todos processados em 2022 pelo TRF da 1ª Região.

GRÁFICO 6 DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA - POR AÇÃO - EM R\$ MILHÕES

Fonte: Tesouro Gerencial.

Assim, com referência às ações orçamentárias relacionadas ao Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, cuja execução ficou a cargo da Justiça Federal, o montante dos créditos disponibilizados achase distribuído na forma do gráfico anterior.

Do mesmo modo, os gráficos a seguir demonstram o regime e o local de execução da referida dotação.

GRÁFICO 7 EXECUÇÃO DA DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA - EM R\$ MILHÕES

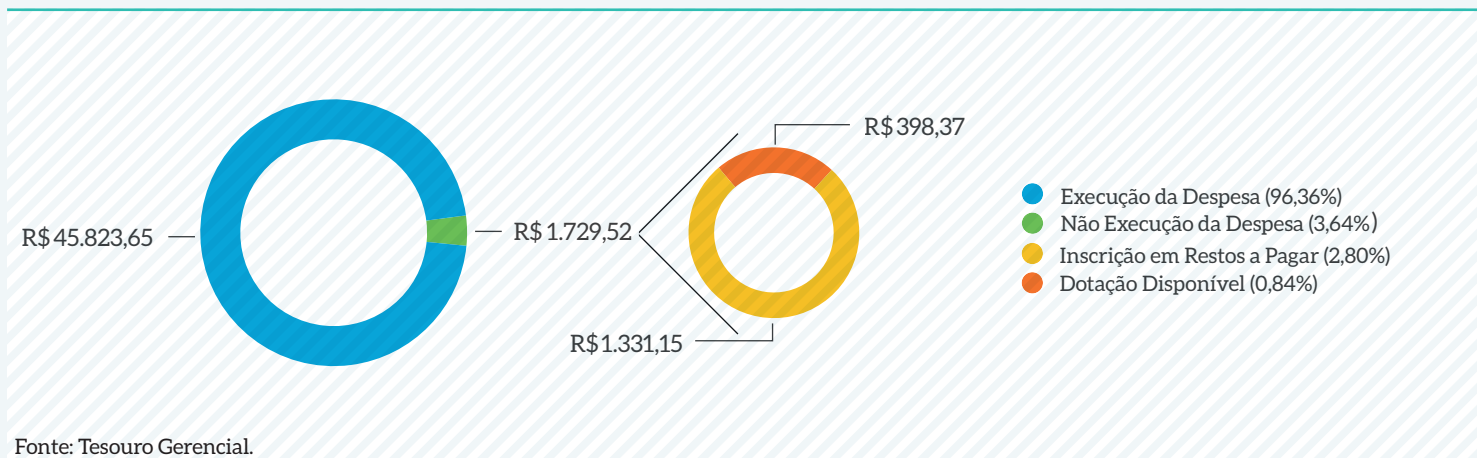
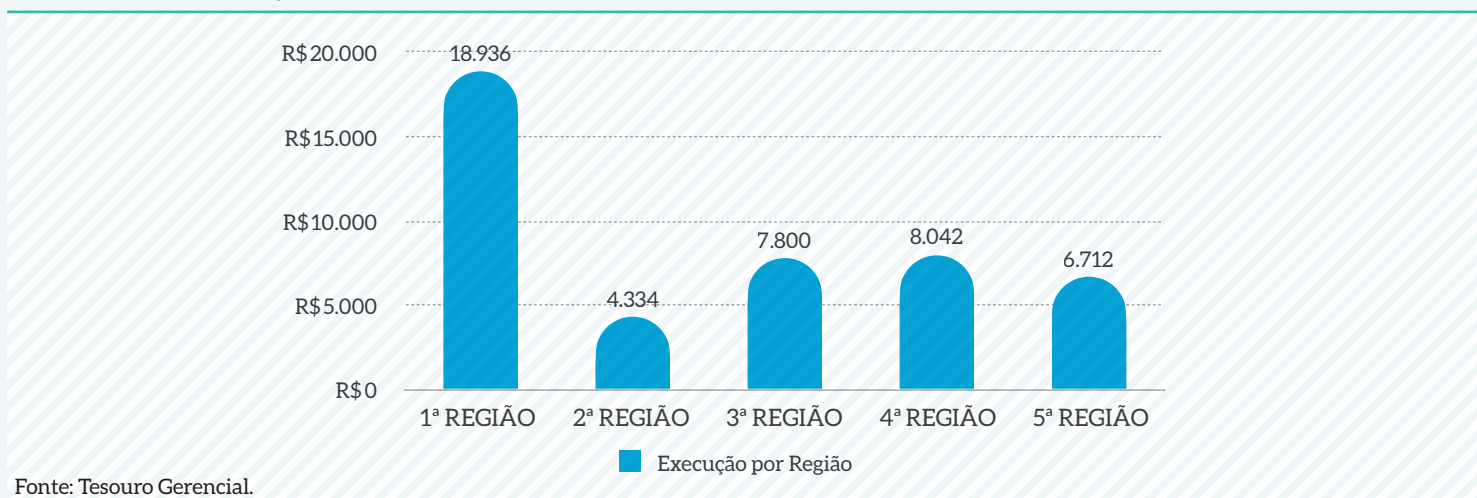


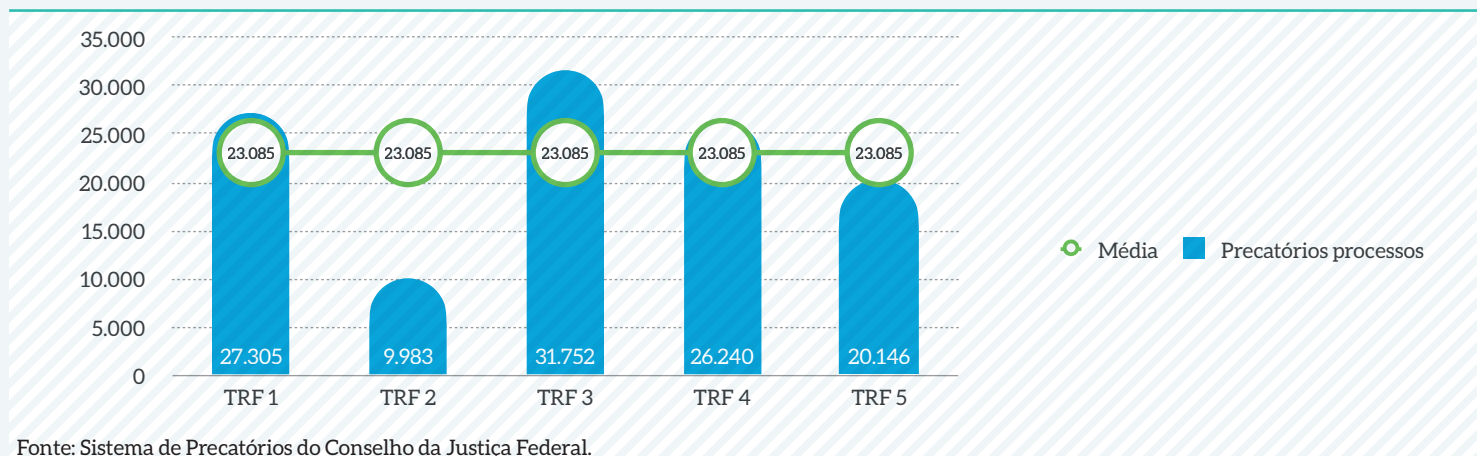
GRÁFICO 8 EXECUÇÃO - POR REGIÃO - EM R\$ MILHÕES



Como síntese dessa avaliação quantitativa das despesas relativas ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, cabe referência ao total de processos de pagamento de precatórios e RPVs que, em 2022, atingiram 1.717.271 de processos pagos, correspondendo ao quantitativo de 2.160.010 beneficiários.

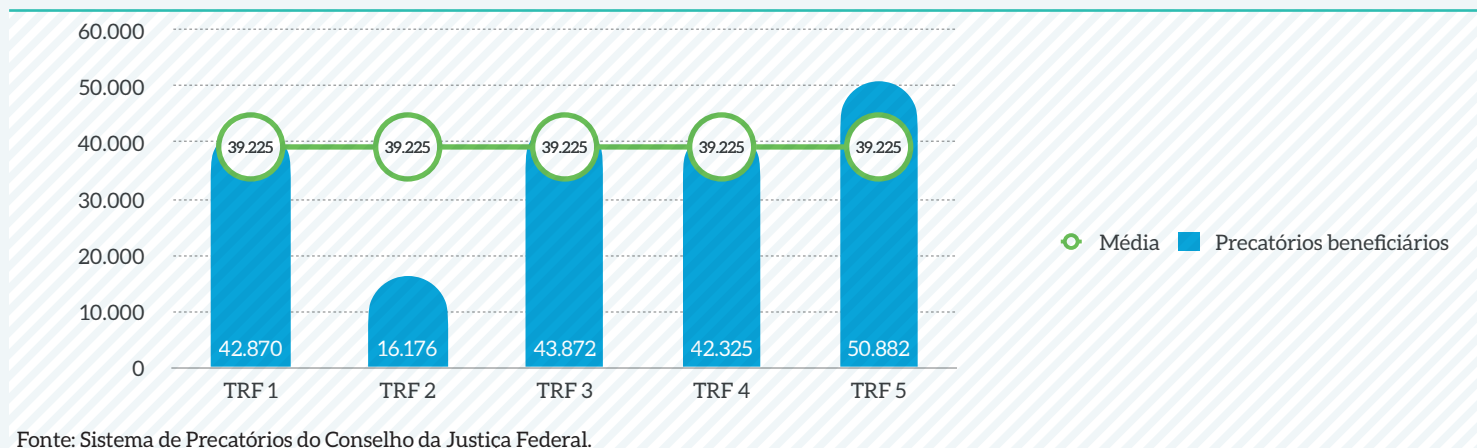
Destaque-se quanto aos precatórios, o volume de 115.426 processos pagos, correspondendo ao quantitativo de 196,125 beneficiários, distribuídos de acordo com os gráficos a seguir:

GRÁFICO 9 PROCESSOS PAGOS DE PRECATÓRIOS 2022



Fonte: Sistema de Precatórios do Conselho da Justiça Federal.

GRÁFICO 10 BENEFICIÁRIOS PAGOS DE PRECATÓRIOS 2022



Fonte: Sistema de Precatórios do Conselho da Justiça Federal.

Quanto às RPVs, o volume de processos pagos da ordem de 1.601.845, correspondendo ao quantitativo de 1.963.885 beneficiários, os quais se acham distribuídos por tribunal, conforme os gráficos abaixo:

GRÁFICO 11 PROCESSOS PAGOS DE RPV 2022

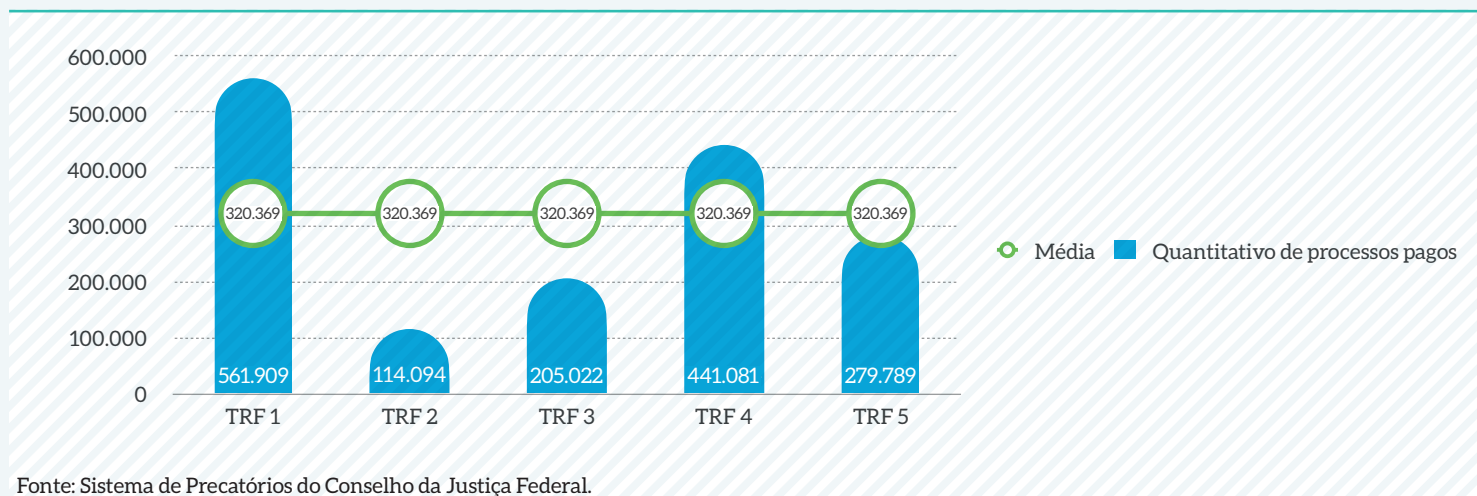
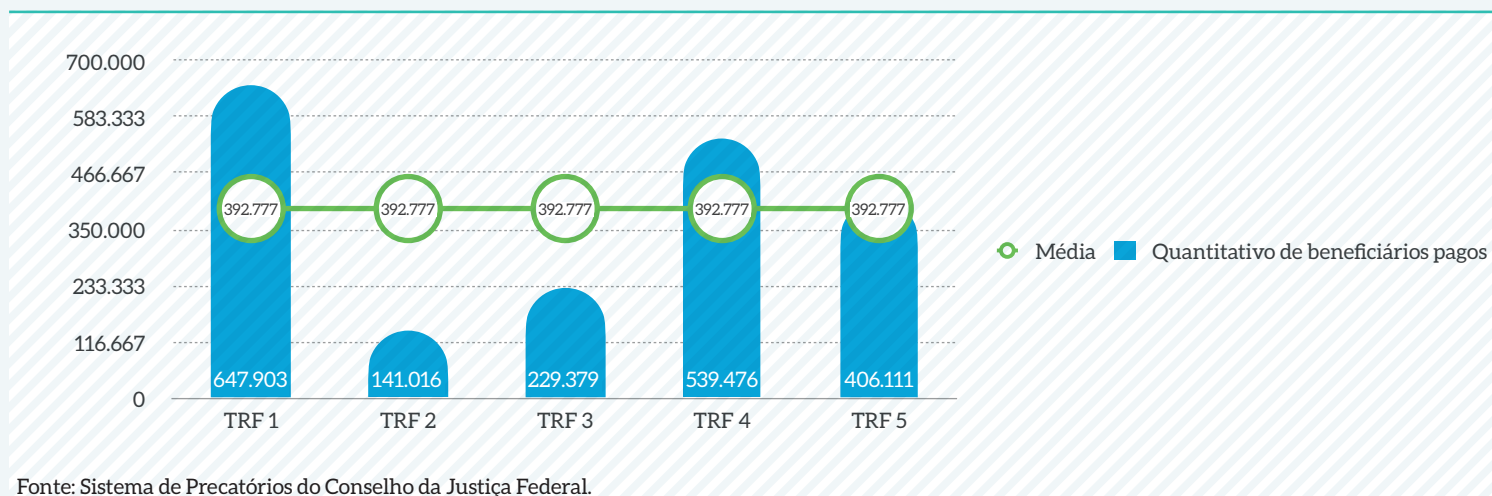


GRÁFICO 12 BENEFICIÁRIOS PAGOS DE RPV 2022



Ressalte-se que a linha média indicada nos gráficos anteriormente apresentados representa, tão somente, um parâmetro para fins de comparação entre volumes de processos e beneficiários observados entre as Regiões.

Ainda em relação ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, merece registro a apuração dos indicadores qualitativos relacionados na tabela a seguir, os quais foram elaborados pelos Tribunais Regionais Federais.

TABELA 29 INDICADORES RELATIVOS A PRECATÓRIOS E RPVS:

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DA FINALIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	RESULTADO ALCANÇADO (MÉDIA)	AValiação DO RESULTADO
Indicador para medir o índice (quantidade) de requisições canceladas após a apresentação/ protocolo no Tribunal em relação ao total de requisições processadas/depositadas, incluindo Justiça Federal e competência delegada federal.	CANCELAMENTOS DE REQUISIÇÕES	PERCENTUAL	1,11%	ADEQUADO
Indicador para medir o índice (quantidade) de requisições retificadas após a apresentação/ protocolo no Tribunal, em relação ao total de requisições processadas/depositadas, incluindo Justiça Federal e competência delegada federal.	ALTERAÇÃO NAS REQUISIÇÕES	PERCENTUAL	1,55%	ADEQUADO
Indicador para medir o índice (quantidade) de precatórios/RPV depositados levantados com alvará em relação ao total de precatórios/RPV depositados pela Justiça Federal, excluindo as requisições originadas da competência delegada.	SAQUE COM NECESSIDADE DE ALVARÁ ¹	PERCENTUAL	10,04%	ADEQUADO
Indicador para medir o prazo transcorrido entre a data em que o recurso financeiro está disponível no Tribunal para pagamento das requisições até a data de comunicação ao juízo requisitante do depósito realizado.	TEMPO GASTO PARA PAGAMENTO	DIAS	6,672	ADEQUADO

Fonte: Tribunais Regionais Federais, de acordo com os índices respectivamente apurados.

Nota (1): O índice de depósitos com alvará afere os saques que dependem de comunicação do depósito ao juízo competente para que este autorize o levantamento do valor junto ao banco, enquanto nos demais casos o saque é imediato (sem alvará).

O quadro apresentado a seguir demonstra os valores dos precatórios federais expedidos em 2 de abril de 2022 pelos Tribunais Regionais Federais, além da projeção das despesas com as RPVs e a contribuição patronal da União ao PSS.

TABELA 30 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA 2023 EM R\$ - (PRECATÓRIOS E RPVS) R\$1,00

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL	PRECATÓRIOS ¹	RPVS ²	TOTAL
1ª Região	22.672.574.153	7.226.500.843	29.899.074.996
2ª Região	12.338.475.547	1.917.401.070	14.255.876.616
3ª Região	7.616.175.209	3.917.436.509	11.533.611.718
4ª Região	5.340.761.821	5.533.686.797	10.874.448.618
5ª Região	4.483.911.894	3.573.099.529	8.057.011.423
6ª Região	-	2.338.777.407	2.338.777.407
Subtotal	52.451.898.623	24.506.902.154	76.958.800.777
PSS Projetado	330.240.000	70.910.000	401.150.000
TOTAL GERAL	52.782.138.623	24.577.812.154	77.359.950.777

¹Precatórios federais expedidos em 2 de abril de 2022 para pagamento a partir de 2023.

²Distribuição do valor projetado pela SOF, nos termos do § 1º do art. 31 da LDO 2023 (Lei n. 14.436/2022).

Fonte: SUPRE/SPO/DP.

Cumprido registrar, a esse respeito, que o exercício de 2022 foi impactado pela edição das Emendas Constitucionais n. 113 e 114/2021, tendo em vista que, com o novo regime de pagamento de precatórios, a quitação dos precatórios federais está condicionada ao limite definido, sendo o montante para 2022 fixado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do então Ministério da Economia, no total de R\$ 18,891 bilhões. Dessa forma, destaca-se a seguir o estoque das despesas com precatórios para 2023:



TABELA 31 PROJEÇÃO DO ESTOQUE DE PRECATÓRIOS - (PRECATÓRIOS E RPVS) R\$1,00

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL	PROPOSTA 2022 ¹	PROPOSTA 2023 ²	TOTAL
1ª Região	5.333.572.562	22.672.574.153	28.006.146.715
2ª Região	4.055.242.824	12.338.475.547	16.393.718.370
3ª Região	4.499.921.076	7.616.175.209	12.116.096.285
4ª Região	3.269.516.109	5.340.761.821	8.610.277.929
5ª Região	2.828.115.645	4.483.911.894	7.312.027.539
TOTAL do Estoque de Precatórios	19.986.368.214	52.451.898.623	72.438.266.838
		Limite para Pagamento em 2023 ³	15.722.899.706
		Valores a serem pagos a partir de 2024	56.715.367.132

¹Saldo de precatórios expedidos em 1º de julho de 2021, não quitados em função do limite (art. 107-A do ADCT).

²Distribuição do valor projetado pela SOF, nos termos do § 1º do art. 31 da LDO 2023 (Lei n. 14.436/2022).

³Precatórios expedidos em 2 de abril de 2022 a serem pagos a partir de 2023.

³Limite para pagamento de precatórios da Justiça Federal divulgado pela SOF, nos termos do § 4º do art. 31 da LDO 2023 (Lei n. 14.436/2022).

Fonte: SUPRE/SPO/DP.



7 GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) é uma unidade subordinada à Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas. Atua como órgão central do Sistema de Recursos Humanos da Justiça Federal e, simultaneamente, como unidade local de gestão de pessoas no CJF. É composta por quatro subsecretarias especializadas e uma divisão, responsável pela remoção de servidores.

7.1 ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL

GRÁFICO 13 QUADRO DE PESSOAL DO CJF EM 31/12/2022



GRÁFICO 14 QUADRO DE PESSOAL DO CJF POR CARGOS EM 31/12/2022



GRÁFICO 15 FORÇA DE TRABALHO POR ÁREA E ESPECIALIDADE

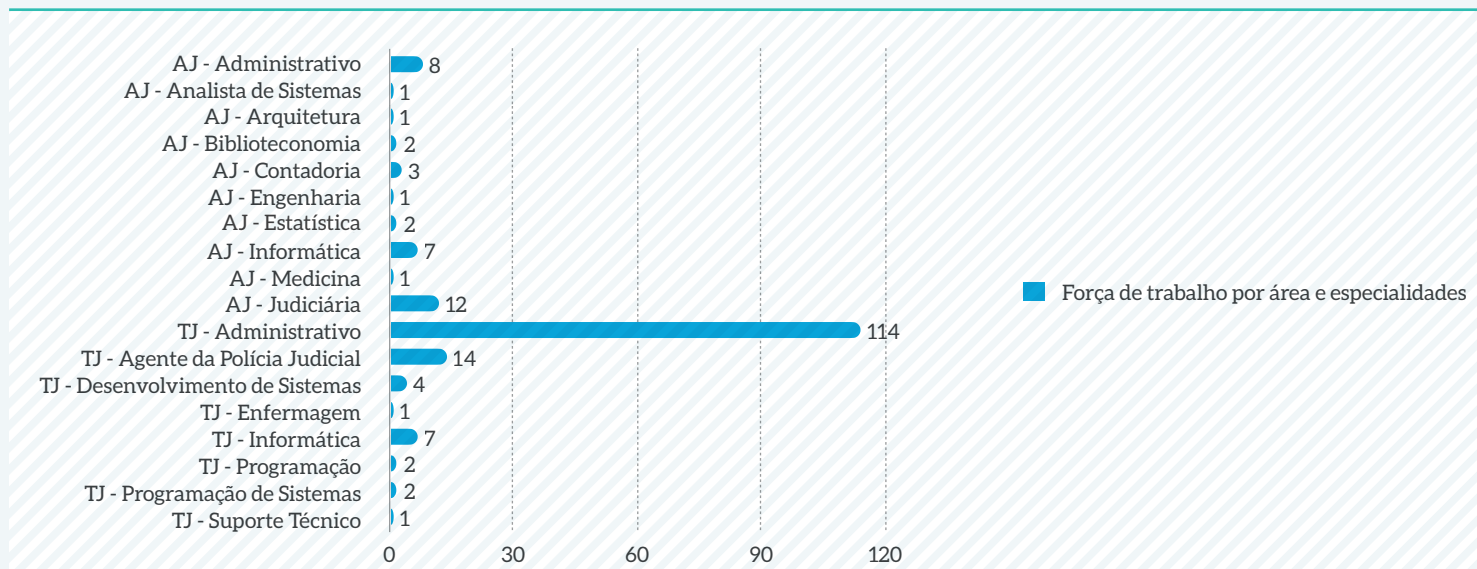


GRÁFICO 16 FORÇA DE TRABALHO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

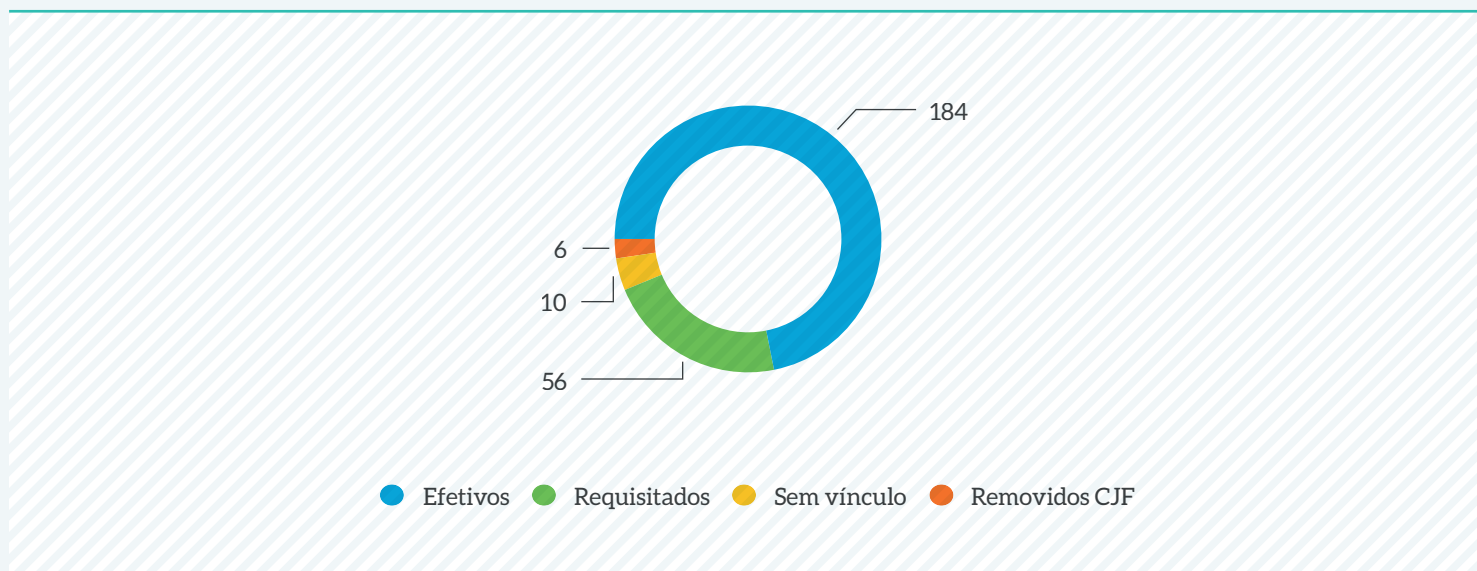


GRÁFICO 17 FAIXA ETÁRIA POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

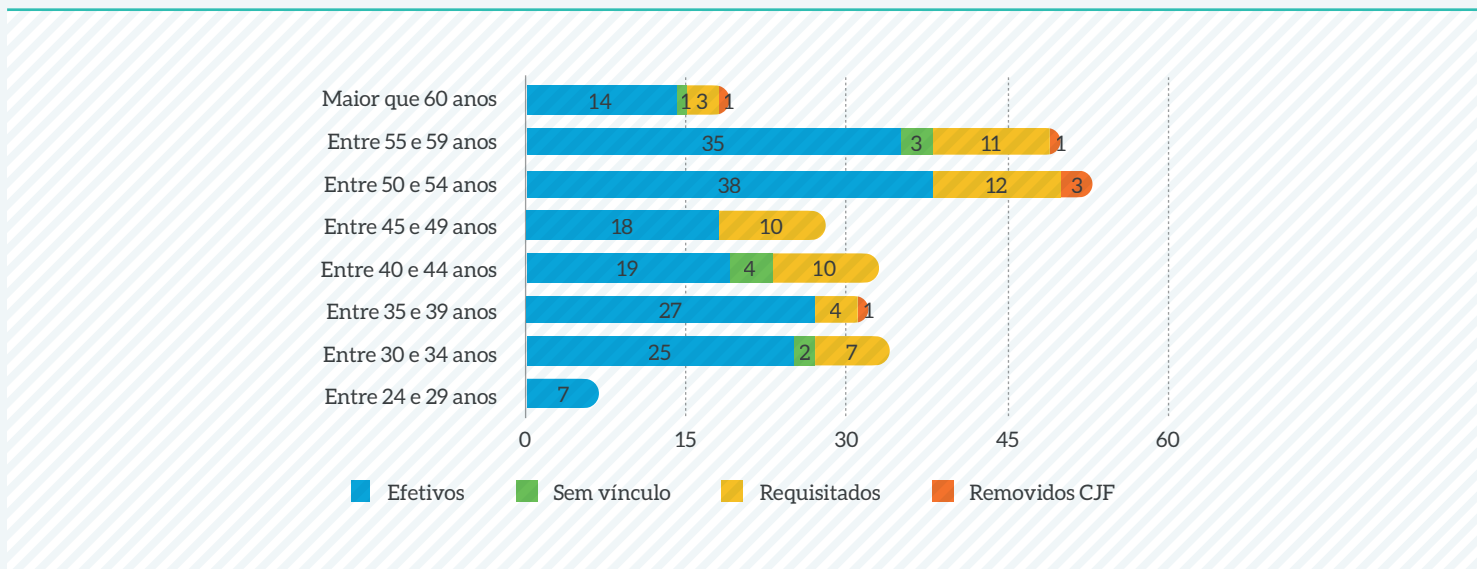


GRÁFICO 18 ETNIA POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

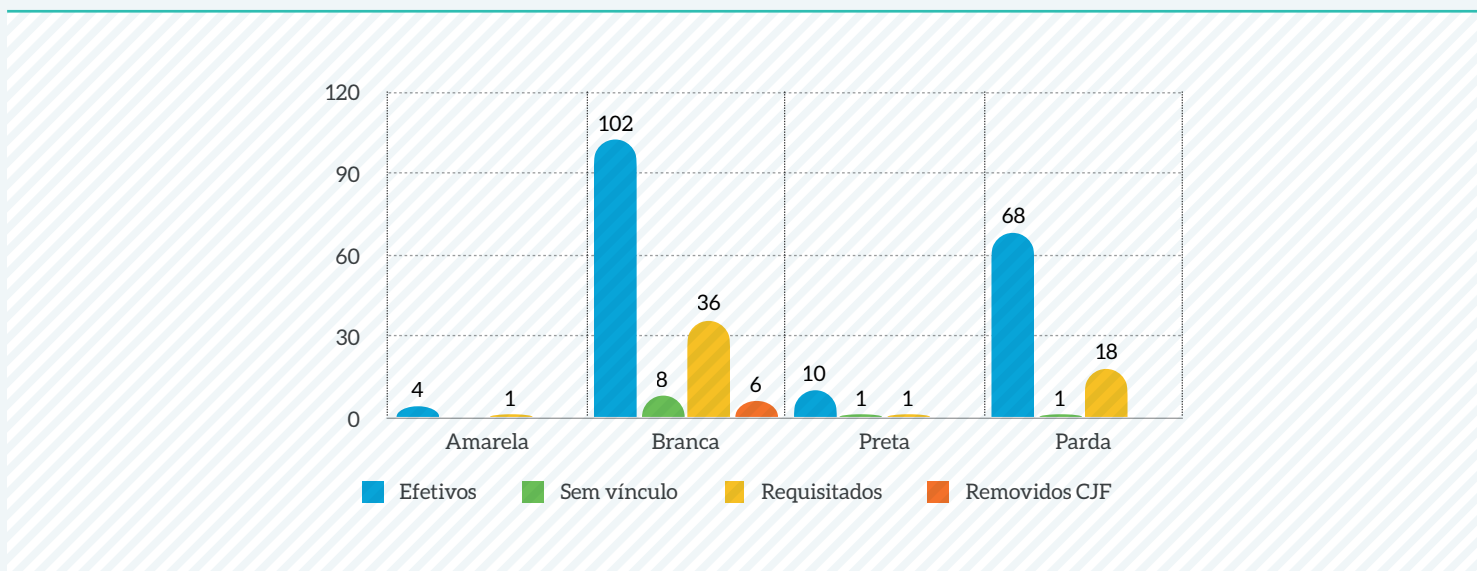


GRÁFICO 19 ESCOLARIDADE POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

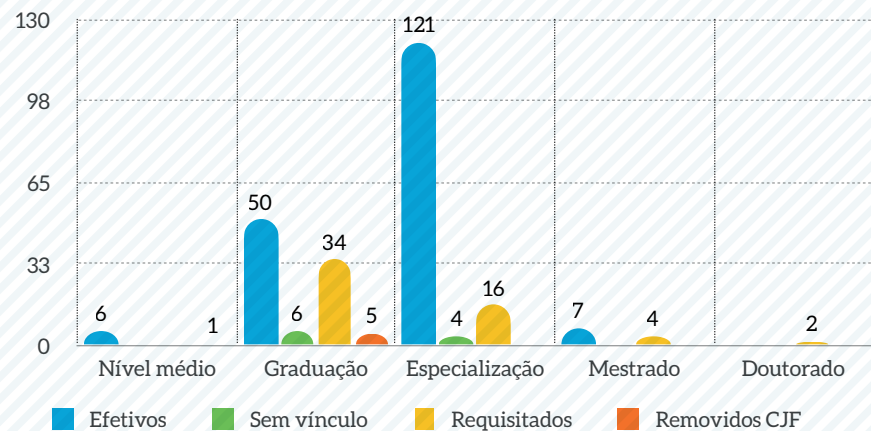


GRÁFICO 20 GÊNERO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

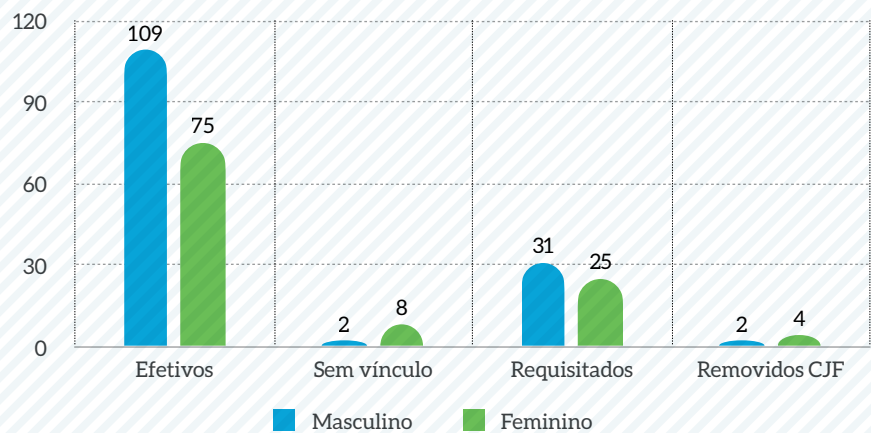


GRÁFICO 21 FORÇA DE TRABALHO POR ÁREA (ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA)

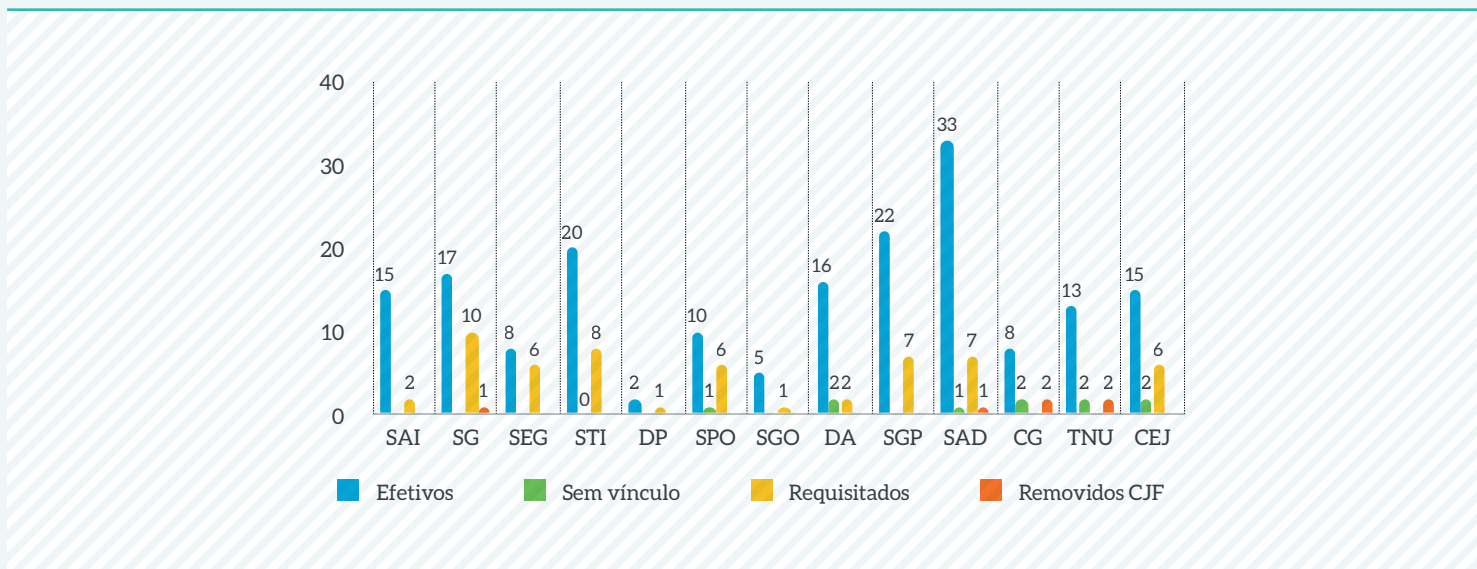
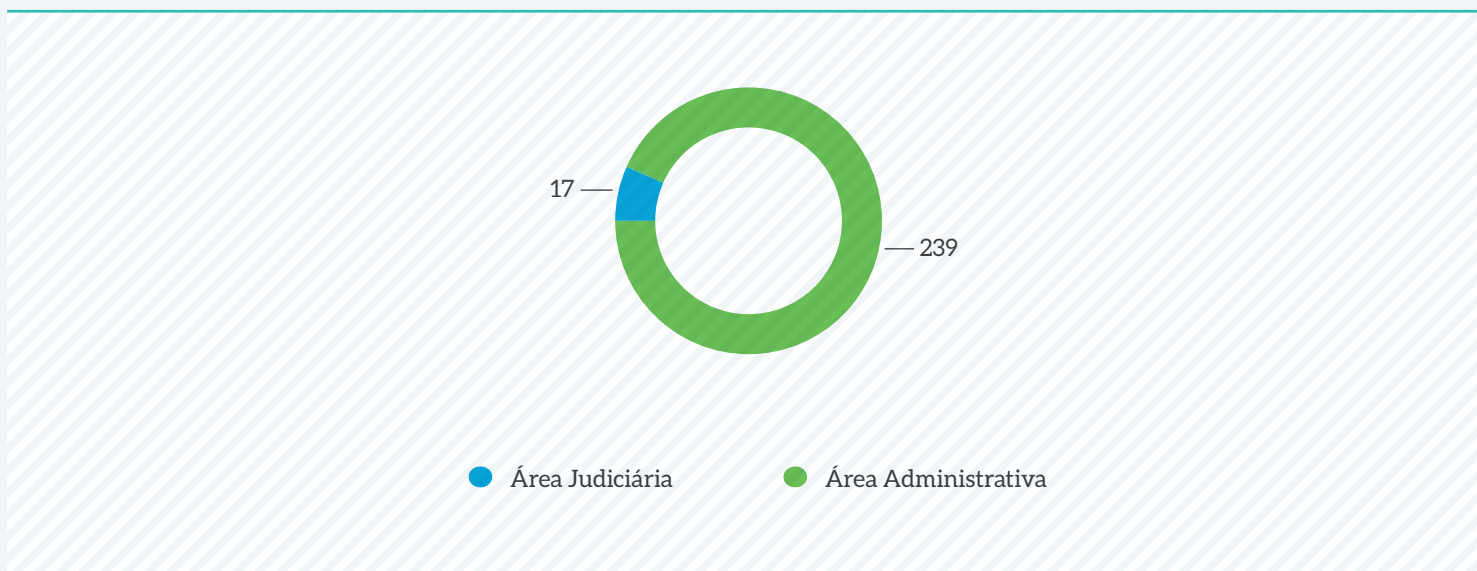


GRÁFICO 22 FORÇA DE TRABALHO POR UNIDADE DE EXERCÍCIO



APOSENTADORIAS

Em 2022, foram concedidas duas aposentadorias de servidores ocupantes do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL (ATIVO, INATIVO E PENSIONISTA).

GRÁFICO 23 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA SALARIAL

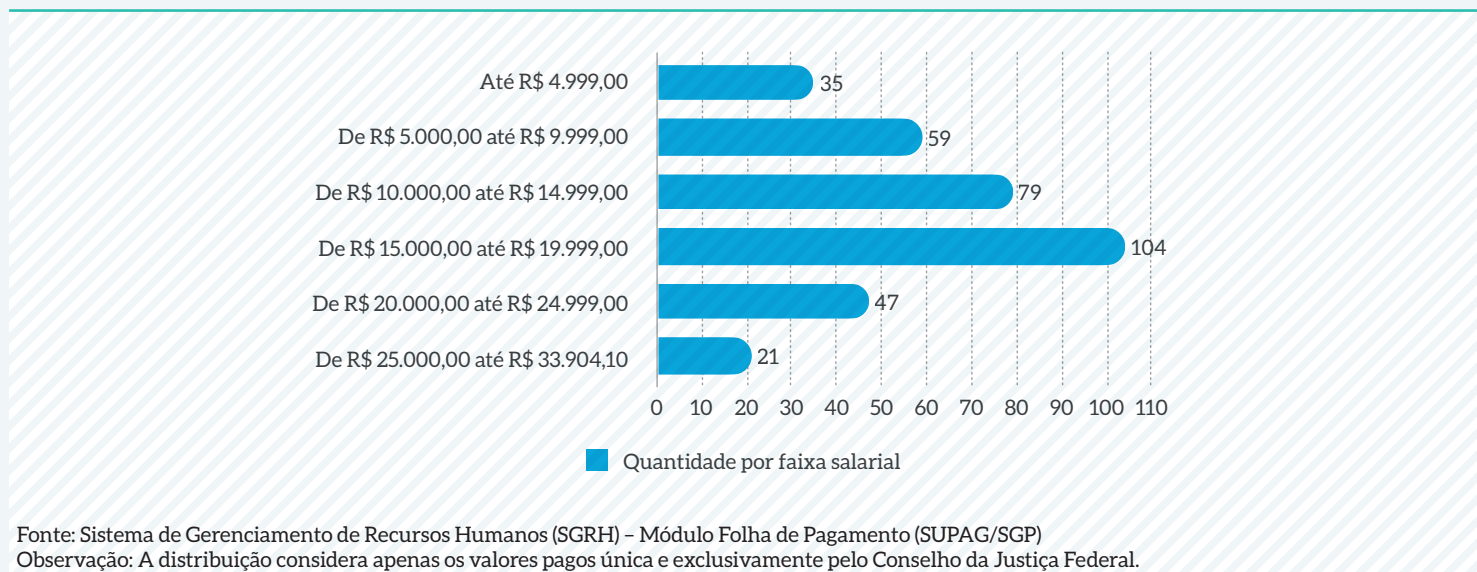


TABELA 32 DISTRIBUIÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO POR SITUAÇÃO

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
ATIVO	6.905.717,54	4.182.976,14	4.047.545,82	4.031.502,29	4.025.663,47	4.229.970,15	4.134.789,74	4.133.278,42	4.075.866,44	4.230.742,54	6.069.038,10	4.061.126,39	54.128.217,04
AUTORIDADES	10.918,62	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	8.492,26	3.320,29	48.013,03	7.279,08	128.976,84
INATIVO	1.920.145,32	1.282.355,90	1.351.550,41	1.322.216,84	1.297.505,91	1.315.254,90	1.357.279,92	1.312.797,13	1.300.587,73	1.298.584,92	1.363.095,59	1.298.584,92	16.419.959,49
PENSIONISTAS	102.093,83	76.496,95	72.279,75	72.279,75	72.279,75	72.279,75	72.279,75	72.279,75	182.542,02	102.561,45	148.590,08	91.310,68	1.137.273,51
Total Geral	8.938.875,31	5.549.108,07	5.478.655,06	5.433.277,96	5.402.728,21	5.624.783,88	5.571.628,49	5.525.634,38	5.567.488,45	5.635.209,20	7.628.736,80	5.458.301,07	71.814.426,88

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) – Módulo Folha de Pagamento (SUPAG/SGP).

GRÁFICO 24 DISTRIBUIÇÃO DO BRUTO DA FOLHA POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

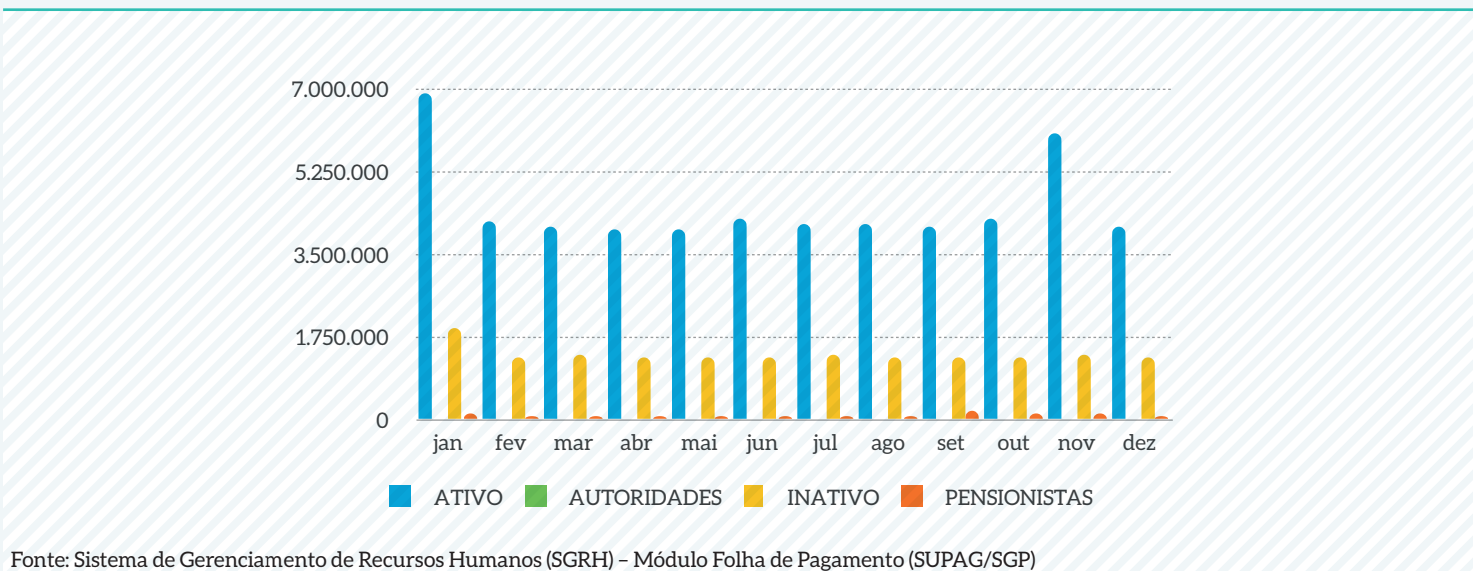


TABELA 33 TOTAL BRUTO GERAL POR SITUAÇÃO

SITUAÇÃO	VALORES
Ativo	54.128.217,04
Autoridade	128.976,84
Inativo	16.419.959,49
Pensionista	1.137.273,51

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) – Módulo Folha de Pagamento (SUPAG/SGP)

TABELA 34 BENEFICIÁRIOS DA FOLHA DE PAGAMENTO

SITUAÇÃO	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS	PERCENTUAL
Ativo	271	76,77%
Autoridade	2	0,57%
Inativo	73	20,68%
Pensionista	7	1,98%

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) – Módulo Folha de Pagamento (SUPAG/SGP)

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Com vistas a subsidiar a estratégia de recrutamento e alocação de pessoas do CJF, está em trâmite, na Secretaria de Gestão de Pessoas, processo administrativo que trata da regulamentação da lotação, da movimentação e da seleção interna para funções ou cargos comissionados no âmbito do Conselho.

TABELA 35 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, PROGRESSÃO FUNCIONAL E ESTÁGIO PROBATÓRIO

AVALIAÇÃO FUNCIONAL	QUANTITATIVO
Servidores em estágio probatório	29
Servidores que concluíram estágio probatório em 2022	20
Servidores em desenvolvimento na carreira	88
Servidores em final de carreira	95

GRÁFICO 25 COMISSIONADOS POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

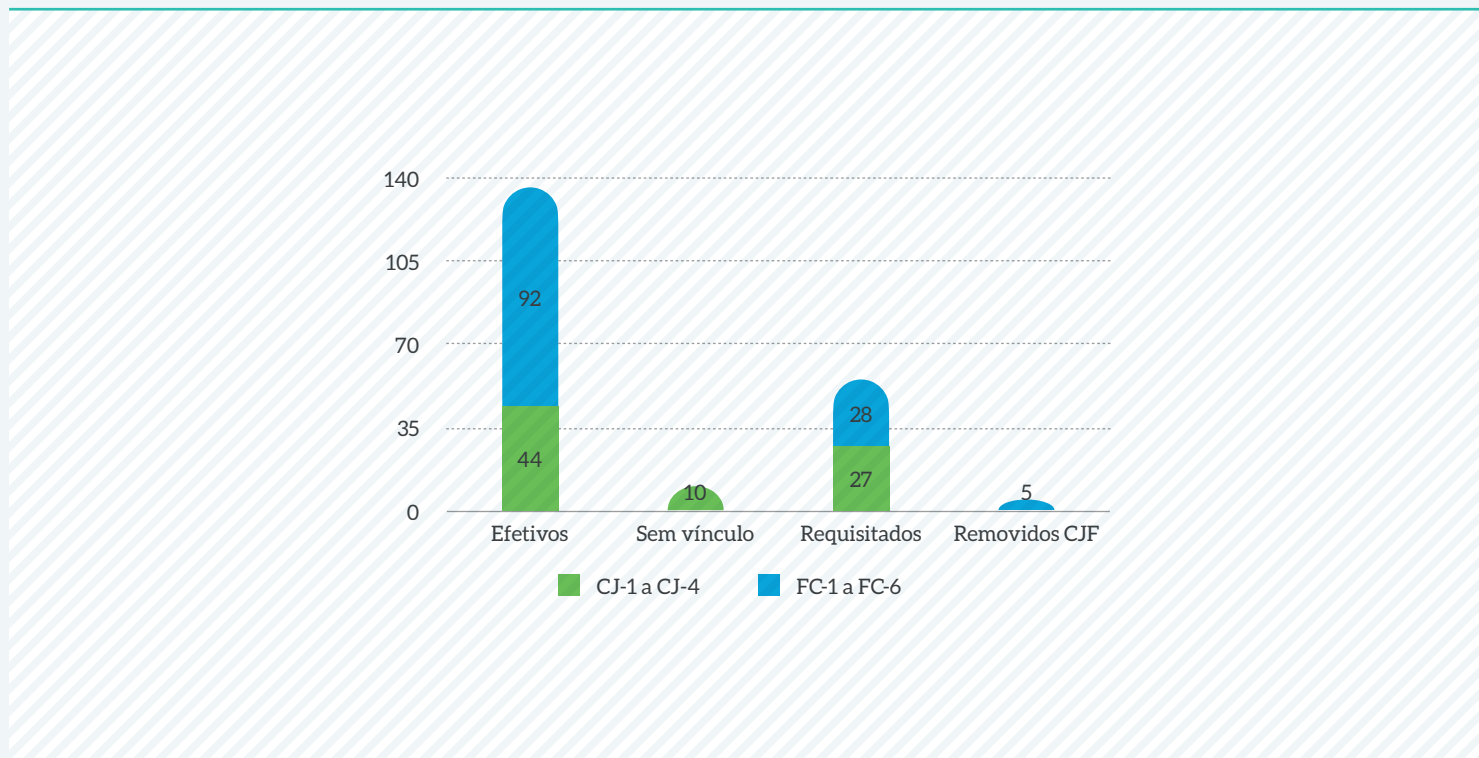


GRÁFICO 26 PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO



● Efetivos ● Não pertencentes ao Quadro de Pessoal do CJF

GRÁFICO 27 PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS



● Efetivos
● Removidos
● Requisitados

7.2 CAPACITAÇÃO

No âmbito interno, alinhado ao Plano Estratégico do Conselho da Justiça Federal 2021-2026 e ao Plano Bial de Gestão do Órgão, o Plano Anual de Capacitação (PAC) 2022 consistiu no conjunto de ações educacionais destinadas à formação e ao aperfeiçoamento profissional dos servidores do CJF, previamente mapeadas com as unidades, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do potencial humano e para a excelência dos serviços prestados pela Justiça Federal.

TABELA 36 QUANTITATIVOS DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS PELA SGP

AÇÕES	TIPO	QUANTIDADE DE AÇÕES	Nº DE PARTICIPANTES
Por modalidade	Presencial	10	152
	EAD	13	167
	Remoto	24	487
	Híbrido	1	10
Por tipo de instrutoria	Interna	31	647
	Externa	7	17
	Autoinstrucional	10	152

TABELA 37 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS PELA SGP

Acessibilidade Arquitetônica

Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Aplicação da Portaria MTP n. 1.467/2022, aposentadorias, pensões e temas correlatos

Armamento e Tiro para o Porte de Armas

Benefícios Especiais

Caminhos da Pontuação: entenda as orações adjetivas

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

Encontro de Gestores do CJF

Escrita Jurídica

eSocial (intermediário)

Ética e função pública, qual a relação?

Excel: dominando a ferramenta no seu dia a dia

Ferramentas Digitais no STJ - Microsoft 365

Gestão de Processos de Trabalho

Gestão do Tempo: Método 4Ps

TABELA 37 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS PELA SGP

Lições de Crase
Manutenção Predial - Modelagens de contratação
Módulo ADP - Análise e Diagnóstico de Processos
Moodle - Módulos I: Formação Básica e II: Conhecimentos Avançados
Nova Lei de Licitações e Contratos: Módulos I e II
O Emprego da vírgula em 4 lições
Oficina de Teletrabalho
Operador de Switcher Atem
Palestra Acessibilidade e Inclusão
Palestra Aprendendo a Aprender - técnicas para ser aprendiz por toda a vida
Palestra Inteligência Emocional
Planilha de Custos, Formação de Preços e Terceirização
Primeiros Socorros
Programa de Reciclagem Anual da Segurança 2022
Projeto SERH
Publicadores de Conteúdo Módulos I, II, III, IV e V
Redação Argumentativa
Retenções na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços na Administração Pública.
Scrum e Metodologias Ágeis
Security+ - turmas 1 e 2
SIAFI Operacional
Sistema Geafin
STJ - Campanha "Sinal Vermelho: conhecer para ajudar"
STJ - Legal Design Thinking e Visual Law
STJ - Libras Instrumental - Nível Básico
STJ - Operações Táticas de Segurança - Turma A
STJ - Produtividade Saudável
STJ - Rede de Computadores e a Internet
STJ +Seguro
Tesouro Gerencial
Tópicos de Sintaxe da Língua Portuguesa
VIII Congresso Brasileiro de Medicina de Emergência Adulto e Pediátrica
XVI Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça - edição 2022

No âmbito da Justiça Federal, o Conselho da Justiça Federal, por meio do Centro de Estudos Judiciários, coordena a elaboração do Plano Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados (PNA) e o Plano Nacional de Capacitação (PNC), voltados aos servidores da Justiça Federal e desenvolve ações de capacitação para magistrados e servidores da Justiça Federal.

TABELA 38 QUANTITATIVO DE CERTIFICADOS EMITIDOS EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS PELO CEJ

PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADES
Magistrados*	349
Servidores*	1240
Outros**	800

*Magistrados e servidores federais e estaduais.

**Ministério Público, Poder Executivo, Poder Legislativo, operadores do Direito e outros.

TABELA 39 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS PELO CEJ

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PÚBLICO-ALVO	FORMATO
Novo Regime da Improbidade Administrativa	Magistrados	A distância, com tutoria
Gestão de Riscos	Servidores	A distância, com tutoria
Básico de Processo Previdenciário	Servidores	A distância, com tutoria
Direito Penal	Magistrados	Híbrido (a distância e presencial)
Formação de Conciliadores - Parte Teórica	Servidores, estagiários e voluntários vinculados aos Cejuscs e Nupemecs	A distância, com tutoria
Reforma Previdenciária	Magistrados e Servidores	A distância, com tutoria
Formação de Facilitadores em Demandas Complexas e estruturantes na Justiça Federal	Magistrados	A distância, com tutoria
Pesquisa de Preços e Plano Anual de Contratações	Servidores	A distância, com tutoria
Contabilização e Demonstração Financeiras Referentes aos Precatórios/RPVs da Justiça Federal	Servidores	A distância, com tutoria
Precedentes Judiciais e Fundamentação Adequada da Decisão Judicial	Magistrados	A distância, com tutoria
Perícia Médica Judicial	Peritos médicos cadastrados na AJG	A distância, com tutoria
Gestão de Pessoas	Servidores	A distância, com tutoria
Básico de Elaboração de Ementas - Ementa Perfeita	Servidores	A distância, com tutoria
Introdução ao Direito, Estrutura e Competência da Justiça Federal	Servidores	A distância, autoinstrucional

Ressalta-se que o Curso de Formação de Conciliadores, parte teórica, na modalidade EaD, recebeu o XII Prêmio Conciliar é Legal, na categoria instrutores de mediadores e conciliadores. Este prêmio, criado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2010, reconhece práticas que contribuem para a solução consensual de conflitos.

Além disso, com o objetivo de delinear posições interpretativas sobre as normas vigentes, foram realizadas três jornadas de Direito, com o objetivo de promover o debate entre especialistas, professores e demais atores do sistema de Justiça:

- IX Jornada de Direito Civil: comemoração dos 20 anos da Lei n. 10.406/2002 e da Instituição da Jornada de Direito Civil, modalidade presencial
- I Jornada de Direito Notarial e Registral, modalidade presencial
- I Jornada de Direito Tributário, modalidade presencial

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Quanto a desafios e ações futuras, destaca-se a implementação do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos (SERH) no CJF, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2023. A solução propiciará a uniformidade e a sistematização de procedimentos, com redução considerável da intervenção humana, melhoria da prestação de serviço e agilidade no fluxo das informações. Posteriormente, serão envidados esforços para implementação do SERH nos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Além disso, dar-se-á continuidade ao trabalho de fortalecimento e consolidação do CJF como órgão central de gestão de pessoas, bem como à otimização do processo de remoção de servidores, com o propósito de atender às necessidades dos órgãos que compõem a Justiça Federal.

Outra ação em destaque é a realização de estudo com vistas à proposição de modelo de gestão das atividades de servidores em teletrabalho, considerando a realidade de cada órgão e observando as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Para ações futuras, tem-se, ainda, a avaliação e proposição de modelo unificado de gestão por competências, a ser utilizado pelo CJF e pela Justiça Federal, o que, a médio/longo prazo, viabilizará a adoção de procedimento que otimizará o planejamento e dimensionamento da força de trabalho.

8 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2022 foram realizadas contratações ordinárias para assegurar a manutenção das atividades do CJF, à exceção da renovação da frota de veículos, com algumas aquisições e/ou serviços para melhorias, em especial na área de Tecnologia da Informação.

O aprimoramento do processo de planejamento das contratações foi trabalhado hodiernamente no Órgão, com o fortalecimento dos processos internos no apoio às áreas requisitantes e no processo de gestão e fiscalização, com a criação de um setor de apoio na Secretaria de Administração.

Devido ao déficit de servidores, é um grande desafio manter a tramitação processual efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental, bem como elevar a produtividade nas unidades. Assim, a qualificação da força de trabalho e a necessidade de incremento de pessoal, notadamente em função das ações para implementar a nova lei de licitações, assumem uma grande importância para o andamento dos processos.

Abaixo segue o detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo:

TABELA 40 DETALHAMENTO DO FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO

CATEGORIA	VALOR (R\$)
Energia e água	1.418.713,14
Apoio técnico-administrativo	4.831.182,80
Vigilância e brigada	3.737.307,80
Limpeza	1.537.508,91
Manut. de bens móveis e imóveis	1.145.928,29
Passagens	991.957,63
Diárias	1.478.758,20
Materiais permanentes	1.571.759,61
Outros materiais de consumo	679.726,20
Outros serviços - pessoa jurídica	3.429.988,63
Serviços de tradução	796.156,63
Capacitação	908.586,13
Outros	207.659,43

Fonte: Tesouro Gerencial.

TABELA 41 GASTOS POR FINALIDADE

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO
R\$ 12.961.664,15	R\$ 22.735.233,40

Fonte: Tesouro Gerencial.

TABELA 42 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, ASSOCIAÇÃO DESTAS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA TAIS CONTRATAÇÕES

CONTRATADA	CNPJ	OBJETO	VALOR TOTAL	MODALIDADE
CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	00.308.141/0009-23	Serviços técnicos de sustentação de ambiente de infraestrutura e monitoramento (n3)	R\$ 7.821.712,04	Pregão Eletrônico (PE 22/2022)
DELL Technologies	72.381.189/0012-73	Extensão de garantia, serviços de atualização e suporte técnico dos equipamentos appliance Dell dd6800 (backup)	R\$ 1.652.486,33	Pregão Eletrônico (PE 33/2022)
JORLAN AS VEÍCULOS AUTOMOTORES	01.542.240/0001-80	Aquisição de veículos.	R\$ 1.275.936,00	Pregão Eletrônico (PE 14/2022)
SERVIX INFORMÁTICA LTDA.	01.542.240/0001-80	Manutenção corretiva e preventiva do equipamento Storage Netapp FAS-9000 como extensão da garantia	R\$ 1.731.000,00	Pregão Eletrônico (PE 39/2021)**
O3S CONSULTORIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31.060.985/0001-74	Subscrição de serviço de suporte prioritário do sistema operacional SUSE Linux e da ferramenta de gerenciamento centralizado SUSE Manager	R\$ 1.006.706,35*	Pregão Eletrônico (PE 16/2022)
SUPORTE INFORMÁTICA SOLUÇÕES LTDA.	07.880.897/0002-15	Uma subscrição de software corporativo de código aberto do tipo plataforma de contêineres, sistemas operacionais e servidores de aplicação da RedHat	R\$ 805.963,43	Compra compartilhada PE 32/2022 (TRF 5ª Região)

Fonte: <https://www.cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1/licitacoes-e-contratos/editais/2022/>

*Valor registrado em ata.

**Início da vigência em 17/1/2022, apesar do pregão ter ocorrido no final de 2021.

Obs.: Não foram indicadas as renovações contratuais, somente as novas aquisições/prestações de serviços

TABELA 43 PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES DIRETAS POR INEXIGIBILIDADE

CONTRATADA	CNPJ	OBJETO	VALOR TOTAL
LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A.	24.936.973/0001-03	Suporte técnico, ajustes, atualização, apoio à migração, capacitação, evolução e manutenção do Software de Gestão Automation System of Inventory - ASIWEB, composto pelos sistemas de almoxarifado e patrimônio.	R\$ 633.610,00
NEO ENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA	07.522.669/0001-92	Prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a distribuidora e o consumidor.	R\$ 232.079,56
EDITORA FÓRUM LTDA.	41.769.803/0001-92	Base de dados Plataforma Fórum Conhecimento Jurídico.	R\$ 156.106,00

TABELA 44 PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES DIRETAS POR DISPENSA

CONTRATADA	CNPJ	OBJETO	VALOR TOTAL
OPTATEC IMPRESSÃO DIGITAL LTDA.	41.106.192/0001-00	Prestação de serviços de comunicação visual	R\$ 7.892,00
GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTDA.	02.430.968/0003-45	Aquisição de gás liquefeito de petróleo - GLP, a granel, de forma parcelada e mediante requisição.	R\$ 7.700,00
OURO GÁS LTDA.	23.934.139/0001-08	Aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), envasado em botijão de 13 kg.	R\$ 4.248,00

TABELA 45 GASTOS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO

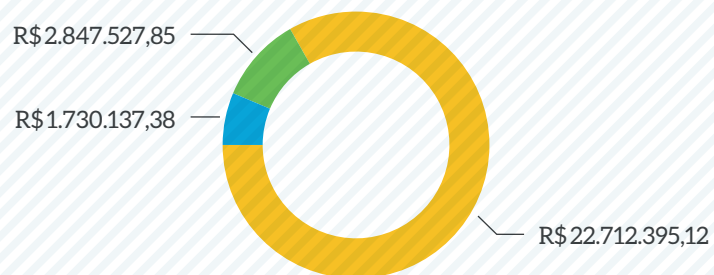
ANO LANÇAMENTO	MODALIDADE LICITAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	PERCENTUAL EMPENHADO	DESPESAS PAGAS	PERCENTUAL PAGO
2022	DISPENSA DE LICITACAO	R\$ 2.368.999,37	6,88%	R\$1.730.137,38	6,34%
	INEXIGIBILIDADE	R\$ 3.326.211,17	9,67%	R\$2.847.572,85	10,43%
	PREGAO	R\$ 28.718.793,07	83,45%	R\$22.712.395,12	83,23%
TOTAL		R\$ 34.414.003,61		R\$ 27.290.105,35	

GRÁFICO 28 DESPESAS EMPENHADAS POR MODALIDADE - 2022



● Dispensa de licitação (6,88%) ● Inexigibilidade (9,67%) ● Pregão (83,23%)

GRÁFICO 29 DESPESAS PAGAS POR MODALIDADE - 2022



● Dispensa de licitação (6,34%) ● Inexigibilidade (10,43%) ● Pregão (83,23%)

9 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

9.1 SISTEMA DE EDIFICAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL

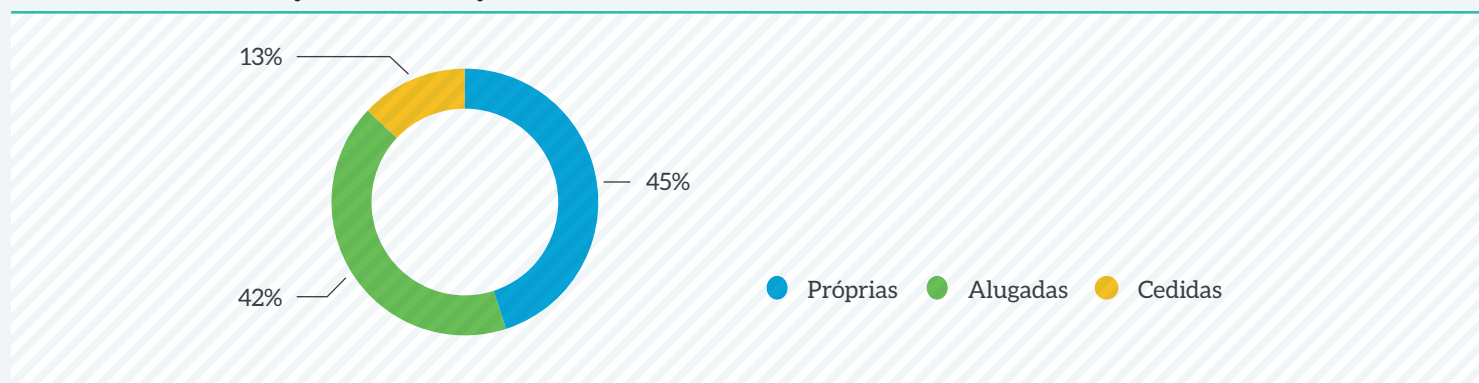
De acordo com o levantamento da Secretaria de Gestão de Obras, a Justiça Federal possui 473 edifícios, distribuídos em 150 municípios, conforme tabela e gráfico apresentados.

TABELA 46 MAPA RESUMO DE EDIFICAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL CADASTRADAS NO SISTEMA CADIJUS

REGIÃO	QTD. CIDADES	TOTAL POR ÓRGÃO			
		QTD. EDIFÍCIOS	EDIFICAÇÕES		
			SITUAÇÃO (QUANTIDADE)		
PRÓPRIAS	ALUGADOS	CEDIDOS			
CJF	1	2	2	0	0
1ª REGIÃO	70	122	64	45	13
2ª REGIÃO	24	35	18	14	3
3ª REGIÃO	18	82	36	44	2
4ª REGIÃO	13	101	22	51	28
5ª REGIÃO	17	85	52	18	15
6ª REGIÃO	7	46	18	25	3
TOTAL	150	473	212	197	64

Fonte: Cadijus – Consulta em 12 de janeiro de 2023.

GRÁFICO 30 EDIFICAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL



9.2 OBRAS EM ANDAMENTO NA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS (MAIO/2022)

Segundo o levantamento feito na Secretaria de Gestão de Obras, há 40 obras em curso em toda a Justiça Federal do País, sendo seis construções de novos edifícios e 30 reformas, além de quatro instalações de usinas fotovoltaicas.

TABELA 47 OBRAS EM ANDAMENTO NA JUSTIÇA FEDERAL - ANO 2022

	REFORMAS	CONSTRUÇÕES	USINAS FOTOVOLTAICAS	TOTAL
1ª Região*	7	4	4	15
2ª Região	3	0	0	3
3ª Região	9	0	0	9
4ª Região	0	2	0	2
5ª Região	11	-	0	11
Total geral	30	6	4	40

LEVANTAMENTO FEITO COM BASE EM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - não inclui pequenas obras de manutenção predial

*Imóveis localizados no estado de Minas Gerais estão cadastradas sob a gestão da 1ª Região até o próximo exercício

9.3 ACOMPANHAMENTO DE OBRAS

Além do acompanhamento das obras previstas no Plano Anual de Vistorias Técnicas, foi realizado o acompanhamento das obras de mais complexidade e criticidade.

ACOMPANHAMENTO DA OBRA DA NOVA SEDE DO TRF1

Projetado em 2006 para abrigar até 51 gabinetes de desembargadores federais, o projeto da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região está sendo revisto para adequar seu programa de necessidades ao funcionamento do Tribunal com previsão atual de 30 gabinetes de desembargadores. Atendendo à solicitação contida no Ofício PRESI/TRF1 6459232, o CJF foi autorizado a auxiliar a equipe técnica do TRF1 na análise prévia dos futuros editais de licitação da referida obra, atividade que vem sendo realizada desde 2018, destacando-se na atual gestão:

1) Análise da documentação e orçamento a ser utilizado na contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção e limpeza das fachadas de vidros e das esquadrias (Brises), bem como para a instalação de pontos de ancoragem na cobertura da nova sede do TRF1;

Resultado da análise: após os trabalhos realizados, o orçamento de referência da licitação foi reduzido para R\$ 240.513,91, valor 52,15% inferior ao inicialmente previsto pelo TRF1 (R\$ 502.713,51).

2) Análise da documentação a ser utilizada na contratação de empresa para elaboração dos projetos básicos e executivos remanescentes (em plataforma *Building Information Modeling* - BIM) da obra da nova sede do TRF1;

Resultado da análise: a fim de promover o interesse do mercado e evitar novas licitações desertas, constatou-se a necessidade de atualização do orçamento de referência da licitação elaborado em janeiro/2020 - no valor de R\$

4.954.137,58, para maio/2021 no montante de R\$ 5.634.095,54. A licitação foi realizada com sucesso.

3) Análise da documentação a ser utilizada na contratação de empresa para a prestação de serviços de fiscalização dos projetos básicos e executivos remanescentes (em plataforma BIM) da obra da nova sede do TRF1;

Resultado da análise: observou-se que todos os preços unitários referentes à mão de obra estavam corretamente definidos e utilizados; os encargos sociais foram adequadamente utilizados no cálculo do Fator k. Não foi identificada a necessidade de se proceder ajustes no orçamento da licitação.

Quanto ao exercício de 2022, foi realizada a revisão e atualização dos projetos de construção do edifício-sede do TRF da 1ª Região, priorizando-se, numa primeira fase, a revisão dos projetos da estrutura do Bloco C, com vistas à contratação de empresa para início da execução da obra no exercício de 2023.

O orçamento atualizado dessa obra totaliza R\$ 1.291.472.569,01.

ACOMPANHAMENTO DA OBRA DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BLUMENAU - SC (PROCESSO 0006021-94.2019.4.90.8000)

O projeto de construção da nova sede de Blumenau - SC possui área de construção de 14.340,01 m².

A análise da documentação relativa à revisão dos projetos de arquitetura e de engenharia, bem como para contratação da execução e da fiscalização da obra do edifício-sede da Subseção Judiciária de Blumenau/SC, foi realizada em colaboração com a equipe técnica do TRF4, conforme Resolução CJF n. 461/2017, que estabeleceu a metodologia de cálculo do preço máximo para as novas construções da Justiça Federal.

Resultado da análise: observando as orientações, a equipe técnica do TRF4 promoveu a revisão dos projetos de arquitetura e engenharia da obra, perfazendo na ocasião uma economia/redução do valor do empreendimento superior a R\$ 20.000.000,00.

A obra, que se encontrava paralisada, foi retomada em 2022.

ACOMPANHAMENTO DA OBRA DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU - PR (PROCESSO 0006021-94.2019.4.90.8000)

O prédio destinado à sede da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu possuirá 29.006,38 m² para abrigar 12 varas federais.

A execução da obra iniciou-se em março de 2012 e diminuiu o ritmo gradativamente devido à dificuldade da empresa construtora, o que culminou na paralisação da obra em 2015 e na rescisão do Contrato n. 55/2011, com apenas 31% da obra construída. Dessa forma, o cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro não correspondera mais às expectativas de produção.

Com vistas à retomada da execução da obra, e tendo em vista as novas diretrizes do CJF, por meio da Resolução CJF n. 461/2017, o TRF4 procedeu à revisão e à readequação dos projetos de arquitetura e de engenharia, bem como à revisão do orçamento da obra, para adequar o projeto original, elaborado em 2009, às normas vigentes, e reduzir o custo final do empreendimento.

Resultado da análise: observando as orientações da equipe do CJF, o TRF4 revisou os projetos de arquitetura e engenharia

da obra, perfazendo uma economia/redução do valor do preço base do empreendimento superior a R\$ 22.000.000,00.

A licitação ocorreu no fim de 2022 e o novo contrato foi assinado no dia 30 de dezembro.

TABELA 48 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS)

	VALOR
Investimentos em capital - aquisição de equipamentos de TI	30.240,00
Desfazimento de ativos e desmobilizações	0,00
Reformas	0,00
Locações	0,00

Fonte: SIAFI gerencial.

9.4 ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

TABELA 49 PRINCIPAIS CUSTOS COM SERVIÇOS PREDIAIS

SERVIÇOS	CUSTOS R\$
Manutenção da infraestrutura predial	1.726.147,82

Fonte: SIAFI gerencial.

Obs.: valores correspondentes aos pagamentos efetuados ao longo do exercício de 2022.

TABELA 50 PRÉDIOS GERENCIADOS

EDIFÍCIO	ENDEREÇO
Sede	SCES, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília - DF
Gráfica	SAAN, Quadra 1, Lotes 10/70, Brasília - DF

10 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1 CONFORMIDADE LEGAL

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, a STI observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas por órgãos de controle e padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, interoperabilidade, contratações de soluções de TI, desenvolvimento de sistemas e gestão contratual.

Destacam-se, dentre os normativos aplicáveis, as Resoluções CNJ n. 182/2013 e 468/2022, que dispõem sobre diretrizes de contratações de TI, a Resolução CNJ n. 370/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de TI do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) e a Resolução CNJ n. 396/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

Mais informações sobre os normativos mencionados, acesse a página da STI no Portal do CJF, páginas de governança de TI, segurança da informação, Identidade Digital e Modelo de Contratação de Soluções de TI.

10.2 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades relacionadas à segurança da informação empreendidas em 2022 foram as seguintes:

- Implantação da solução AirGap para a proteção de dados armazenados no STJ, viabilizando a abordagem off-site e off-line preconizadas pelas boas práticas.
- Implantação da solução de cofre de senha para assegurar o controle de credenciais e a rastreabilidade de atividades.
- Tratamento de vulnerabilidades detectadas a partir de processos automatizados.

10.3 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Os recursos aplicados em Tecnologia da Informação no exercício de 2022 são apresentados na tabela seguinte:

TABELA 51 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

PO	GND	EMPENHADO
AI	3	4.441.351,51
CTN	3	6.932.502,65
SEGO	3	85.667,87
SEGO	4	1.502.142,12
TOTAL		12.961.664,15

Fonte: Secretaria de Administração do CJF.

10.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

A STI concluiu, em parceria com unidades internas do CJF, contratações de soluções para o atendimento às unidades de negócio para manter operacional o ambiente tecnológico do CJF, conforme destacadas:

- **Licenças de software (Pacote Red Hat Runtimes)**

Devido à criticidade e importância dos sistemas baseados em plataforma JBoss, à impossibilidade de renovação das subscrições atuais e para manutenção do suporte de todos os softwares utilizados pelas aplicações, fez-se necessária a contratação de subscrições (suporte e atualização de versões) para prover o suporte corporativo no uso da plataforma, visando assegurar a alta disponibilidade, desempenho e qualidade das aplicações corporativas.

- **Subscrição do Sistema Operacional Suse Linux**

Contratação de 35 subscrições de serviço de suporte prioritário do sistema operacional *SUSE Linux* e de seu gerenciador, com atualização de versão, pelo período de 36 meses.

- **Solução para gestão de acesso privilegiado**

Solução para Gerenciamento de Acesso Privilegiado (*Privileged Access Management – PAM*) para proteção dos ambientes computacionais do Conselho da Justiça Federal.

- **Adequação de solução de armazenamento**

Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva do equipamento Storage Netapp FAS-9000 como extensão da garantia, incluindo serviço de suporte técnico, atualização de *firmwares*, dos sistemas operacionais e de versões dos softwares de gerência.

- **Serviço de sustentação do ambiente de infraestrutura computacional**

Prestação do serviço técnico de sustentação do ambiente de infraestrutura de Tecnologia da Informação e monitoramento do Conselho da Justiça Federal.

10.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Os principais desafios e ações futuras para 2023 e para os anos subsequentes são:

- adequação do quadro de servidores da STI, demasiadamente defasado para as necessidades correntes;
- aprimorar a governança dos projetos nacionais da Justiça Federal;
- realizar a convergência da infraestrutura computacional do CJF;
- otimizar ativos, recursos e capacidades relacionados ao uso da TI;
- aprimorar a eficiência do uso dos recursos computacionais;
- manter os níveis adequados de proteção contra ataques cibernéticos;
- aprimorar o monitoramento dos benefícios obtidos pelos investimentos no uso da TI.

11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

As demonstrações contábeis da UG 090026 – Secretaria do Conselho da Justiça Federal são as seguintes:

- Balanço patrimonial – evidencia os ativos e passivos desta unidade;
- Demonstração das variações patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Balanço orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista *versus* a arrecadada e a despesa autorizada *versus* a executada;
- Balanço financeiro e a demonstração dos fluxos de caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da Unidade no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

11.2 RESSALVAS

A conformidade contábil é realizada mediante análise dos registros contábeis, das demonstrações deles decorrentes e da verificação do registro da conformidade de registros de gestão, em consonância com os dispositivos da Lei n. 4.320/1964, bem como os procedimentos definidos pela Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil do Manual SIAFI/STN.

Dessa forma, no exercício de 2022, foram registradas as seguintes ocorrências:

TABELA 52 REGISTROS CONTÁBEIS - OCORRÊNCIAS

RESTRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
302 FALTA OU ATRASO DE REMESSA DO RMA OU RMB	X	X	X	X	X	X	X					
612 DIVERG.ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. ORÇAM PAGO	X	X										
634 FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	X	X	X	X	X	X			X	X	X	
643 FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	
707 SALDO INVERTIDO - CLASSE 8	X	X										
714 SALDO INVERTIDO - CLASSE 7	X	X										

As restrições contábeis que demandavam ajustes e/ou regularizações contábeis foram devidamente sanadas junto ao SIAFI, no decorrer do exercício, à exceção da ocorrência em agosto de 2022, quando registrado um evento de “sem conformidade” no sistema SIAFI. Constatou-se que o registro ocorreu por equívoco de operação. Com o objetivo de solucionar o problema, realizou-se uma solicitação à STN para a correção desta informação. Todavia, até o momento, a solicitação não foi atendida.

Sobre esse tema destacam-se as seguintes ocorrências:

- 302 – Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB: Em 2022, a equipe responsável realizou a migração do sistema de controle de material ASIWEB para uma versão atualizada. Como resultado, os processos de controle de materiais de consumo e movimentação de bens móveis foram aprimorados. O processo foi finalizado com sucesso em julho e, desde então, os relatórios de materiais de consumo (RMA) e relatórios de movimentação de bens móveis (RMB) têm sido gerados e registrados regularmente.
- 634 e 643 – Falta avaliação bens intangíveis: De acordo com o processo SEI nº 0000941-81.2019.4.90.8000, após a conclusão da migração do sistema ASIWEB, foi possível registrar os ativos intangíveis e suas respectivas amortizações. Em dezembro, o reconhecimento, a mensuração e o registro dos ativos intangíveis foram atualizados de acordo com o MCASP, e a conciliação entre as contas contábeis do SIAFI e a realidade dos ativos intangíveis presentes no CJF foi realizada.
- As outras inconformidades apontadas foram temporárias e resolvidas tempestivamente. Desse modo, destaca-se a importância do acompanhamento prévio, que permitiu evitar novas restrições e garantir a continuidade das atividades de forma satisfatória.

- Declaração.

Declaro que os demonstrativos contábeis do SIAFI (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Fluxo de Caixa), regulados pela Lei n. 4.320/1964, Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o exercício de 2022, representam adequadamente a situação financeira, orçamentária e patrimonial do Conselho da Justiça Federal - UG 090026, exceto pelas ressalvas mencionadas.

Brasília - DF, 31 de janeiro de 2023.

ANDRÉ LUIZ CORDEIRO CAVALCANTI

CRC n. DF 11.297

Contador Responsável

11.3 BALANÇO PATRIMONIAL

TABELA 53 BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	62.253.258,03	61.213.121,77	PASSIVO CIRCULANTE	4.017.966,70	4.212.273,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.779.440,96	7.211.153,46	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.475.285,68	3.713.022,70
Créditos a Curto Prazo	50.176.580,24	51.293.830,83	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	189.388,11	17.070,99
Demais Créditos e Valores	50.176.580,24	51.293.830,83	Demais Obrigações a Curto Prazo	353.292,91	482.180,05
Estoques	1.243.941,18	2.398.759,04	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	1 2.053.295,65	309.378,44	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.017.966,70	4.212.273,74
ATIVO NÃO CIRCULANTE	105.910.723,24	142.480.353,17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Investimentos	9,17	9,17	Demais Reservas	46.999,39	46.999,39
Demais Investimentos Permanentes		9,17	Resultados Acumulados	164.099.015,18	199.434.201,81
Demais Investimentos Permanentes	9,17	9,17	Resultado do Exercício	-25.608.460,14	37.320.336,72
Imobilizado	90.931.969,15	119.651.361,77	Resultados de Exercícios Anteriores	199.434.201,81	163.358.994,44
Bens Móveis	12.623.796,85	17.838.727,06	Ajustes de Exercícios Anteriores	-9.726.726,49	-1.245.129,35
Bens Móveis	36.293.801,97	34.755.261,57	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	164.146.014,57	199.481.201,20
(-) Dep./Am./Ex. Acum. de Bens Móveis	-23.670.005,12	-16.916.534,51			
Bens Imóveis	78.308.172,30	101.812.634,71			
Bens Imóveis	78.323.401,68	103.333.964,69			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-15.229,38	-1.521.329,98			
Intangível	14.978.744,92	22.828.982,23			
Softwares	14.942.827,45	22.793.064,76			
Softwares	2 15.084.574,23	22.793.064,76			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-141.746,78	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	35.917,47	35.917,47			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	35.917,47	35.917,47			
TOTAL DO ATIVO	3 168.163.981,27	203.693.474,94	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	168.163.981,27	203.693.474,94

Fonte: Siafi Web.

TABELA 54 QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	8.779.440,96	7.211.153,46	PASSIVO FINANCEIRO	10.787.677,25	6.952.167,72
ATIVO PERMANENTE	159.384.540,31	196.482.321,48	PASSIVO PERMANENTE	3.685.289,53	4.151.851,59
			SALDO PATRIMONIAL	153.691.014,49	192.589.455,63

TABELA 55 DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.478.238,84
Recursos Vinculados	-529.997,45
Seguridade Social (Exceto Previdência)	0,96
Previdência Social (RPPS)	-273.806,00
Outros Recursos Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas	-256.192,41
TOTAL	-2.008.236,29

TABELA 56 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	127.152.980,61	154.381.764,31
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	72.634,37	97.770,36
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	72.634,37	97.770,36
Transferências e Delegações Recebidas	120.231.286,94	115.478.695,93
Transferências Intragovernamentais	120.211.468,29	115.340.422,68
Outras Transferências e Delegações Recebidas	19.818,65	138.273,25
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	5.811.170,78	37.471.353,45
Reavaliação de Ativos	2.576.975,40	37.308.197,85
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.772.497,51	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	461.697,87	163.155,60
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.037.888,52	1.333.944,57
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.037.888,52	1.333.944,57

TABELA 56 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	152.761.440,75	117.061.427,59
Pessoal e Encargos	63.244.209,33	65.145.956,19
Remuneração a Pessoal	51.091.101,20	50.883.382,26
Encargos Patronais	8.975.911,16	11.101.236,69
Benefícios a Pessoal	2.798.171,92	2.818.893,41
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	379.025,05	342.443,83
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.068.726,33	17.488.112,30
Aposentadorias e Reformas	16.901.743,09	16.547.846,85
Pensões	1.043.452,80	887.483,52
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	123.530,44	52.781,93
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	36.385.346,81	27.710.766,70
Uso de Material de Consumo	2.278.244,78	100.357,96
Serviços	27.187.906,76	23.693.828,55
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.919.195,27	3.916.580,19
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	660,88	476.545,88
Juros e Encargos de Mora	660,88	476.545,88
Transferências e Delegações Concedidas	30.044.919,45	5.838.131,67
Transferências Intragovernamentais	6.414.753,93	5.699.544,30
Outras Transferências e Delegações Concedidas	23.630.165,52	138.587,37
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.640.259,73	254.672,24
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.381.294,35	-
Perdas Involuntárias	-	2.009,22
Incorporação de Passivos	252.033,48	252.663,02
Desincorporação de Ativos	6.931,90	-
Tributárias	58.387,14	40.922,00
Contribuições	58.387,14	40.922,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	318.931,08	106.320,61
Premiações	7.745,97	-
Incentivos	32.423,14	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	278.761,97	106.320,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-25.608.460,14	37.320.336,72

Fonte: Siafi Web.

TABELA 57 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	118.184.398,96	118.184.398,96
TOTAL	-	-	118.184.398,96	118.184.398,96
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-

TABELA 57 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DESPEZA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	116.612.639,35	107.962.562,74	107.644.285,57	-116.612.639,35
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	78.501.074,59	77.053.522,79	77.021.742,29	-78.501.074,59
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	38.111.564,76	30.909.039,95	30.622.543,28	-38.111.564,76
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	1.571.759,61	1.510.904,49	1.496.504,49	-1.571.759,61
Investimentos	-	-	1.571.759,61	1.510.904,49	1.496.504,49	-1.571.759,61
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	118.184.398,96	109.473.467,23	109.140.790,06	-118.184.398,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	118.184.398,96	109.473.467,23	109.140.790,06	-118.184.398,96
TOTAL	-	-	118.184.398,96	109.473.467,23	109.140.790,06	-118.184.398,96

Fonte: Siafi Web.

TABELA 58 BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	118.184.398,96	117.180.294,86
Ordinárias	-	-	Ordinárias	98.486.374,34	97.550.785,35
Vinculadas	-	-	Vinculadas	19.698.024,62	19.629.509,51
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		60.000,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	17.124.108,61	17.073.884,00
			Outros Rec. Vinc.a Fundos, Órgãos e Prog.	2.573.916,01	2.495.625,51
Transferências Financeiras Recebidas	120.211.468,29	115.340.422,68	Transferências Financeiras Concedidas	6.033.600,83	5.543.241,67
Resultantes da Execução Orçamentária	120.211.468,29	115.338.535,74	Resultantes da Execução Orçamentária	4.923.077,94	4.109.639,80
Repasso Recebido	1.510.922,48	1.390.401,62	Repasso Concedido	4.510.222,07	3.868.550,94
Sub-repasso Recebido	118.700.545,81	113.948.134,12	Sub-repasso Concedido	412.855,87	241.088,86
Independentes da Execução Orçamentária	-	1.886,94	Independentes da Execução Orçamentária	1.110.522,89	1.433.601,87
Demais Transferências Recebidas		943,47	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.110.522,89	1.433.601,87
Movimentação de Saldos Patrimoniais		943,47	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	10.306.628,63	12.535.857,70	Pagamentos Extraorçamentários	4.731.809,63	6.740.667,83
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	332.677,17	42.129,26	Pagamento dos Restos a Pagar Proc.	58.747,85	5.822,39
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.710.931,73	6.588.194,15	Pagamento dos Restos a Pagar Não Proc.	4.137.737,54	2.106.397,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	152.496,84	4.472.145,06	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	152.496,84	4.472.145,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.110.522,89	1.433.389,23	Outros Pagamentos Extraorçamentários	382.827,40	156.302,63
Ordens Bancárias não Sacadas - Ct de Pag.		1.674,30	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.674,30	
Arrecadação de Outra Unidade	1.110.522,89	1.431.714,93	Demais Pagamentos	381.153,10	156.302,63
Saldo do Exercício Anterior	7.211.153,46	8.799.077,44	Saldo para o Exercício Seguinte	8.779.440,96	7.211.153,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.211.153,46	8.799.077,44	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.779.440,96	7.211.153,46
TOTAL	137.729.250,38	136.675.357,82	TOTAL	137.729.250,38	136.675.357,82

Fonte: Siafi Web.

TABELA 59 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.283.122,89	1.308.981,99
INGRESSOS	121.474.488,02	121.244.282,67
Outros Ingressos Operacionais	121.474.488,02	121.244.282,67
Ingressos Extraorçamentários	152.496,84	4.472.145,06
Transferências Financeiras Recebidas	120.211.468,29	115.340.422,68
Arrecadação de Outra Unidade	1.110.522,89	1.431.714,93
DESEMBOLSOS	-117.191.365,13	-119.935.300,68
Pessoal e Demais Despesas	-102.070.708,79	-98.659.848,58
Judiciário	-84.106.798,88	-81.240.120,04
Previdência Social	-17.962.235,61	-17.421.402,84
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-1.674,30	1.674,30
Transferências Concedidas	-8.553.405,57	-11.103.762,74
Intragovernamentais	-8.553.405,57	-11.103.762,74
Outros Desembolsos Operacionais	-6.567.250,77	-10.171.689,36
Dispêndios Extraorçamentários	-152.496,84	-4.472.145,06
Transferências Financeiras Concedidas	-6.033.600,83	-5.543.241,67
Demais Pagamentos	-381.153,10	-156.302,63
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.714.835,39	-2.896.905,97
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-2.714.835,39	-2.896.905,97
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.857.732,99	-986.485,97
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-857.102,40	-1.910.420,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.568.287,50	-1.587.923,98
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.211.153,46	8.799.077,44
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.779.440,96	7.211.153,46

Fonte: Siafi Web.

11.4 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 – BP – VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE

A Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) é uma medida da redução do patrimônio líquido do Órgão. Quando a VPD é paga antecipadamente, significa que se está antecipando despesas financeiras e, portanto, impactando seu patrimônio líquido de maneira positiva.

Despesas com pagamento de assinatura de softwares são despesas financeiras que são pagas antes do fato gerador, ou seja, antes de o software ser utilizado. Essas despesas são pagas de forma antecipada para garantir a continuidade de seu uso. Esse tipo de pagamento é comum em assinaturas de software de gestão, segurança da informação e outras aplicações críticas para a operação de uma empresa.

Até 2021, as despesas com pagamento de assinatura de softwares não eram registradas de maneira antecipada, o que significava que elas não impactavam a conta do ativo que representava esse tipo de despesa na demonstração financeira do CJF. No entanto, a partir de 2022, a prática de registrar essas despesas de maneira antecipada passou a ser adotada, o que gerou um aumento significativo na conta do ativo que as representa.

Esse aumento pode ser visto como positivo, pois reflete a melhoria na gestão financeira e uma mudança para uma prática contábil mais precisa e adequada. Além disso, registrar as despesas com pagamento de assinatura de softwares de maneira antecipada pode melhorar a transparência e a confiabilidade da demonstração financeira.

NOTA 2 – BP – REDUÇÃO DO VALOR DOS SOFTWARES

A contabilização de softwares no balanço patrimonial do CJF experimentou uma redução considerável de 2021 para 2022, caindo cerca de 34%. Essa redução foi resultado de uma atualização nos registros contábeis, incluindo a implementação da amortização desses ativos e a baixa de bens para adequar os registros às normas contábeis aplicáveis (MCASP).

A contabilização da amortização dos softwares permite uma representação mais precisa da vida útil desses ativos e, portanto, da sua depreciação ao longo do tempo. Além disso, a adequação dos registros às normas contábeis é uma prática importante para garantir a confiabilidade e transparência da demonstração financeira.

NOTA 3 – BP – COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO

Os itens do patrimônio do CJF são os bens móveis, imóveis e intangíveis (softwares) que representaram em 2022, juntos, 62,98% do ativo.

A seguir, estão detalhados os valores líquidos dos bens, isto é, deduzidos os valores de depreciação e amortização acumulada:

TABELA 60 VALORES LÍQUIDOS DOS BENS

ATIVO	2022	AV
ATIVO NÃO CIRCULANTE	105.910.723	62,98%
Bens Móveis	12.623.797	7,51%
Bens Imóveis	78.308.172	46,57%
Intangível (Softwares)	14.978.745	8,91%
Demais Ativos	35.917	0,02%
TOTAL DO ATIVO	168.163.981	100,00%

NOTA 4 – BP – TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O CJF desenvolveu ações para cumprimento das diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nesse sentido, aplicam-se os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão e NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, exceto quanto à amortização dos bens intangíveis.

As disponibilidades, os direitos e as obrigações são avaliados ou mensurados pelo valor original. Por sua vez, os estoques, assim como o ativo imobilizado são mensurados com base no valor de aquisição.

A metodologia de realização da depreciação dos bens móveis é a linear e a estimativa de vida útil feita com base na tabela da Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund, da Secretaria do Tesouro Nacional.

As taxas de depreciação, bem como a vida útil econômica do ativo, de acordo com os seguintes índices:

TABELA 61 TAXA DE DEPRECIÇÃO E VIDA ÚTIL ECONÔMICA DO ATIVO

CONTA	TÍTULO	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAMENTOS/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LAB. E HOSP.	15	20%
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
1.2.3.1.1.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P/AUTOMÓVEIS	5	10%

TABELA 61 TAXA DE DEPRECIAÇÃO E VIDA ÚTIL ECONÔMICA DO ATIVO

CONTA	TÍTULO	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
1.2.3.1.1.01.25	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS.	10	10%
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	-	-
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	10%
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
1.2.3.1.1.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
1.2.3.1.1.99.09	PEÇAS NAO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%

Fonte: Manual SIAFI - Macrofunção 020330.

Conforme estabelecido por essa mesma macrofunção, a depreciação dos bens imóveis de propriedade da União é realizada diretamente pelo sistema SPIUnet na conta de Imóveis de Uso Especial.

Quanto à amortização dos bens intangíveis, de acordo com a área responsável, os procedimentos necessários tiveram início em 2022.

NOTA 5 – BO – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Destaca-se que o resultado negativo (déficit) apurado no Balanço Orçamentário não reflete a real situação orçamentária da Secretaria do Conselho da Justiça Federal.

No âmbito da Justiça Federal, a unidade setorial – Conselho da Justiça Federal (UG 090001) – recebe a dotação orçamentária e provisiona tais recursos à Secretaria do Conselho da Justiça Federal (UG 090026). Por esse motivo, o Balanço Orçamentário evidencia apenas os valores de despesas, pois provisões recebidas não são consideradas receitas para fins dessa demonstração.

Assim, ao se realizar o confronto do valor de provisão recebida, no montante de R\$ 129.053.451,94, com o das despesas empenhadas, de R\$ 118.184.398,96, observa-se um superávit de R\$ 10.869.052,98.

TABELA 62 BO - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

5.2.2.2.1.01.00 PROVISÃO RECEBIDA	129.053.451,94
(-) Despesas Empenhadas	118.184.398,96
(=) Superávit	10.869.052,98

Fonte: Siafi Operacional.

TABELA 63 NOTA 6 - BO - COMPOSIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.920.214,01	2.920.214,01	895.520,11	1.744.068,35
Pessoal e Encargos Sociais	480.202,77	480.202,77	-	903.604,46
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.440.011,24	2.440.011,24	895.520,11	840.463,89
DESPESAS DE CAPITAL	1.217.523,53	1.217.523,53	114.419,57	-
Investimentos	1.217.523,53	1.217.523,53	114.419,57	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
TOTAL	4.137.737,54	4.137.737,54	1.009.939,68	1.744.068,35

Fonte: Siafi Web.

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	41.321,89	57.940,48	-	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.225,24	15.225,24	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.096,65	42.715,24	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	807,37	807,37	-	-
Investimentos	807,37	807,37	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
TOTAL	42.129,26	58.747,85	-	-

Fonte: Siafi Web

NOTA 7 – BF – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

O grupo “Transferências Financeiras Recebidas” refere-se às transferências financeiras feitas pelo Governo Federal relativas à execução orçamentária do exercício do CJF. O valor de R\$ 120.211.468,29 corresponde a 87,81% do total de ingresso de recursos até dezembro de 2022, representando uma redução de 4,22% em relação ao ano de 2021.

NOTA 8 – BF – RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

O grupo “Recebimentos Extraorçamentários” corresponde a 7,48% do total de ingresso de recursos até dezembro de 2022, e se refere às transferências financeiras feitas pelo Governo Federal para pagamento de restos a pagar e outros dispêndios. O valor de R\$ 10.306.628,63 representa uma redução de 32,22% em relação ao ano de 2021.

NOTA 9 – BF – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

O grupo “Despesas Orçamentárias”, no montante de R\$ 118.184.398,96, corresponde a 101% do total dos dispêndios do ano de 2021 e representa um aumento de 0,86% em relação ao ano anterior.

As Despesas Orçamentárias possuem duas classificações, quais sejam, ordinárias e vinculadas.

Do total “Despesas Orçamentárias”, 83,33% correspondem às despesas ordinárias, que são de livre alocação entre a sua origem e a aplicação de recursos, sendo destinadas a atender a quaisquer finalidades. Nesse grupo estão as Despesas com Pessoal, dentre outras.

As “Despesas Orçamentárias Vinculadas”, por seu turno, correspondem a 16,66% do total das Despesas Orçamentárias e compreendem as despesas cuja destinação é definida em lei, em que os recursos estão atrelados a determinados programas, atividades, órgãos ou fundos.

NOTA 10 – BF – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

O grupo “Transferências Financeiras Concedidas” representa 4,38% dos dispêndios e apresentou um aumento de 8,85 %, comparado ao ano anterior. Referem-se às transferências financeiras relativas à execução das despesas correntes e de capital do CJF.

NOTA 11 – BF – PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

O grupo “Pagamentos Extraordinários” corresponde a 3,43% do total dos dispêndios até dezembro de 2022 e apresenta uma redução de 2,98% em relação ao ano anterior. As Despesas Extraorçamentárias 88,68% são referentes aos pagamentos de Restos a Pagar.



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal